

Programa Segundo Tempo: diálogos com as Equipes Colaboradoras

Organizadoras:
Luiza Aguiar dos Anjos
Suélen de Souza Andres





PROGRAMA SEGUNDO TEMPO: DIÁLOGOS COM AS EQUIPES COLABORADORAS

Organizadoras:

Luiza Aguiar dos Anjos

Suélen de Souza Andres

Coleção GRECCO

2016



APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

A coleção GRECCO é um projeto editorial do Grupo de Estudos sobre Esporte, Cultura e História, vinculada ao Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Visa a publicação de livros eletrônicos privilegiando obras clássicas e contemporâneas no campo da Educação Física em interface com as Ciências Sociais e Humanas. História, Memória, Gênero, Sexualidade e Mídia são temas de maior interesse.

Coordenadora da Coleção:

Silvana Vilodre Goellner

Conselho Editorial:

André Luiz dos Santos Silva (FEEVALE)

Angelita Alice Jaeger (UFSM)

Ivone Job (UFRGS)

Lívia Tenório Brasileiro (UPE)

Ludmila Mourão (UJF)

Meily Assbú Linhales (UFMG)

Victor Andrade de Melo (UFRJ)

Copyright © 2016 Centro de Memória do Esporte

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Reitor: Rui Vicente Oppermann

Vice-reitora: Jane Fraga Tutikian

Pró-reitora de Extensão: Sandra de Deus

Vice-pró-reitora de Extensão: Claudia Porcellis Aristimunha

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança - ESEFID

Diretor: Alberto Reinaldo Reppold Filho

Vice-diretor: Flávio Antônio de Souza Castro

Centro de Memória do Esporte - CEME

Coordenadora: Silvana Vilodre Goellner

Projeto Gráfico (Capa): Nina Figueira Sodré

Projeto Gráfico e diagramação (Miolo): Suélen de Souza Andres

Imagens da Capa: Luisa Trevisan

Qualquer parte ou o todo desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada corretamente a fonte.

Programa Segundo Tempo: diálogos com as equipes colaboradoras.
Organização Luiza Aguiar dos Anjos e Suélen de Souza Andres. - Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

151 p.: il. (Coleção Grecco)

ISBN: 978-85-9489-029-0

1. Programa Segundo Tempo. 2. Esporte. 3. Lazer. I. Anjos, Luiza Aguiar dos; Andres, Suélen de Souza Organizadores.

CDU: 796

Ficha catalográfica elaborada por Naila Touguinha Lomando, CRB-10/711

SUMÁRIO

<i>APRESENTAÇÃO</i>	6
<i>DAURIMAR PINHEIRO LEÃO</i>	9
<i>ANDRÉ LUIZ TEIXEIRA REIS</i>	14
<i>ALEXANDRE LUIZ GONÇALVES DE REZENDE</i>	30
<i>EVANDO CARLOS MOREIRA</i>	40
<i>ALLYSON CARVALHO DE ARAÚJO</i>	47
<i>DINAH LUCAS PINHEIRO DE AZEVEDO E ADALBERTO PEREIRA DA SILVA</i>	56
<i>LUCIANO DAS NEVES CARVALHO</i>	63
<i>FERNANDO CÉSAR DE CARVALHO MORAES</i>	68
<i>ÂNGELA BRETAS GOMES DOS SANTOS E MÔNICA BORGES MONTEIRO</i>	79
<i>SIOMARA APARECIDA SILVA</i>	105
<i>HEITOR DE ANDRADE RODRIGUES E OSMAR MOREIRA DE SOUZA JUNIOR</i>	116
<i>RUTH EUGÊNIA CIDADE</i>	132
<i>ALEXANDRE CARRICONDE MARQUES</i>	140

APRESENTAÇÃO

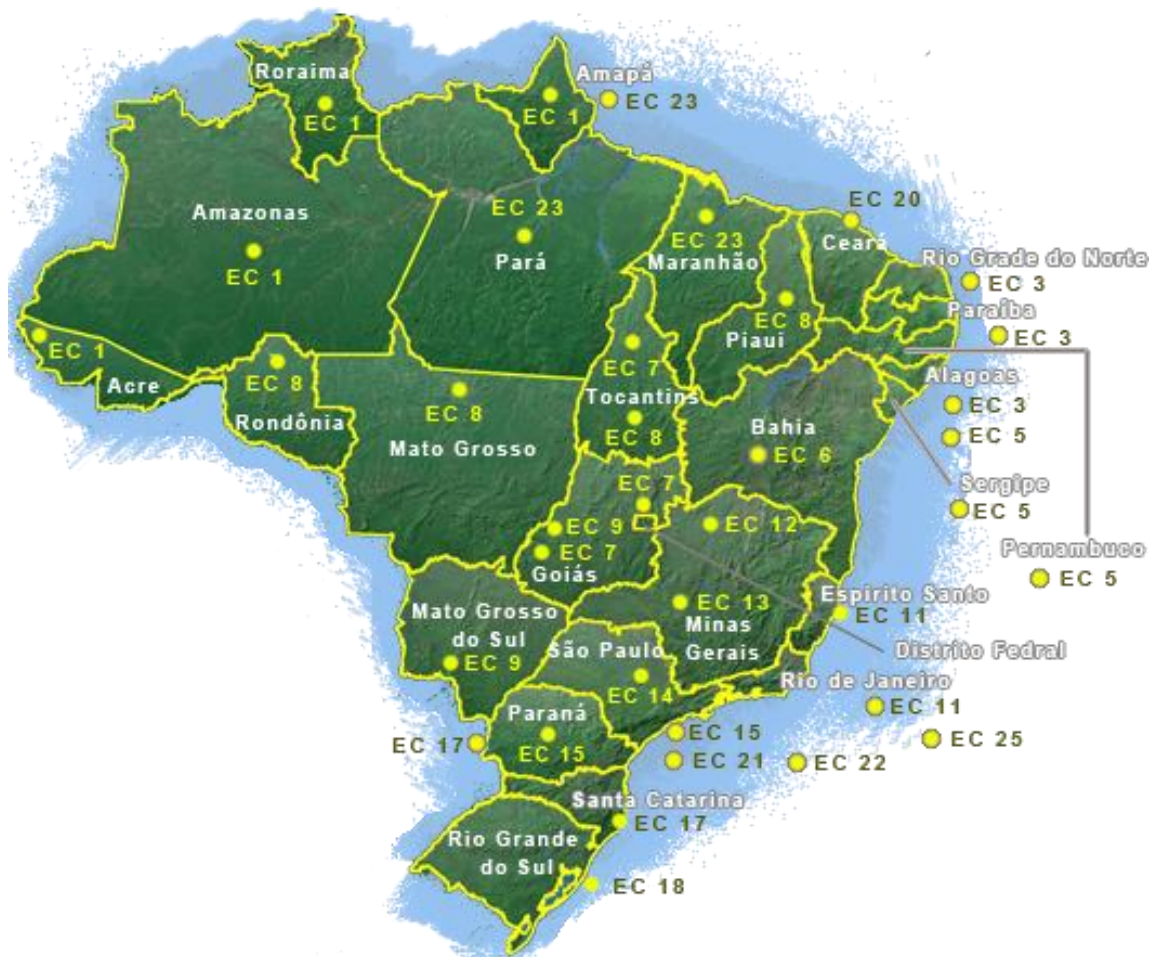
Suélen de Souza
Andres Luiza Aguiar dos
Anjos

O Programa Segundo Tempo (PST) foi criado pelo Ministério do Esporte (ME) no ano de 2003 com o objetivo de oferecer práticas esportivas a crianças, adolescentes e jovens, prioritariamente aqueles e aquelas em situação de risco e vulnerabilidade social. Preocupados em promover o desenvolvimento integral de seu público alvo, o Programa procura melhorar a qualidade de vida e a cidadania através da democratização ao acesso à prática e cultura do esporte.

De acordo com o Ministério do Esporte, apenas entre os anos de 2013 a 2015 o Programa já atendeu aproximadamente 457 mil crianças, jovens e adolescentes em todo o território nacional. A gestão de um Programa de tal dimensão demanda uma ampla rede de profissionais. Para isso, com o intuito de qualificar a administração do Programa, em 2008, foi formada a Rede do PST que é composta por um conjunto das chamadas Equipes Colaboradoras.

As Equipes Colaboradoras possuem a tarefa de contribuir administrativa e pedagogicamente com o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo, sendo responsáveis pela sua avaliação contínua. As Equipes são uma espécie de elo entre o Ministério do Esporte e os núcleos onde são implementadas as atividades do Programa, servindo de apoio integral em suas regiões. Elas são compostas por professores e professoras universitários/as e discentes de programas de pós-graduação, tendo como ponto base uma Instituição de Ensino Superior.

O número de Equipes Colaboradoras que compõe a Rede do PST varia de acordo com as demandas do Programa conforme ilustra o mapa reproduzido abaixo



Fonte: Ministério do Esporte.

Desde 2009, o PST também tem investido na conservação de suas memórias, por meio do Projeto Memórias do Segundo Tempo, uma parceria com o Centro de Memória do Esporte (CEME), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O projeto tem como principal objetivo registrar a trajetória do Programa, produzindo acervos que contribuam para contar histórias sobre seu processo de criação, consolidação e intervenção. O Projeto trabalho também busca dar visibilidade às ações do Programa, criando condições de acessibilidade materiais de diferente natureza tais como, documentos, fotografias, vídeos, entrevistas, entre outros, os quais podem ser utilizados por pessoas que se interessam pelo Programa Segundo Tempo e, de modo mais amplo, pelas políticas públicas de esporte e lazer implementadas no Brasil.

Por meio desse Projeto, já foram realizadas entrevistas com trinta e quatro pessoas que fizeram e/ou fazem parte das Equipes Colaboradoras, as quais podem ser acessadas na íntegra no LUME – Repositório Digital da Universidade Federal do

Rio Grande do Sul, assim como nos sites do Centro de Memória do Esporte e do Projeto Memórias do Programa Segundo Tempo.

Para a elaboração deste livro selecionamos de treze entrevistas realizadas com integrantes de diferentes Equipes Colaboradoras. Por certo que foi uma tarefa difícil escolher os depoimentos a serem reproduzidos, porque as Equipes, ao longo da história do Programa, se modificaram assim como seus integrantes. Nesse sentido, optamos por selecionar as entrevistas de modo a contemplar todas as regiões do Brasil. As memórias aqui compartilhadas fazem parte da história não apenas desses indivíduos mas, sobretudo, do Programa Segundo Tempo visto que narram os modos pelos quais o projeto é operacionalizado no seu cotidiano. Boa leitura!

DAURIMAR PINHEIRO LEÃO

Daurimar é professor do curso de Educação Física da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), onde atua principalmente com temáticas ligadas aos esportes e à aptidão física.

Iniciou sua atuação no PST em 2009, integrando a Equipe Colaboradora 1.

Data da entrevista: 31/01/2014

Local da entrevista: Brasília (DF)

Entrevistadora: Silvana Vilodre Goellner

Transcrição: Alexandre Luz Alves

Copidesque: Christiane Garcia Macedo

Revisão Final: Silvana Vilodre Goellner

Sumário

Primeiro contato com o Programa Segundo Tempo; Tempo que faz parte do Programa; Área de atuação na universidade; Relação com os núcleos e convênios; Equipe Colaboradora; Material pedagógico; Dificuldades para o andamento do Programa.

Entrevista

S.G. – Daurimar, boa tarde. Queria que inicialmente tu falasses como conheceu o Programa Segundo Tempo?

D.L. – Então, eu conheci o Programa Segundo Tempo a partir do convite feito pelo professor Lucídio Rocha Santos que, foi o nosso coordenador na época. E ele me fez o convite, eu ainda não conhecia ou tinha informações específicas sobre o Programa e, em função desse convite, ele apresentou o formato e como nós iríamos trabalhar e o que era o PST.

S.G. – Tu conhecias o Lucídio da universidade¹?

¹ Referência à Universidade Federal do Amazonas.

D.L. – Da universidade, nós trabalhamos juntos.

S.G. – Você trabalha em que área na universidade?

D.L. – Eu trabalho na área de desporto com as disciplinas de atletismo, futsal, handebol e voleibol. Atualmente também atuo na área do Bacharelado em Promoção de Saúde e Lazer com a disciplina de musculação e personal, atividade física saúde e ecologia, atividades ecológicas. Em função desta minha atuação, desenvolvo conteúdos da modalidade de atletismo.

S.G. – Há quanto tempo tu já estás no Programa Segundo Tempo?

D.L. – Nós começamos a atuar em 2009 a partir do convite feito por ele. Estivemos afastados em 2012, mas retornamos em 2013.

S.G. – E hoje como está o convênio, vocês estão com muitos núcleos? Como está a situação da Equipe Colaboradora?

D.G. – Nós estamos com o convênio da Prefeitura de Manaus. E prestes a fazer a capacitação e são cento e vinte núcleos que nós precisamos acompanhar, orientar e até colaborar com eles. É um convênio bastante grande. Começou agora no mês de setembro de 2013 e a previsão é que ele seja por um ano e meio. Até o final do ano, mais ou menos em 2014 ou 2015.

S.G. – Qual a tua percepção da importância do Programa Segundo Tempo na região norte, por exemplo? Como é em uma região que tem uma característica cultural bem forte e bem específica? Qual é o impacto? Como vocês percebem a aceitação do Programa Segundo Tempo?

D.L. – Na realidade eu vejo o Programa Segundo Tempo como uma possibilidade de iniciação esportiva. Nós já tivemos outros projetos na região como, não sei se você já ouviu falar no Projeto PRIESP², Projeto Espiral...

² Programa de Iniciação Esportiva, realizado pela Prefeitura Municipal de Manaus.

S.G.– Sim, o Projeto Espiral...

D.L. – Já ouviu falar no Projeto Espiral que tinha essa natureza de iniciação esportiva. Mas eu vi no Programa Segundo Tempo algo mais que é a questão educacional, a questão da inclusão e da participação a partir do esporte, inclusão social a partir do esporte. E até mesmo a questão de você evitar que as crianças e os adolescentes migrem para a margem da sociedade, para o setor da droga e da prostituição. Eu vejo o Segundo Tempo como uma alternativa de ocupação para essas crianças, para esses adolescentes. E como uma ferramenta a mais para o processo educacional, para os professores de Educação Física e os acadêmicos.

S.G. – Certo. E o material pedagógico que o Programa já produziu, ele é bem aceito nas capacitações? Você consegue trabalhar isso na sua aula também na universidade? Como que acontece a tua relação como professor da universidade e como colaborador no Programa Segundo Tempo? Ela se mescla de vez em quando? Uma coisa dialoga com a outra?

D.L. – Com certeza dialoga sim. Nós temos inclusive adotado em algumas situações do ensino, sugestões didáticas e pedagógicas dos materiais que foram produzidos até hoje e utilizado alguns destes materiais na formação da concorrência. Porque nós entendemos que o material pedagógico é atual, bastante atual; é um material que vem somar com as nossas atividades acadêmicas e confirmar aquilo que temos feito em relação a este processo de formação. Porque entendemos que os alunos acadêmicos precisam ter esse tipo de ferramenta, com algumas informações sobre esse perfil e delineamento, até mesmo por que alguns materiais produzidos na época em que eu era acadêmico deixaram de ser produzidos. Nós temos, por exemplo, a disciplina atletismo que parte do material bibliográfico parou de ser produzido e sem reedição.

S.G. – Exatamente...

D.L. – Que, por exemplo, “Antologia do Atletismo”³, aqueles livros didáticos que nós tínhamos muito bons. E que por muito tempo nós não tínhamos mais esse material e com o surgimento do Segundo Tempo, paralelo ao projeto, paralelo ao programa, nós verificamos que vários materiais foram produzidos inclusive pelo Programa Segundo Tempo. Os materiais são bastante bons e apresentam esse perfil que nós temos expectativa que os materiais didáticos venham trazer para auxiliar na disciplina. Então eu vejo que esses materiais eles vem a somar, só somar conosco, auxiliar nesse processo de formação.

S.G. – Quais são os desafios mais contundentes no fazer acontecer no Programa Segundo Tempo? Por que a gente sabe que é um programa que tem uma proposta estruturada, tem os livros... Mas o acontecer diário as vezes tem outras implicações... O ônibus não chega, o núcleo não fecha convênio. Quais são as maiores dificuldades que vocês encontram no dia-a-dia?

D.L. – Na realidade a maior dificuldade que nós temos em relação aos nossos pares é o entendimento sobre a importância do Programa. O maior entrave que nós temos é na questão do envolvimento de pessoal. O último convênio inclusive que teve problema de ordem administrativa no cumprimento das etapas de implementação das atividades e oferta de horários. Eu penso que por questões de ter envolvido algumas pessoas com dificuldades de compreensão sobre as dimensões social, conceitual e, que oferecem algumas resistências em relação ao programa, não acreditando muito mas, não procuram compor e se integrar ao programa, trabalhar para que dê certo. Então não é a questão do material, o material é muito bom, não é a questão do convênio em si, por que o convênio tem feito a sua parte na divulgação, incentivo e apoio. Os coordenadores dos convênios tem se empenhado. Eu vejo que o maior problema realmente é a falta interesse no acreditar no programa. Os nossos pares eles não tem essa crença de que o programa pode dar certo, que o programa vai dar certo, que o programa está dando certo em outros locais. E pode dar certo na nossa região também, isso reflete a realidade que é o programa para nós, para a região. É claro que existem muitos que

³ KIRSCH, August. Antologia do Atletismo: Metodologia para iniciação em escolas e clubes. São Paulo: Ao Livro Técnico S/A, 1984.

acreditam e trabalham para isso, mas a gente está colocando a maioria e a maioria é o que pesa, a maioria é a que toca realmente. A maioria é o que reflete a realidade.

S.G. – Dentro das atividades que vocês desenvolvem na Equipe Colaboradora tem alguma que teria um destaque? Ou que vocês consideram mais importante onde vocês investem mais a atuação de vocês?

D.L. – Na realidade, na questão pedagógica do ambiente, da elaboração do Programa, do projeto. Nós temos nos empenhado bem mais nessa área nesse tema, porque nós entendemos que a partir dele a nossa contribuição poderá ser mais eficiente. A construção do projeto pedagógico pode ter um entendimento melhor e uma participação maior das pessoas. E por isso nós temos investido bem mais nesse tema. Inclusive nós fizemos algumas oficinas buscando dirimir as dúvidas dos participantes nesse sentido.

S.G. – Tem alguma coisa que eu não te perguntei que tu gostarias de falar? Ou de deixar registrado dessa tua participação no Programa Segundo Tempo?

D.L. – O que eu gostaria de acrescentar que a nossa Equipe está no Programa até hoje, porque nós acreditamos no Programa Segundo Tempo. E por isso nós voltamos a Equipe, a fim de compor para colaborar, pois este é o senso comum dessa, bem como do grupo que iniciou este trabalho. Mas, de forma geral, nós temos desejo e orgulho de participar porque também é um privilégio estar integrados a esse grupo maravilhoso que é o Programa Segundo Tempo.

S.G. – Daurimar, muito obrigado pela tua entrevista, vai ficar registrado o depoimento junto ao projeto Memórias do Programa Segundo Tempo.

ANDRÉ LUIZ TEIXEIRA REIS

André é professor do curso de Educação Física da Universidade de Brasília (UNB), onde atua principalmente com temáticas ligadas à saúde e qualidade de vida.

Iniciou sua atuação no PST em 2004, quando compôs a equipe de professores de um curso de pós-graduação voltado aos coordenadores de núcleos do Programa. A partir de 2008, passou a integrar a Equipe Colaboradora 7.

Data da entrevista: 10/12/2010

Local da entrevista: São Paulo (SP)

Entrevistadora: Luciane Silveira Soares

Transcrição: Tuany Defaveri Begossi

Copidesque: Silvana Vilodre Goellner

Revisão Final: Silvana Vilodre Goellner

Sumário

Relação com o Programa Segundo Tempo; Equipes Colaboradoras; Processo de capacitação; Capacitação à distância; Fundamentos pedagógicos do Programa; Relação com ensino à distância; Experiência da Universidade de Brasília; Limites do Programa; Concepção de esporte; Inclusão social; Relações de gênero no Programa; Humanização da avaliação e acompanhamento.

Entrevista

L.S. – André, eu queria saber como tu conhecestes o Programa Segundo Tempo.

A.R. – Bom, antes de atuar com a Equipe Colaboradora, eu conheci o Programa Segundo Tempo lá na Universidade de Brasília em 2003, 2004, no processo de capacitação dos recursos humanos. No caso, dos coordenadores de núcleo, porque lá na UNB houve um tempo de cooperação entre a UNB e o Ministério do Esporte para a capacitação a nível de especialização.

L.S. – Em que ano?

A.R. – Foi em 2004. De 2004 a 2005. Era um curso de pós-graduação, a nível de especialização à distância e, logicamente, tinha o destino de serem formados em Educação Física e está atuando nos núcleos do Programa Segundo Tempo. Então, foi um trabalho extenuante, mais ou menos um ano de contatos via internet e depois a defesa das monografias, que aí todo mundo teve que ir para Brasília para defender a monografia. Foi assim que eu conheci. Além disso, nesse processo de capacitação a gente elaborou alguns compêndios de uma fundamentação didático pedagógica do Segundo Tempo para aquela especialização que acabaram sendo também utilizadas nas ações nos núcleos. Mas, a minha participação foi mesmo na parte dessa capacitação, a nível de pós-graduação pela EAD, o educação à distância lá de Brasília que é o CEAD – Centro de Educação à Distância da Universidade de Brasília.

L.S. – E quando e como tu iniciaste a trabalhar no Programa Segundo Tempo?

A.R. – Eu tive uma vontade. Sabe aquela vontade? O Programa Segundo Tempo me chamou muito atenção. E eu, como professor na universidade, eu queria utilizar o conhecimento do Segundo Tempo em Brasília, no Distrito Federal, nas regiões de menor poder aquisitivo e eu queria levar para a Universidade de Brasília, para que a Universidade pudesse cumprir o seu papel social. Eu queria que acontecesse na Universidade, que a gente levasse para Universidade uma quantidade “xis” de crianças, que o ideal para mim eram duzentas crianças e que a gente pudesse utilizar... Porque eu, como sou professor doutor da universidade, a gente nem pode pensar só no diletantismo, você trabalhar pelo prazer de você fazer um trabalho de possibilitar a inclusão social, de usar o esporte como um meio “pararara pararara”. Porque, na realidade, eu tenho um título, eu tenho uma profissão e a universidade é um lugar de produção de conhecimento, de pesquisa. Então, a minha intenção era levar o Programa Segundo Tempo para a universidade e estudar como seus impactos. Ou seja, a teoria e a prática e analisar como isso se dá, como se dá essa relação. E nessa produção de conhecimento oferecer ao Programa Segundo Tempo alguns indicadores. Eu me lembro até que eu tentei, em 2006, junto ao Ministério do Esporte... Inclusive a professora Gianna⁴ já era uma das gestoras... Eu tentei

⁴ Gianna Lepre Perim, Diretora do Departamento de Esporte Educacional e Identidade Cultural da Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte.

levar o Programa Segundo Tempo para lá. Só que nós temos um problema sério lá na Universidade: é que ela fica distante dos centros onde existe, categoricamente, a clientela do Programa Segundo Tempo, então, nós necessitamos de transporte. E esta parte do transporte - imagina transportar três vezes por semana, duzentas crianças - iria ficar muito caro. E aí a professora Gianna... Eu achei uma atitude honesta dela, disse para mim: “Olha professor, o Programa Segundo Tempo na UNB nos interessa, realmente essa questão de discutir os impactos, de fazer uma pesquisa sobre isso... Realmente nos interessa, mas só para manter o Programa Segundo Tempo na Universidade o gasto que daria e o tempo de custo, daria para fazer seis, sete outros núcleos, para ter um núcleo lá na UNB. Eu perderia outros sete convênios por causa do convênio lá na UNB”. Então, naquele momento foi impossível, naquele momento. E aí me frustrou, não vou dizer que não fiquei um pouco frustrado, principalmente, com os nossos objetivos, mas eu entendi perfeitamente as colocações da professora Gianna. Eu aceitei, acatei, acho que eram justificativas plausíveis [trecho inaudível]. Era um gestor público e ela tinha que justificar... Não tinha como justificar realmente, eu entendi isso, eu compreendi. Em 2008, teve um processo de discussão de uma Equipe... Inclusive eu achei interessante que o Ministério Público, o Procurador Geral da União, o Tribunal de Contas, entre outros, eles fizeram um documento avaliando o Programa Segundo Tempo. E eles colocaram realmente essa necessidade de acompanhamento e avaliação do impacto e também do acompanhamento do processo. E aí, sabiamente, a professora Gianna e a consolidaram a idéia das Equipes Colaboradoras. E aí foram convidar pessoas na minha cidade que tinham perfil, que poderiam trabalhar nesta proposta e como as coisas são interessantes, como eu já tinha despertado esse interesse pelo Programa Segundo Tempo de levar para a universidade e estudá-lo, pesquisá-lo para qualificá-lo, então, a professora Gianna e a Equipe fizeram convite para a UNB. E, já conhecendo a minha intencionalidade, me convidaram para participar das Equipes Colaboradoras sendo o coordenador da Equipe Colaboradora do centro-oeste, através da Universidade de Brasília. Daí então, eu logicamente, aceitei esse convite, que é um desafio e montamos a Equipe Colaboradora 7, que trabalha no centro-oeste, antes era Piauí também, mas mudamos para Tocantins e Goiás também. Então, nós fazemos esse trabalho.

L.S. – E quantas pessoas fazem parte da tua Equipe?

A.R. – Inicialmente eram dez pessoas porque existia na época uma demanda, existiam vários convênios... Mas agora vários convênios cancelaram, não pediram para renovar e outros também desapareceram porque, realmente, não tinham como justificar a existência do convênio. Ou seja, só no início da Equipe Colaboradora deu um impacto em relação a sua... Nós fiscalizamos, não de uma forma policial, mas de uma forma de poder ir lá e ajudar e colaborar. Como o Júlio Filgueira⁵ colocou muito bem, no início, quando nós chegamos, a idéia não é acabar com nenhum convênio. Era ajudar o convênio que tem problema para que ele permaneça. Então, eu achei muito louvável da parte dele e com isso nós acertamos, porque uma colocação que a gente fez desde o início foi assim: nós somos educadores e a nossa intenção é como um hospital - você tem um doente, você tem que cuidar dele para ele se salvar, para ele melhorar e não, por outro lado, se está doente, joga fora e deixa morrer. Então, isso aí foi justo e como pedagogo, claro que não um pedagogo eu não tenho formação de pedagogia...

L.S. – Educador.

A.R. – Mas como educador a gente pensa dessa forma que é ajudar o convênio que tem problema, que tem dificuldade e não chegar e dizer: “Você é o culpado”. Porque o Programa Segundo Tempo ficou um pouco sem esse controle, sem acompanhamento, então a gente tinha que ver se tinha problema... Será que foi por culpa do convênio ou por culpa do Ministério que não tinha um processo, um mecanismo, uma estrutura para fazer esse acompanhamento?

L.S. – Bom, há quanto tempo, realmente, tu fazes parte do Programa?

A.R. – Efetivamente a partir de 2008 quando foi montada a Equipe Colaboradora. Se eu não me engano foi outubro de 2008, em 2009 e agora 2010. Esses dois anos.

⁵ Júlio Cesar Monzú Filgueira. Secretário Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte no período de maio de 2007 a outubro de 2009.

L.S. – E o teu núcleo está vinculado a algum projeto?

A.R. – Você diz o meu núcleo?

L.S. – A tua Equipe está vinculada a algum projeto em especial?

A.R. – Atualmente nós temos uma proposta de formação das Equipes Colaboradoras. Nós tivemos duas experiências pilotos, que é o Programa Segundo Tempo Padrão, que é aquele para as crianças e adolescentes acontecendo na Universidade de Brasília. Então nós atendemos duzentas crianças da periferia de Brasília que vão à Universidade e tem lá as ações do Programa Segundo Tempo. E temos, também, uma experiência piloto do Programa Segundo Tempo Universitário que é o Programa Segundo Tempo voltado para as universidades, para resgatar a prática esportiva de qualidade, acompanhada, supervisionada na universidade. O desporto universitário caiu muito, a participação do estudante nos jogos universitários caiu muito. Hoje você vê só as instituições privadas, particulares participando dos jogos universitários, muito embora, essa não é nossa intencionalidade... É claro que essa é uma das possibilidades do incremento da prática esportiva na universidade. A nossa idéia é a questão da Educação Física para a saúde, que é isso que a gente percebe o estresse do dia de hoje do estudante universitário, entre outros. Então ele precisa de um elemento para canalizar outros aspectos, para ter um desenvolvimento, tanto no aspecto cognitivo, aspecto afetivo, aspecto social, entre outros. Então nós estamos tendo a experiência piloto no PST universitário, que ela é uma... É o Programa Segundo Tempo padrão, mas com características mais próprias a um jovem de idade universitária.

L.S. – E tem tido boa aceitação dentro da universidade?

A.R. – Excelente aceitação! Inclusive o Programa Segundo Tempo Universitário veio reforçar a prática desportiva e qualificá-la. É tanto que, o Programa Segundo Tempo Universitário está servindo de modelo para a revitalização da prática esportiva da Universidade de Brasília, porque a Universidade de Brasília talvez seja uma das poucas universidades públicas federais do Brasil que ainda mantém no currículo dos cursos, não só a Educação Física, mas todos os cursos aquela prática

desportiva do estudante universitário...

L.S. – Sim, que não é mais obrigatória.

A.R. – Que não é mais obrigatória é optativo, mas muitos cursos, muitas universidades, porque não era mais obrigatória a nível regimental eles acabaram sendo extintas.

L.S. – Sim.

A.R. – Então, tem várias universidades que não tem mais aquela prática... Aquela Educação Física do universitário...

L.S. – A maioria...

A.R. – Mas nós conseguimos manter. E agora, nós estamos qualificando-a e o PST Universitário está servindo também de subsídio para qualificar essas práticas esportivas.

L.S. – Interessante é um outro movimento dentro...

A.R. – É um outro... Exatamente. É um outro movimento.

L.S. – Tu conheces as práticas, então, do Programa Segundo Tempo desde o início, tu acompanhou...

A.R. – De certa forma sim. Indiretamente...

L.S. – Os desdobramentos dele também tu tens conhecimento...

A.R. – Isso, exatamente, exatamente. É tanto, que a gente percebe nas gestões anteriores, 2003 era um modelo, 2005 um novo modelo e 2007 um outro modelo. Só que é interessante a gente colocar que esses modelos não negam os anteriores, eles são redirecionados, re-significados, re-conceituados, isso que é importante de

a gente entender. Quer dizer, a gente fala assim: “Ah, mas o Programa Segundo Tempo 2003 ele era ruim e agora ele era melhor”, não é isso, agora ele está mais maduro.

L.S. – É.

A.R. – E no próximo ano vamos ter que amadurecer esse hoje que está melhor que 2003, então, veja bem, uma coisa... A outra vem e vai aprimorando é uma questão diacrônica, ou seja, como se fosse uma bola de neve, que aquela bolinha, lá no início foi se transformando em uma grande, aquela bolinha pequenininha está lá ainda, só que redimensionada.

L.S. – Com base nisso, com esta reestruturação, tu achas que a estrutura que se encontra hoje contempla às ações a que se propõe o Segundo Tempo, atende aos objetivos do Segundo Tempo?

A.R. – Aí vem a mesma questão. Contextualizando com as questões, hoje sim. Só que amanhã nós vamos ver que precisa de mais alguma coisa. Uma colocação que eu faço, enquanto Equipe Colaboradora que acompanha o processo é que o nosso processo de acompanhamento ele é pontual, ele é momentâneo, ele é, como eu diria, ele é de uma data, de um dia, de um momento. Eu acho que a gente tem que começar a pensar no Programa Segundo Tempo em algo que seja continuado, por exemplo, a capacitação que é feita, em que você pega os atores que trabalham no Segundo Tempo a nível de coordenadores de núcleo, em que você dá uma capacitação de quatro dias, não nos garante que isso vai ser efetivado no dia-a-dia do núcleo. Ou seja, essa capacitação é importante de ser feita, mas ela tem que ser desdobrada em ações de que aconteçam no cotidiano dos seus núcleos como uma ferramenta de capacitação continuada dada pelo Ministério... E, no caso da Equipe Colaboradora 7, nós tivemos uma experiência que talvez seja até importante de a gente relatar para vocês que é uma experiência piloto no ano passado; duas aliás de capacitação continuada. Uma delas, nós fazíamos o seguinte: a capacitação em quatro dias nós dividíamos em quatro meses, a gente fazia a capacitação em um dia e aí eles levavam uma agenda de trabalho para o núcleo e fazia essa agenda de trabalho baseada nesse conteúdo, nesse tema durante um mês. Então, dois temas:

“Fundamento do Programa Segundo Tempo” e “Diversidade, Gênero e Sexualidade”. Aí eles levavam a agenda de trabalho para executarem junto aos beneficiados nos núcleos e pelo ensino à distância. Nós temos uma plataforma lá na universidade, a gente tem experiência com isso, então, a gente jogava... Colocamos esses temas no sistema Moodle⁶, com os textos e as atividades que eles tinham que fazer nos núcleos e através desse sistema “online”, eles iam mandando para a gente, alimentando com informações de como estava sendo. Outra coisa, cada tema também tinha uma quantidade de perguntas que eles respondiam lá no sistema e essas perguntas já davam a resposta para eles e trazia a discussão.

E aí nós levamos quatro meses, depois no Ministério da Defesa, que é o Programa Segundo Tempo no Ministério da Defesa, Marinha, Exército e Aeronáutica, nós também fizemos uma capacitação, só que essa foi só no sistema. Então a gente acredita que a nossa permanência lá no núcleo, tem que ser assegurada no dia-a-dia, no cotidiano e não mais fazendo somente a capacitação presencial. Vou lá e depois uma vez a cada seis meses eu vou lá e faço uma nova visita, porque eu vou lá e tiro um retrato. Por exemplo, você, por seis meses eu não te vejo, aí eu vejo você hoje; “Nossa, você está abatida, você está doente e tal”, só que durante os outros dias você não estava assim, mas naquele dia que eu fui, você estava assim. Como eu sou professor de prática de ensino também, eu solto os meus alunos para dar aula nas escolas públicas e eu com o sistema de rodízio, um dia eu vou em uma, no outro dia eu vou em outra. Aí um dia eu fui assistir um aluno meu dando aula e ele não foi feliz na aula, não deu certo aí ele falou: “Poxa professor, logo hoje que a minha aula não deu certo? Mas a aula ontem, anteontem... Ou seja, então esse é o problema: quando a gente vai lá, a gente vê o núcleo naquele dia, mas a gente não faz o processo. Outra coisa, quando você vê um problema, uma situação, como é que a gente ajuda se estamos longe, então, tem que ter um sistema que você possa estar interagindo no dia-a-dia dos núcleos, tirando as dúvidas no dia-a-dia em um sistema que seja de capacitação continuada.

L.S. – Tu apontarias, por exemplo, esse aspecto como uma limitação hoje?

A.R. – É, eu aponto como uma limitação. Esse processo de capacitação precisa ser

⁶ Software livre de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual.

aprimorado, para que não seja só uma carga massificaste e massiva de informações. Quer dizer, como é que você pega uma pessoa que vai pegar informações em um livro, aquele livro lá do Programa Segundo Tempo, durante três ou quatro dias que seja... Você acha que essa pessoa vai ter condições de desenvolver isso lá no núcleo? Será que ela vai ter condições de assimilar e discutir item por item? Muito difícil, é muito complicado. Mas, isso não tira a legitimidade, não tira a importância dessa capacitação.

L.S. – Entendi. Na tua opinião, além disso, o que poderia capacitar mais ainda o Programa Segundo Tempo?

A.R. – Eu acho que é definir um pouco mais também... Porque nós somos do Ministério do Esporte, quer dizer, fazemos assessoria para o Ministério do Esporte e nós trabalhamos com o esporte. A minha avaliação é que o Programa Segundo Tempo, por muito tempo, foi um apoio às políticas de Assistência Social fosse uma política social, de inclusão social e utilizando o esporte como um meio, aí vinha outras atividades e tal. Eu acho que o maior desafio é discutir qual o papel do esporte no Programa Segundo Tempo. Porque até então, já tem isso aí mais ou menos desenhado, mas o que eu estou querendo dizer, é a ferramenta do esporte à nível de desenvolvimento de habilidades técnicas, no desenvolvimento da própria criança nas suas fases de desenvolvimento motor, ou seja, qual é o papel do esporte? No entendimento dos aspectos da re-significação dos jogos escolares, foi o que o Júlio falou lá, que um dos desafios do próximo ano, do próximo período, seria fazer os jogos, os festivais inter-convênios, só que tomando muito cuidado para que aquela lógica do sistema de competição estressante, excludente e tudo mais que está aí não contamine o Programa Segundo Tempo, senão vamos perder a nossa referência, que é a inclusão, que é a relação de gênero ou tudo mais. Por exemplo, você faz uns jogos ou festival entre, só uma idéia, um festival competitivo, um festival de jogos, ou jogos do Programa Segundo Tempo, em que as equipes são formadas lá na hora com pessoas de vários núcleos. Não precisa ser um núcleo contra o outro, você pega um núcleo e pergunta: “Quem quer voleibol, quem quer isso, quem quer aquilo, vamos fazer nossas equipes, vamos colocar o nome na equipe, por exemplo, “banana”. Aí pega um de um núcleo, outro de outro, ou seja, não vai ser núcleo contra núcleo. Então, é re-significar a competição, é re-

conceituar competição, ou seja, se você premiar a equipe mais disciplinada, a equipe mais participativa, a equipe que jogou com maior cumplicidade, a equipe que entendeu recreação, e você dá premiação para quem fez, por exemplo, futebol, você dá premiação para quem fez mais gols, vai ser a mesma premiação para quem teve menos cartões amarelos, ou seja, aí você coloca a questão do rendimento ou da questão positivista do resultado, com as questões qualitativas também. E o interessante, sabe o que é, a gente vai ser modelo para essa competição que está aí fora, então, como até o Júlio Filgueira falou, não é ficando de fora jogando pedra... É entrar lá e levar pedrada também e ver o que você pode fazer. Inclusive o ensino à distância... Eu participo de um programa ensino à distância em graduação de Educação Física, em Licenciatura em Educação Física. Eu entrei porque eu não acreditava? Não! Eu vou entrar nisso aí porque é um desafio, vou entrar e vou ver se é possível ou se não é. Eu estou vendo, lá na Universidade de Brasília, que é possível fazer. Então, veja bem, a crítica que eu vejo algumas pessoas fazendo sobre Segundo Tempo, se você quer criticar, conheça melhor e venha trabalhar com o pessoal para você ver como você vai ajudar em uma política pública como esta, isso iria ser interessante.

L.S. – E em relação à inclusão social, tu achas que o Programa Segundo Tempo atinge os objetivos propostos relativos à inclusão social?

A.R. – Olha, depende muito do que se conceitua como inclusão social. O que eu percebo no Programa Segundo Tempo é que ele não faz inclusão social conforme minha visão conceitual desta palavra, a proposta não é fazer inclusão social; é possibilitar o empoderamento das crianças para que elas sejam agentes das mudanças da sua situação. Inclusive o meu trabalho na capacitação, eu trabalho com aquela temática: “Fundamentos do Programa Segundo Tempo”... Olha ele está claro, está belo, está muito bom, ele é uma perspectiva que eu adoto hoje, porque a gente tem aquela questão paternalista de dizer: “Ah, eu vou fazer inclusão social!” A gente não faz inclusão social, eu não posso fazer pelas pessoas, o que elas têm que fazer por elas, mas eu posso empoderá-las, eu posso fazer com que ela acredite, que ela veja que ela é um cidadão com potencialidades, crítico, político e tudo mais, aí ele vai buscar as sua cidadania. Então, isso é mal de professor... O professor quer salvar o mundo, ele quer resolver os problemas, quer ser um super homem e a

coisa não é assim. Inclusive hoje quando eu falo que eu sou professor de metodologias, metodologia do voleibol, do basquete, eu trabalho com várias metodologias, só para exemplificar... Como eu trabalho com metodologias, eu falo com os meus alunos que são futuros professores de Educação Física: “Gente, eu vou ensinar vocês? Não, eu vou facilitar a aprendizagem, porque a aprendizagem é de vocês”

Então, é meio a idéia da inclusão social, eu não ensino nada a ninguém, eu facilito o processo de aprendizagem, eu dou condições para que a aprendizagem aconteça, aprendizagem é uma atitude do sujeito, não é atitude minha. Essa é a intenção que eu tenho sobre inclusão social. Nesse sentido o Programa Segundo Tempo, faz! Porque ele oferece um espaço democrático para a prática esportiva, ele cria um espaço em que a criança é vista como cidadão, ela se vê como cidadão, porque ela está tendo um direito a uma prática esportiva, está sendo outorgado, ela está tendo um espaço, ela se sujeita àquele espaço. Aí sim, você dá condições para que haja inclusão social. Uma coisa legal, interessante é a questão de gênero que está sendo debatida, ou seja, que você possa colocar meninos e meninas nas mesmas equipes...

L.S. – Atividades...

A.R. – Nas mesmas atividades, justamente, para entender a diversidade que existe e que eu tenho que respeitar você, você precisa me respeitar e nós dois precisamos trabalhar no mesmo objetivo, que é o que a gente vê aí fora. Quantas mulheres são mortas aí pelos maridos...

L.S. – Violentadas...

A.R. – Violentadas e tudo mais, porque se a criança já está em um ambiente que ela precisa negociar com o chamado, entre aspas “sexo frágil”, só na questão da força física que eu falo, você sabe que naquela bola ali, naquela jogada, você tem que respeitar a mulher por causa da sua fragilidade muscular que eu falo...

L.S. – Sim, claro.

A.R. – Não estou falando na questão intelectual, nem de possibilidades nesse sentido. Você tem a compreensão de que quando você casar, a mulher que está casada com você, você não pode levantar a mão para bater nela, que a gente chama isso de transferibilidade. Você pega do esporte, você pega a transferência da lição que você aprende no esporte para a vida social. Isso o Segundo Tempo trabalha muito bem, que é a transferência dos conhecimentos do esporte ali, a lição que você aprende no esporte, você leva lá para fora para a sua casa...

L.S. Na sua vida...

A.R. – Nas relações coletivas, na sua vida social. Então, o Segundo Tempo, precisa ainda mais, sabe, transformar isso em metodologia, isso é um grande problema que eu vejo. Quando você chega lá nos núcleos, eu como avaliador e como um educador que trabalha em uma universidade formando professores, eu vejo isso claramente: a teoria acaba não se consolidando em uma metodologia. Quando eu chego lá na ação do núcleo, ainda está dividido menino com menina, quando junta menino e menina, os meninos ainda se sobrepõem nas ações, eles ainda dominam o ambiente. Então, o professor não sabe ainda como intervir de forma pedagógica para que eles compreendam que existem as meninas jogando, que existem menores, que existem os gordinhos, existem pessoas não habilidosas junto com habilidosas e tudo mais. Então, esse também é um problema viu? Então, transformar o Segundo Tempo em metodologias, não é dar receita de bolo...

L.S. – Sim...

A.R. – Eu não estou falando disso, chegar lá com modelos prontos, dizer: “Essa é a teoria e essa aqui é a metodologia da teoria”. Não é isso, mas, possibilitar que eles compreendam e como transformar isso em ações, então, por isso que precisa essa capacitação continuada. Não podem ficar ali naqueles quatro dias, fechados em um hotel ou coisa parecida, você tem que fazer com que chegue isso lá com a nossa participação. É claro, que de uma forma, isso irá se tornar mais caro e tal, mas pode ter estratégias, vai depender agora... Está com as universidades aí nas mãos, junto... Estamos aí juntos trabalhando, pode se discutir estratégias junto com as universidades de como envolver não só a Equipe Colaboradora, mas também algo

maior na universidade em nível de estágio supervisionado ou coisa parecida. Então, é um modelo, veja bem, o Segundo Tempo nunca vai estar pronto, como nada nesse mundo, tudo muda e se aprimora, é claro, sempre para melhor.

L.S. – Bom, nosso projeto chama-se Memórias do Segundo Tempo, eu queria que tua opinião, sobre o que tu achas de preservar essa memória, por que tu achas importante?

A.R. – Eu acho importante porque - eu falo como cidadão agora - muitos projetos bons, muitas das propostas boas se perderam, porque foram idéia de uma pessoa que o órgão público investiu e acabou ficando guardado em uma gaveta. Então, a idéia de se escrever a memória é analisar a sua trajetória, é juntar documentos, dados, fatos e tudo mais, para que aquilo ali possa ficar a disposição de qualquer cidadão que possa analisar e possa resgatar algumas coisas. Porque, veja bem, o Segundo Tempo, ele é um processo... O Segundo Tempo de hoje ele é um processo que se começou em 2003, aliás, nem foi em 2003, se me permite colocar, na época do Governo Fernando Henrique Cardoso, era o Esporte Solidário e depois de um tempo o Projeto Jogar Juntos, que era do Esporte Solidário, e depois em 2003, com a vinda do Governo Lula, aí se consolidou no Programa Segundo Tempo. Então, já tinha esse embrião, como já tinha em outros, em outros, em outros, em outros, lá atrás.

“Um país que não tem memória é um país que não existe”, é alguma coisa assim, “Não existe um país sem memória”, como diz em uma propaganda aí, uma atriz aí a...

L.S. – A Fernanda Montenegro...

A.R. – A Fernanda Montenegro ela falava isso, falava isso muito bem. E esse trabalho... É muito importante esse trabalho, porque ele vai desenhar todo um processo diacrônico que é o que eu acabei de falar, da história do Programa Segundo Tempo, que não nega o seu início. A gente não pode falar: “Ah, hoje é melhor do que o início”, eu não acho essa palavra “melhor” adequada, eu acho “mais maduro”, “mais experiente”. É igual a gente, eu hoje estou com... Vou fazer cinquenta anos no ano que vem, há vinte anos eu era completamente diferente do

que eu sou hoje, mas eu era o contrário do que eu sou hoje? Não. É o meu processo. Aí a gente fala assim: “Ah, se eu soubesse o que eu sei hoje, com vinte anos atrás eu queria saber tudo que eu sei hoje”. Mas não é assim, nunca é assim, nem vai ser, porque é processo nosso de maturação. Eu acho que o Programa Segundo Tempo está em um processo de amadurecimento, como vai estar sempre... Ano que vem - não sei se a Equipe volta - mas vai ter outros desafios, e com mais vivências vão ter mais ainda. Agora, eu acho, que como memória, também deveria resgatar, eu não sei se é a ideia de vocês também, documentos, fotografias, outras formas de registro...

L.S. – É sim. Tanto que nós pedimos para todas as Equipes, para todos os núcleos, materiais que pudessem acrescentar a esse projeto.

A.R. – Exato. Eu acho que as coisas deveriam ser assim, mais divididas, fala com fulano, fala com sicrano, porque, à nível genérico, você pega de repente em um momento que um está muito ocupado: “Ah, depois eu vejo isso”. Então, por exemplo, eu mesmo, a gente mesmo da UnB, então precisaria de um contato mais direto, é uma sugestão...

L.S. – Claro.

A.R. – Vai ligar: “E aí André, vamos marcar tal dia? Então, não sei o que, que você quer que eu possa fazer, eu posso ir aí na UnB para a gente, de repente, sentar e ver o que você tem de documento?” Então, coisas parecidas, vocês irem atrás, não esperar que a gente mande, vai atrás, vai pega um avião um de vocês, vai lá para Brasília, aí cutuca lá nos arquivos, vai lá. Inclusive eu tenho fontes lá que o professor, Marcelo de Britto, que trabalhou à toda no Programa Segundo Tempo nessa época do [palavra inaudível], é uma fonte. Então, vocês tem que procurar também pessoas que não estão mais no Programa Segundo Tempo, agora, porque elas têm também coisas para passar para vocês.

L.S. – É, nós já começamos mais ou menos esse processo de entrevistar algumas pessoas que não fazem mais parte do Programa assim.

A.R. – Beleza, então ótimo. Eu acho que vai dar um material legal sabe, eu acho que se precisa, inclusive vocês vão dar um exemplo de como se constrói política pública que seja perene, esse é um grande problema, porque é igual aquela história: o Governo anterior faz uma ponte aqui, não terminou ainda, aí entra um novo Governo, aí como aquela ponte não foi começada por esse Governo, não vão fazer mais essa ponte ali não, vão fazer no outro canto, aí deixou uma ponte inacabada e começa outra ponte. Quando está para acabar, esse Governo perde a eleição, aí vem um outro Governo e não mexe nem nessa ponte do Governo do antecessor, naquela outra também não e faz em outro lugar. E nesse trabalho que vocês estão fazendo, eu acho que é muito interessante, vocês vão fazer um resgate da história do Programa Segundo Tempo, que não é o próprio Programa Segundo Tempo, são outras ações que culminaram o Programa Segundo Tempo. Vocês estão de parabéns e eu acho que, como o Segundo Tempo hoje está sendo um exemplo de gestão de política pública, vocês vão ser um exemplo de como se constrói a memória de uma política pública. É a Silvana⁷, que é a coordenadora, não é?

L.S. – Sim.

A.R. – Então, eu parabenizo a Silvana pela ideia e vocês, para que vocês continuem, porque eu acho que vai ser um trabalho muito legal, eu acho que vocês, ainda não sabem a dimensão que isso aí vai ter...

L.S. – Vamos ver futuramente [riso].

A.R. – Eu tenho certeza.

L.S. – Então, André, eu te agradeço, tu ficas à vontade se quiseres falar mais alguma coisa...

A.R. – Eu acho que no momento agora, o que eu tinha para falar era mais isso mesmo. Se eu lembrar de mais alguma coisa eu começo a mandar para vocês e tal. Ah, outra coisa que eu queria falar também: é a relação dos convênios com o

⁷ Silvana Vilodre Goellner. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do projeto Memórias do Programa Segundo Tempo.

Programa Segundo Tempo. Eu acho que com a Equipe Colaboradora, com essa presença de alguém, ela humanizou. O que eu noto é que as relações não estavam humanizadas, eram relações de papéis, de relatórios, com a nossa intervenção, indo lá, estando com eles, parece que quebrou um pouco essa questão protocolar de relação através de papéis. Uma relação mais demonstrativa e burocrática. Eu acho que humanizou mais, inclusive, quando você que faz a capacitação, eu acho legal isso, eu capacito, a Equipe Colaboradora capacita, a Equipe Colaboradora vai lá visitar, então, já estabelece uma relação mais humana. E é uma pena que quando a gente chega lá, eles olham para a gente e eles querem mais coisas, mas infelizmente a gente tem que ir embora, é um dia só. Então, a gente percebe que precisava criar um elo mais forte de humanização das ações através de atuações mais solidárias junto com eles. Então, eu espero que na próxima etapa esse seja o desafio.

L.S. – Tomara.

A.R. – De como fazer essa humanização, essa aproximação de convênio e núcleo principalmente, núcleo principalmente e o Ministério do Esporte. Precisa da presença humana, estarmos lá trabalhando com eles, porque é fácil você falar que é para mandar fechar aquele núcleo, aquele convênio que não está funcionando, mas por quê? Porque só tem o relatório, só tem números, só tem indicadores numéricos, mas precisa de uma avaliação qualitativa. Será que fomos nós, desculpa falar, nós do Ministério do Esporte, como gestores, uma incompetência administrativa de estar presente lá com eles, para resgatá-los? Senão você mata o doente, aquilo que eu falei, a gente precisa de cuidado, mas você está matando ele, sem antes resgatá-lo, saber o que é e dar algo que possa ajudar. Está bom?

L.S. – Está bom.

ALEXANDRE LUIZ GONÇALVES DE REZENDE

Alexandre é professor do curso de Educação Física da Universidade Federal de Brasília (UNB), onde atua principalmente com temáticas ligadas à área de conhecimentos sócio-filosóficos da Educação Física e da Psicologia do Esporte.

Iniciou sua atuação no PST em 2008, integrando a Equipe Colaboradora 7.

Data da entrevista: 09/12/2010

Local da entrevista: São Paulo (SP)

Entrevistador: Marco Antônia Ávila Carvalho

Transcrição: Ederson Alberto Teixeira Dornelles

Copidesque: Bruna Caroline Oliveira Prado

Revisão Final: Silvana Vilodre Goellner

Sumário

Início do envolvimento com o Programa Segundo Tempo e constituição da Equipe Colaboradora; Atuação como vice-coordenador da Equipe Colaboradora; Capacitação através de orientações e participação nas capacitações; Funcionamento da capacitação dos monitores; Pontos Positivos do Programa; Limites e Dificuldades do Programa; Formação dos profissionais da Educação Física e responsabilidades das Universidades; Importância do registro da memória do Programa.

Entrevista

M.C. – Professor, eu começo perguntando: como é que iniciou e quando iniciou teu envolvimento com o Programa Segundo Tempo?

A.R. – A Universidade de Brasília recebeu um convite por meio do professor André Reis⁸ para participar de um evento em Natal, onde haveria o lançamento das Equipes Colaboradoras como sendo parte desse processo de acompanhamento pedagógico e administrativo. Nós recebemos um documento que descrevia qual era a proposta, em linhas gerais, para a gente tomar conhecimento e a partir dali,

⁸ André Luiz Teixeira Reis.

inclusive, conseguir mobilizar as pessoas mais interessadas. Nesse primeiro momento, eles convidaram apenas duas pessoas, os que seriam talvez o coordenador e o vice, então o professor André, na ocasião, me chamou e nós fomos participar desse evento lá em Natal. Foi uma reunião administrativa onde a gente... foi apresentada a proposta como um todo e saímos dali, já com a incumbência de realizar algumas tarefas que dariam início à constituição das Equipes, dentro de cada instituição de ensino superior, que estavam ali representando uma determinada região do país.

M.C. – E a sua função atual no Programa Segundo Tempo?

A.R. – Desde o início, como ele foi o contato inicial, ele se colocou como coordenador da Equipe, e como na verdade eles começaram este processo já pensando uma... em dupla, em um coordenador e um vice, depois eles juntariam uma Equipe de avaliadores em torno deles, eu fiquei como sendo vice coordenador integrando a Equipe dele lá no Distrito Federal.

M.C. – E os processos de capacitação o senhor participou de algum processo de capacitação ou não, ao longo deste tempo?

A.R. – O processo de capacitação é interessante você perguntar, porque nesse caso a gente teria que também fazer menção à fase anterior, antes das Equipes Colaboradoras. O Programa Segundo Tempo sempre teve esta proposta de não só mobilizar a sociedade para poder oferecer o Programa, como também preocupar-se com a qualificação dos recursos humanos desenvolvidos nele, e neste sentido, a Universidade de Brasília foi procurada, mas aí não por nenhum de nós, nem eu nem o professor André. Na época, quem respondeu a este convite foi o professor Marcelo de Brito e que foi o responsável por todo o processo de capacitação do Programa Segundo Tempo, mas numa versão anterior, onde ele fez uma parceria com o Centro de Educação à Distância da Universidade de Brasília, então este processo foi feito. Era um curso de especialização, todas as pessoas que estavam participando do Programa Segundo Tempo poderiam se envolver com o curso de especialização, só que eles trabalharam com módulos escritos que eram distribuídos à distância, com suporte virtual e por telefone. Na conclusão desse

processo a gente terminou se envolvendo no acompanhamento de algumas pessoas e na orientação das monografias, procuraram as pessoas que tinham já mestrado, doutorado, para poderem ser os orientadores do trabalho final de especialização, de monografia. Aí, eu fiquei com número de orientandos em torno de dez, era à proporção que eles faziam na época, e depois participamos também das bancas examinadoras. Você na verdade orientava até dez professores e depois também você participava da banca de outro colega que teria entrado dez, então ao todo você participaria de vinte bancas, dez dos seus e dez do outro, algo aproximado em torno disto, então nós tínhamos uma experiência anterior com este processo de capacitação. Quando a gente entrou na Equipe Colaboradora, a gente percebeu que uma das coisas que eles tinham modificado era esta questão da capacitação. Eles pegaram um modelo que era semelhante à época que o Programa era do Governo Fernando Henrique Cardoso, era chamado Esporte Solidário, e eles tinham uma caravana do Esporte Educacional: que era um grupo de professores especialistas que saíam fazendo cursos em todo o país. Eles realmente montaram um núcleo de pesquisadores de referência que foram responsáveis por organizar estes cursos iniciais e eles tinham justamente este grupo formador, ele no primeiro momento fez este processo a nível nacional, visitando e reproduzindo esta capacitação para todo mundo. Então como nós estávamos sendo inseridos no Programa naquele momento, eles nos convidaram a escolher uma capacitação que tivesse acontecendo lá próximo, no Distrito Federal mesmo, na nossa localidade para que a gente participasse da capacitação e ficasse inteirado de todo o processo, como que os núcleos vivenciavam. Então a primeira capacitação que teve em Brasília, nós nos envolvemos nela. Aconteceu num hotel, neste modelo que a gente está vendo aqui, nós participamos da capacitação, também da parte administrativa: que falava um pouco da importância da gestão, desta questão de seguir a lei e de fazer a compra dos materiais, dos alimentos, selecionar as pessoas, como também da parte pedagógica, todos os custos, todas as palestras que eram dadas com as orientações de como deveria ser o dia a dia do atendimento das crianças. Então o nosso contato com a capacitação no primeiro momento foi essa, de você se inteirar para que quando você fosse fazer o acompanhamento dos núcleos, você soubesse o que eles estavam usando como referência e quais eram as diretrizes do próprio Programa. Progressivamente, como a gente foi se envolvendo com diversas capacitações, o Programa foi também mudando seu perfil e eles passaram a usar então as próprias

Equipes Colaboradoras para capacitar os núcleos que estavam sob sua responsabilidade, então nós já assumimos um certo protagonismo e éramos nós os responsáveis por transmitir estas informações para os núcleos que estavam entrando e fazendo novos convênios. Nós participamos no primeiro momento para entender e compreender o processo, e depois assumimos a responsabilidade por inclusive desenvolver a capacitação dos que estavam chegando, e é o que a gente tem feito agora, neste momento a gente geralmente escolhe os temas que a gente tem certa afinidade e uma facilidade maior para poder abordar, e quando é necessário a gente convida pessoas de outras Equipes que vão... Fortalecem naquele momento o grupo e a capacitação acontece.

M.C. – E esta capacitação se limita aos coordenadores de núcleos ou também chega aos monitores?

A.R. – Depende um pouco de cada situação, nós já tivemos em Brasília algumas oportunidades onde nós incluímos os monitores para uma análise do curso, e da viabilidade que aquela situação tinha naquele momento. Brasília não tem custo de deslocamento, não tem custo de hospedagem porque as pessoas moram muito próximas, nós tivemos aprovação para fazer e fizemos a capacitação de todos, o que foi muito bom, mas a gente entende que em outras situações é muito complicado você assumir o custo de hospedagem e deslocamento de todos os monitores, então já teve situação onde nós capacitamos apenas coordenadores também. Um diferencial que nós temos na Universidade de Brasília é que nós fizemos contato com eles e perguntamos da possibilidade da gente usar o ambiente virtual de aprendizagem, então como nós temos facilidade lá do contato com o Moodle⁹ nós começamos a introduzir essa proposta, então nós fazíamos a capacitação dos coordenadores ali conosco naquele momento e já os familiarizávamos com o ambiente virtual, quando eles voltavam, ao invés deles somente fazerem a capacitação sozinho dos monitores, eles voltavam e faziam o curso novamente com a gente no ambiente virtual, levando seus monitores sob a sua tutela. Aí, eles faziam todo o processo também à distância novamente, com a leitura dos módulos, com as

⁹ Software livre de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual.

atividades que a gente propunha, atingindo os monitores, mas aí através desta estratégia de educação à distância.

M.C. – Em relação à avaliação do próprio Programa Segundo Tempo, quais os pontos positivos que o senhor destaca do Programa?

A.R. – Bem, os principais pontos positivos quando a gente visita os núcleos: é você verificar, realmente, o impacto social que ele tem. Você vê que as crianças estão ali envolvidas, o compromisso daqueles agentes, de estarem realmente dando o seu melhor. Você vai ver que isso varia em função das circunstâncias, das condições de cada entidade que está fazendo o convênio, mas quando o Programa efetivamente estava funcionando ele tinha um impacto muito forte na comunidade, as pessoas realmente tinham ali uma oportunidade de acesso ao esporte, ao lazer. E era sempre algo feito em uma dimensão que respeitava os princípios pedagógicos, não havia discrepâncias em relação ao que a gente passava para eles na capacitação, então você via que tinha toda uma coerência e isto fortalecia o Programa.

M.C. – Estamos participando, agora, de um evento que fecha um ciclo do Programa e é até um evento de avaliação. Dentro desta avaliação: o que o senhor destacaria de limites que teve no Programa, dificuldades no Programa, e o que seria possível fazer para o Programa se qualificar mais ainda, se ele tiver uma continuidade?

A.R. – A questão dos limites do Programa... Na verdade ela termina fazendo com que a gente tenha que refletir sobre contingências diversas, se você tem alguma dificuldade por exemplo na capacitação dos recursos humanos, ela é fruto também já de problemas que você enfrenta na formação inicial dos cursos de Educação Física, quando você percebe professores que tem dificuldade de acompanhar uma capacitação e coloca-la em prática, então você percebe que o problema não é circunstanciado no Programa, é um problema *maior* da formação de recursos humanos em nível superior no País. Quando você vai e olha também a atitude da comunidade, como ela lida com a questão do esporte e lazer e os desvios que tem de interpretação... É parte de um processo de conscientização do que se pode ter do esporte como política social, muitas vezes a gente viu concorrência entre escolinhas de iniciação esportiva que preparavam para times como Programa, e as

crianças saindo dali buscando ali um sonho de se tornar um jogador profissional e tudo mais, esvaziando um pouco o Programa em função disto. Mas é todo um jogo que você tem de interesses e você percebe que as pessoas não estão esclarecidas sobre realmente o que é o esporte e as suas possibilidades educativas. Quando você vai olhar para o próprio Ministério do Esporte, os mecanismos de gestão que ele vai criando, nós fomos construindo estes processos ao poucos, a Equipe Colaboradora surge, e a partir do momento que ela surge, ela vai elaborar os seus instrumentos, os instrumentos de acompanhamento, como que vai ser a padronização desse processo, que indicadores são relevantes ou não, se nós vamos ter suporte web ou isto vai acontecer por meio de planilhas, você está vendo que este processo está se qualificando ao longo da sua execução. Hoje em dia, por exemplo, quando a gente olha para a plataforma que a Universidade Estadual de Maringá está construindo e como ela está evoluindo e fazendo com que os sistemas do Ministério se comuniquem, eu digo para você o que são aspectos limitantes, eles estão sendo enfrentados ao longo do processo e descobertos, e estão sendo resolvidos inclusive com agilidade, se você pensar nas condições do serviço público, nas formas como as coisas funcionam no serviço público do Brasil estão sendo resolvidas muito rapidamente, muito rapidamente mesmo. A gente tem uma perspectiva muito grande, talvez o maior fator limitante que a gente tem que ter agora que enfrentar de uma forma mais clara, é justamente um enfrentamento de um Programa que surge dentro do Ministério do Esporte em uma ação setorial e que a própria Educação Física tem uma discussão muito forte de qual deve ser o seu envolvimento com a Educação, e aí você fica neste embate entre esporte e Educação Física e o que a gente realmente gostaria, acho que a palavra do Júlio Filgueira¹⁰ foi muito interessante de que o Programa Segundo Tempo, ele tem que se articular com a escola e que inclusive o sucesso do Programa Segundo Tempo é o desaparecimento dele. Isso foi uma lucidez muito grande de alguém que vem inclusive do próprio Ministério do Esporte e não é da área da Educação Física, mas entender isto como um processo de sensibilização, como um laboratório. Dentro da nossa própria área, nós temos uma pressa tão grande de apontar as críticas e insuficiências e de entrar em uma disputa, às vezes, com o Governo, que as

¹⁰ Júlio Cesar Monzú Filgueira. Secretário Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte no período de maio de 2007 a outubro de 2009.

discussões são colocadas em pontos extremos e você invalida todo este processo de reflexão que está sendo feito paralelamente. Um pouco da intransigência que você tem, nesse sentido, e aquela postura que normalmente a gente vê que “hay gobierno, soy contra”, estas pessoas são contra tudo que o Governo está fazendo, isto também termina gerando um fator limitante para você se apropriar dos conhecimentos e saberes que estão acontecendo ali. Nós acabamos de ver relatos de entidades estaduais, municipais e ONGs¹¹, que você vê como este processo se qualifica na medida em que ele não é uma ação exclusiva do Ministério, ele é uma ação construída com parceiros, e parceiros que trazem novas dimensões e que redefine o Programa em cada situação onde ele é implantado. Não existe o Programa PST do Ministério do Esporte, existe um Programa dentro de cada convênio e ele se constrói de maneira diferente e aí as pessoas tentam rotular e construir uma crítica a um programa que na verdade não é um programa único, é um programa diverso, e as pessoas não conseguem captar esta diversidade. Isto termina sendo um fator limitante porque você coloca em risco uma política pública que tem um potencial de estar problematizando algumas questões e perde este potencial na medida em que você está muito mais preocupado com uma crítica pontual.

M.C. – E essa questão da formação que o senhor fala, da capacitação chegar aos monitores e depois ter um reflexo de que se eles não entendem, pode ser uma coisa na formação deles. O senhor acha que de repente é para qualificar nesse sentido, teria uma proximidade maior da universidade como o Programa, com os alunos, nesse sentido?

A.R. – Sim, eu falo nesse momento da preocupação com esta formação, porque como nós estamos justamente nesse setor nas instituições de ensino superior, eu estou fazendo uma “mea culpa”, uma avaliação crítica sobre o próprio alcance que a formação inicial tem tido; não só nas universidades públicas, mas até mesmo nas universidades particulares, nas faculdades particulares. Agora esse ponto, ele talvez pudesse entrar na sua pergunta anterior sobre os limitantes, entendeu? Um dos limitantes que a gente tem hoje é que nós temos um trabalho duplo na Equipe

¹¹ Organização Não Governamental.

Colaboradora, ele é em parte acompanhamento pedagógico e administrativo e em parte também ele é um momento de fiscalização e de registro de algumas questões que são importantes para os próprios órgãos de controle fazerem uma auditoria do processo. Nada impede que esses dois processos sejam levados juntos, a questão é que as necessidades do acompanhamento pedagógico que levariam uma capacitação continuada, não só uma capacitação inicial, mas uma proximidade maior também das Equipes Colaboradoras dentro dos núcleos e dos trabalhos, que foi um pouco do que você ouviu como sendo uma reivindicação de todos estes parceiros, eles exigiriam uma carga horária maior, um envolvimento diferenciado, isso gera um custo muito grande. Você começa a olhar para o Programa e dizer “*incrível*”, o custo de qualificação, o custo das Equipes Colaboradoras começa a assumir um vulto que é semelhante ao custo da própria execução. Você repara que para que uma política pública seja bem sucedida, muitas vezes para você dar suporte para ela, você gasta quase o mesmo que você precisaria para mera execução, parece que com isso, às vezes, as pessoas perdem a noção desse processo. Se nós tivéssemos que ter um elemento novo, agora, de participação das universidades nesse processo, elas poderiam ser vistas tanto na redefinição do papel da Equipe Colaboradora, mas ela deve ser vista também como o próprio Programa Segundo Tempo apontando para as universidades as insuficiências que elas têm tido na formação do profissional e elas terem que assumir, um pouco, esse ônus e fazer uma autocrítica e estarem redefinindo um pouco seus currículos e construindo esta aproximação com a realidade. Não é necessariamente que a própria Equipe Colaboradora sozinha tenha que dar conta disto, porque se você for olhar a Equipe Colaboradora, ela é composta por alguns elementos da universidade; estamos aqui na UnB¹², nós temos quatro professores da UnB. A UnB tem trinta professores e não é uma universidade grande em termos de corpo docente, quer dizer, nós quatro não falamos pelo curso de Educação Física como um todo. A discussão sobre a qualidade da formação profissional é uma coisa que afeta as universidades e que nós, até aqui de dentro do PST podemos apontar e dizer: “Olha, nós estamos pecando, os nossos egressos não estão dando conta de fazerem esse trabalho aqui”. E a própria universidade tem que assumir esta responsabilidade pelo seu papel social. É uma coisa que pode acontecer em

¹² Universidade de Brasília.

interface com o Programa, mas que extrapola até o próprio Programa é a própria universidade pensando no seu papel social e político.

M.C. – Os objetivos dessa entrevista que nós estamos a discorrer aqui, ao longo do evento, é preservar a memória do Programa Segundo Tempo para as próximas gerações e discussões. E o senhor acha importante esta preservação da memória do Programa?

A.R. – Fundamental, não só a discussão sobre a preservação da memória, mas se você repara que isto vem, por exemplo, já da iniciativa de vocês, um grupo que está envolvido com isso enquanto objeto de estudo no campo de conhecimento que ele atua, mas de você perceber como que o próprio Ministério, nesse momento, ele não tem uma preocupação específica voltada para esta questão, eu digo isto não fazendo uma crítica. Por exemplo, eu estou na universidade, estou na direção da faculdade e uma das coisas que eu deveria estar preocupado também é: “Que aspectos da nossa memória deveriam estar sendo registrados?” Então, até quando eu vou construir atas das reuniões de colegiado, eu já estou trazendo esta dimensão e sensibilizando os professores, dizendo para eles: “Olha, se você quer marcar o registro da sua presença nestas discussões que nós estamos tendo, quem tem que trazer este registro é você” e quem tem que discutir aqui o que deve ser fotografado, o que deve ser escrito, o que deve ser gravado, que documentos devem ser guardados, porque isto é a memória, é o processo coletivo das pessoas que estão vivendo ele. Hoje teve um comentário semelhante da pessoa de Volta Redonda, daquela senhora, ela dizendo: “Nós estamos tão envolvidos com a execução que a gente não pára para refletir, sistematizar o que a gente está fazendo.” Nós estamos tão envolvidos com a execução que a gente não pára para guardar a nossa memória, para registrar este processo até mesmo para que ele tenha um efeito multiplicador lá para frente. Realmente, essa questão da memória é fundamental, mas enquanto iniciativa de um grupo, o trabalho de vocês ainda é um trabalho de sensibilização, reparem como isso é importante. Mas enquanto o grupo não assumir isso como tarefa dele, e o próprio grupo não se propor a construir este material que vai para além do que as pessoas podem resgatar, porque os historiadores podem voltar para tentar resgatar informações além daquelas que nós escolhemos deixar guardadas. Mas é um processo que realmente nós pecamos,

é um processo falho e aí é fantástica a iniciativa de vocês, eu acho que talvez a partir daí possa as pessoas acordar e essa discussão vir a tona.

M.C. – Gostaria de agradecer pelo depoimento, mais um depoimento especial para nós do Programa Segundo Tempo aqui, muito obrigado.

A.R. – Muito obrigado você.

EVANDO CARLOS MOREIRA

Evando é professor do curso de Educação Física da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), onde atua principalmente com temáticas ligadas a práticas pedagógicas, metodologias de ensino para Educação Física Escolar e história e memória da Educação Física e do Esporte.

Iniciou sua atuação no PST em 2007, quando fez parte de uma equipe responsável por avaliar e pensar em possíveis adaptações às propostas do Programa. Em seguida, passou a integrar a Equipe Colaboradora 8.

Data da entrevista: 09/12/2010

Local da entrevista: São Paulo (SP)

Entrevistadora: Luciane Soares

Transcrição: Leila Carneiro Mattos

Copidesque: Bruna Caroline Oliveira Pedro

Revisão Final: Silvana Vilodre Goellner

Sumário

Primeiros contatos e trabalhos no Programa Segundo Tempo; Funções desempenhadas; Tempo de experiência e abrangência do serviço; Participação nas capacitações; Visão da estrutura do Programa; Limitações encontradas; Pontos positivos; Contribuição do Programa para a inclusão social e atendimento aos objetivos que se propõe; Importância do registro da memória.

Entrevista

L.S. – Primeiramente: como tu conhecestes o Programa Segundo Tempo?

E.M. – Eu conheci o Programa Segundo Tempo ainda na primeira gestão do Governo Lula, quando eu trabalhava com uma disciplina no curso superior chamada Políticas Públicas. Nós fazíamos um levantamento de todas as políticas públicas na área da Educação Física do esporte e do lazer no país. A partir dessa busca de informações eu conheci o Programa Segundo Tempo e levava, inclusive, algumas de suas particularidades da época para a sala de aula para discutir com os alunos a questão das políticas públicas da nossa área.

L.S. – E como e quando tu iniciaste a trabalhar com o Programa Segundo Tempo?

E.M. – Eu fui convidado pelo professor Amauri¹³ a participar de uma primeira reunião em maio de 2007 com um grupo de professores, na época, acho nos éramos seis. Ele nos convidou para participar de uma reunião que avaliaria um pouco das tecnologias do Instituto Ayrton Senna. Nós começamos a discutir essa tecnologia do Instituto Ayrton Senna e pensarmos em algumas perspectivas de organização do Programa Segundo Tempo a partir de algumas concepções que nós tínhamos sobre a questão do esporte educacional. Então, foi nesse período que as nossas atividades tiveram início junto ao Programa Segundo Tempo.

L.S. – E qual a tua função no Programa Segundo Tempo hoje?

E.M. – Hoje eu sou coordenador da Equipe Colaboradora 8 e acompanho os convênios de Mato Grosso, Rondônia, Tocantins e Piauí. Ou seja, coordeno uma Equipe que tem professores de Mato Grosso e, atualmente, uma professora no Piauí.

L.S. – O total disso: há quanto tempo tu trabalhas com o PST?

E.M. – Há três anos e meio, desde maio de 2007, desde o início dessa nova roupagem do Programa Segundo Tempo.

L.S. – O teu trabalho é estadual?

E.M. – É! Na verdade a gente já construiu alguns textos que fazem parte hoje dos fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo, tanto na primeira versão do material pedagógico, como no segundo material pedagógico. E, atualmente, a gente tem organizado também uma publicação de experiências práticas do Programa Segundo Tempo que é um livro que vai conter dezoito capítulos que vão abordar diversas modalidades esportivas com algumas sugestões de aula que os

¹³ Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira, Coordenador Pedagógico do Programa Segundo Tempo.

professores possam utilizar. Então, na verdade, nossa atuação ela se dá no nível nacional, mas também junto a Equipe Colaboradora no plano de alguns estados estes que eu já mencionei para você.

L.S. – Mas está vinculada a algum projeto em especial?

E.M. – Não. A gente só está diretamente ligado à coordenação geral de acompanhamento pedagógico administrativo junto à Equipe Colaboradora.

L.S. – Então, tendo este desdobramento nacional, tu conheces todos os demais desdobramentos do PST, tu participas das capacitações também?

E.M. – Participo das capacitações, desde seu o início. Na verdade eu participo das capacitações desde 2008, quando nós capacitamos os nossos multiplicadores, os nossos formadores. Quando as Equipes Colaboradoras foram constituídas, eu fui convidado para coordenar uma dessas Equipes e, a partir de então, fazer todos os trabalhos de acompanhamento.

L.S. – E tu fizeste capacitação?

E.M. – Sim! Fizemos várias capacitações.

L.S. – E qual a que tu fizeste, qual a tua capacitação?

E.M. – Na verdade não fizemos uma capacitação, nós construímos um modelo de capacitação na época. Isso ainda começou com um piloto em 2007, em São Paulo; e ainda em 2007, no Rio Grande do Sul. E a partir daí nós construímos modelos de capacitação. Já, a partir de 2008, com a constituição do primeiro ciclo de capacitação, nós coordenamos capacitações no Brasil inteiro. Eu coordenei capacitações em Campinas, coordenei capacitações no Mato Grosso, coordenei uma capacitação agora lançada no Piauí, então, a gente tem trabalhado nesse sentido.

L.S. – E qual a tua visão sobre a estruturação atual em comparação com a estruturação anterior do Programa do Segundo Tempo?

E.M. – Se nós compararmos o início dos trabalhos em 2007, nós praticamente partimos do zero. Não tínhamos uma proposta formulada, o que nos foi apresentado foi uma perspectiva de trabalho, como eu havia comentado, produzida pelo Instituto Ayrton Senna. A partir daí nós fizemos algumas proposições que foram colocadas em projetos pilotos e várias reformulações foram feitas. Hoje nós temos, com certeza, um avanço muito significativo se comparado ao início deste trabalho, se comparado há três anos e meio ou quatro atrás. Contudo, nós também identificamos que ainda há a necessidade de fazermos algumas adaptações, muito em função dessas intervenções que a gente tem feito. A gente percebe as nossas limitações, as nossas fragilidades, assim como as nossas potencialidades e, a partir dessas identificações de fragilidade, é que se tem construído outros elementos para dar conta disso. Um exemplo típico é a questão do material de experiências práticas que era uma das solicitações dos coordenadores de núcleo que diziam: “Olha, a gente precisa de alguns outros exemplos”. E, já que nós temos essa necessidade, essa demanda, resolvemos produzir um material que atenda a essa necessidade. Didaticamente e pedagogicamente nós avançamos muito e temos, ainda, muito ainda a avançar. Mas do ponto de vista do aspecto pedagógico a gente tem um caminho já bem sedimentado, bem pavimentado.

L.S. – Quais as limitações tu destacaria para o aperfeiçoamento do Programa?

E.M – Acho que a maior limitação é a dificuldade das pessoas que são capacitadas, os recursos humanos do Programa Segundo Tempo, em operacionalizar a proposta pedagógica. Eles têm dificuldade em colocar em prática e mudar a sua forma de trabalho. Geralmente são pessoas que vieram de uma formação profissional arraigada muitas vezes no tecnicismo, e quando nós apresentamos as mudanças e o novo trato pedagógico para o ensino do esporte, isso entra em choque com esse processo formativo deles. Então, a maior dificuldade que eu vejo é a operacionalização dos fundamentos pedagógicos, didáticos e metodológicos do Programa na prática, lá no cotidiano junto às crianças e isso, obviamente, reflete no monitor também, que é quem atua diretamente com todas as crianças, eu vejo que esta hoje seja a nossa maior limitação.

L.S – E os pontos positivos?

E.M – É a mudança de mentalidade de gestores e dos recursos humanos envolvidos nesse processo. Eles começaram a compreender que não basta você fazer um convênio com o Ministério do Esporte e desenvolver as atividades: há um caminho a ser trilhado. E essas pessoas têm percebido essa mudança de mentalidade, têm se dedicado um pouco mais na elaboração da sua proposta pedagógica, têm pensado para além da prática esportiva, ou seja, os elementos, os valores, as atitudes que derivam dessa prática esportiva. Eles têm ensinado para além do esporte, com as suas limitações, com as suas dificuldades, mas eles têm ensinado para além do esporte e eu acho que isso é o legado que o Programa Segundo Tempo vai deixar.

L.S – E falando da inclusão social, tu achas que o Programa atende a este requisito, ele contribui, de fato, para uma inclusão social?

E.M – Eu penso que sim, mesmo com as nossas limitações. Essas crianças se sentem parte de um grupo, elas criam um sentimento de pertença a um determinado grupo, às outras crianças e aos seus coordenadores, ao monitor. Elas saem de casa com um propósito: “Eu vou praticar esportes, eu vou me reunir com outras pessoas e com pessoas que gostam de mim”. E isso é muito significativo, por mais que os núcleos não funcionem a contento e, a gente sabe que em alguns casos isso não ocorre, talvez essa seja a única possibilidade de inclusão dessas crianças numa rede social. Seja a partir do esporte, seja a partir da vestimenta, seja a partir da alimentação, ela talvez tenha ali a única oportunidade de pensar para além daquela condição de vida que ela tem. Então, independente dos problemas que existam, com certeza o Programa Segundo Tempo tem contribuído para que essas crianças se incluam socialmente.

L.S – Pela tua prática, o Programa Segundo Tempo atende os objetivos a que ele se propõe?

E.M – Sim. Ele atende aos objetivos que ele se propõe. Ele poderia atender mais e melhor, isso é fato, mas obviamente a gente tem que também perceber que historicamente são três anos, três anos e meio, quatro anos no máximo que essa

nova estrutura do Programa Segundo Tempo foi colocada em prática. Do ponto de vista histórico é um tempo curtíssimo, talvez a gente observe uma efetividade maior daqui sete, dez, quinze anos. Mas nesse prazo curto tempo, com certeza, ele cumpriu com os seus propósitos que é favorecer a inclusão social de suas crianças, democratizar o acesso às práticas esportivas e permitir que essas crianças pratiquem atividades esportivas. Eu tenho certeza que o Programa Segundo Tempo contribuiu para isso sim.

L.S – Tu mencionaste a história, nós estamos tentando trabalhar com a memória do Segundo Tempo. Gostaria que tu falasses se tu achas importante esse projeto, o porquê, já que faz tanto tempo que tu fazes parte dessa memória também.

E.M – Eu acho extremamente louvável e significativa, principalmente porque, não que tenhamos pouco, mas a divulgação de relatos históricos, de trabalhos que envolvam as atividades físicas, o esporte, a Educação Física propriamente dita, eles não têm pelo menos no mundo acadêmico, a importância que outras áreas têm. Quando a gente observa iniciativas como a do CEME¹⁴, de fazer esse levantamento de informações, de criar um registro histórico dessas ações, a gente percebe que isso também acaba sendo uma estratégia para a gente manter viva a perspectiva do ensino do esporte, que não seja no marco do Programa Segundo Tempo, mas que seja como ponto de referência para que o esporte educacional, a perspectiva da inclusão social continue existindo. Essa iniciativa é extremamente importante, e eu acho que isso vai dar mais subsídios ainda para que o Programa Segundo Tempo continue no inconsciente coletivo como uma prática de esporte que atende às crianças em situação de vulnerabilidade social ou não, e que com certeza vai contribuir muito para que o esporte educacional se constitua como uma política pública de estado e não apenas de governo.

L.S – Então, Evando, eu te agradeço a entrevista e fica à vontade se quiseres mencionar algumas outras coisas, falar sobre o Programa fica à vontade.

¹⁴ Centro de Memória do Esporte.

E.M. – A gente entende que se nós não acreditarmos no processo, por mais que às vezes tenhamos dúvida em relação ao percurso, ou mesmo à efetividade, como às vezes a gente coloca isso até mesmo à prova: “Será que de fato está dando certo?” Se a gente for pegar na vida de cada uma dessas crianças, no contato que a gente tem com elas, nas visitas *in loco* que nós fazemos, de fato o Programa Segundo Tempo tem uma importância fundamental, seja na vida de um, de dez, de cem, de mil crianças. Por mais que, hoje, nós falemos em milhões, se nós, através do Programa Segundo Tempo, mudamos a vida de uma, de dez, de quinze crianças isso é mais importante. Porque talvez, se não fosse o Programa Segundo Tempo, nem essas dez, essas vinte, essas mil crianças teriam mudado de vida. Eu acho que o Programa Segundo Tempo tem, sim, uma contribuição fundamental, tem se tornado um espaço de discussão de intervenção pedagógica e de discussão acadêmica. Tem promovido, inclusive, sua discussão como objeto de teses, dissertações de mestrado, monografias de conclusão, de curso de especialização, etc. Isso significa que ele já tem um impacto fundamental, ou seja, as pessoas já estão querendo estudar o Programa Segundo Tempo. Isso tudo demonstra que ele tem contribuído para o cenário da Educação Física no esporte no Brasil, eu não tenho dúvida disso.

L.S – Obrigada!

ALLYSON CARVALHO DE ARAÚJO

Alysson é professor do curso de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde atua principalmente com os temas: esporte, Educação Física, educação, mídia, megaeventos esportivos, memória e cinema.

Iniciou sua atuação no PST em 2008, quando fez parte de uma equipe responsável por sistematizar as capacitações do Programa. Ainda em 2008, passou a integrar a Equipe Colaboradora 5.

Data da entrevista: 10/12/2010

Local da entrevista: São Paulo (SP)

Entrevistadora: Silvana Vilodre Goellner

Transcrição: Tuany Defaveri Begossi

Copidesque: Marco Antônio Ávila de Carvalho

Revisão Final: Silvana Vilodre Goellner

Sumário

Início do envolvimento com o Programa Segundo Tempo; Participação nas capacitações pelo Brasil; Coordenação de Equipe: Abrangência, profissionais que fazem parte, convênios; Aspectos que desenvolve dentro da formação do PST; Importância do PST para a Educação Física; demanda crescente do Programa; importância na preservação da memória do PST.

Entrevista

S.G. - Estou conversando com o Allyson que trabalha no Programa Segundo Tempo. Desde quando tu trabalhas no Segundo Tempo?

A.A. - Eu fui convidado a trabalhar no Segundo Tempo em janeiro de 2008. Aquela primeira etapa, foi o primeiro exercício sistematizando a capacitação para o Segundo Tempo, nesses novos moldes. Nesse segundo momento que o Segundo Tempo está passando, que tem uma estruturação de capacitação e acompanhamento pedagógico. Naquele momento, foram chamadas duas grandes Equipes a serem trabalhadas. Uma a partir do convite do professor Ricardo Petersen¹⁵ com o grupo do Sul, não só da Universidade Federal do Rio Grande do

¹⁵ Ricardo Demétrio de Souza Petersen. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sul, mas de outras Universidades do Sul e outros profissionais a convite do professor José Pereira de Melo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Eu estava envolvido nesse grupo do Rio Grande do Norte e, desse primeiro momento, que foi em janeiro, fevereiro de 2008 em Maringá especificamente, no qual foram debatidos os temas da capacitação, nós formamos equipes de em média oito ou dez formadores e começamos a viajar o Brasil inteiro fazendo formações. Eu lembro que nessa época passei quarenta e cinco dias sem pisar em casa, viajando de uma cidade para a outra, fazendo capacitações. Foi um exercício interessante porque, naquele primeiro momento, começou-se a perceber que a capacitação não dava para ser tão estandardizada, tão hermética, porque dialogávamos com realidades como em Manaus, no qual as cidades ribeirinhas tinham uma peculiaridade muito forte e íamos para outros centros como o Rio de Janeiro em que as dificuldades eram outras, inclusive, de acesso aos núcleos nas comunidades lá presentes. E, esse primeiro momento, foi um momento muito importante e, a partir daí, é que efetivamente começou a sistematizar formas distintas de capacitação a qual eu venho acompanhando desde então.

S.G. - Allyson, tu já conhecias o Segundo Tempo antes de atuar como formador?

A.A. - Não. Na realidade, eu conhecia, sabia da existência do Programa e, em um primeiro momento, eu o percebia com uma certa resistência pela identidade que ele criou nacionalmente, de buscar talentos esportivos dentre outras falas que eu escutava sobre o Programa. Aderi à proposta de ser formador e, posteriormente, coordenador de Equipe porque percebi um diferencial de proposta nesse segundo momento que a CGAPA¹⁶ começou investir nesse modelo de capacitação. Primeiramente foi uma aposta nas pessoas que estavam à frente disso, do próprio Pereira que me fez o primeiro convite, do Amauri que estava à frente, da Gianna¹⁷ que tem se mostrado uma gestora competente no que faz. Primeiro foi uma aposta nas pessoas e depois, evidentemente, veio o engajamento que foi natural e é o que faz boa parte do grupo dos formadores estarem aqui até hoje.

S.G. - Essa experiência de viajar o Brasil inteiro, de fazer capacitações com públicos

¹⁶ Coordenação Geral de Acompanhamento Administrativo e Pedagógico.

¹⁷ Gianna Lepre Perim, Diretora do Departamento de Esporte Educacional e Identidade Cultural da Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte.

absolutamente distintos, as suas especificidades, tu percebes que isso contribui ou não na tua formação como professor universitário? Que relação se estabelece aí? Com o que o Segundo Tempo pode contribuir nesse sentido?

A.A. - Na realidade, o primeiro aprendizado enquanto professor universitário, pesquisador, enquanto pessoa que está pensando a Educação Física, sobretudo, a parte pedagógica da nossa área, não foi nem nas formações. Foi, primeiramente, na estruturação da proposta. Nós temos um país com dimensões continentais e as diferenças não estão somente nos espaços geográficos ou nos atos culturais das pessoas, estão também na formação dessas pessoas. Então, dialogar com o pessoal do centro-oeste, dialogar com o pessoal do norte, do sul, me faz perceber que, a formação que eu tive em Educação Física e o investimento acadêmico que eu faço nela, são extremamente limitados por eu não conhecer uma série de outros referenciais discutidos em âmbito nacional. E eu acho que o exercício que o Segundo Tempo fez ao aglutinar pessoas de tantas universidades, tantos pesquisadores, pessoas de referência na área, foi isso, de pensar onde é que nós somos convergentes, onde é que nós ganhamos unidades. Então, para mim, esse é o primeiro aprendizado e, quando eu volto para a universidade, quando eu penso isso com os meus alunos, a primeira grande coisa é desconstruir que a Educação Física é monolítica como as nossas formações se propõem. Parece que só existe um discurso, uma metodologia, um tipo de fala na Educação Física. Então, temos desconstruído isso. Para mim, o grande aprendizado no Segundo Tempo, foi isso. No que diz respeito à formação, efetivamente a conversa com os coordenadores de núcleo, as formações com esse público que está como dizemos, na ponta, para mim, o grande aprendizado é ter pensado a operacionalização a partir das realidades. Isso não é fácil. E também lutar com as resistências que são de ordens distintas. Algumas vezes resistências de: “Ah, mas isso não vai mudar mesmo” ou resistência de não ter um espaço físico ou resistência de: “Espera aí! Que metodologia de ensino é essa? Que coisa retrógrada é essa? Que pensamento absolutista é esse?” Acho que a partir das experiências com grupos distintos nós conseguimos não só pensar adequações mais favoráveis ao aprendizado no esporte em diversos espaços, mas, sobretudo, de pensar aonde ainda dói a pedra no nosso sapato na Educação Física escolar. Quais são as nossas defesas na educação física de uma forma geral. Defesa de ordem que: “Eu só me sinto seguro no que eu domino”. Ou

ainda aquela do: “Nunca vai dar certo mesmo. A Educação física não é legitimada e não é importante”. O que dói? Onde é que ainda nos dói? A afirmação que a Educação Física é importante, que as práticas corporais são legítimas e são necessárias para a vida dos cidadãos brasileiros.

S.G. - E também, tem uma outra dimensão que tu estás envolvido no Segundo Tempo que é a coordenação de uma Equipe. São outras habilidades necessárias, outros conhecimentos, que, às vezes, nós também não temos informação para isso nos cursos iniciais e também vamos aprendendo a fazer isso na prática. Então, quantas pessoas, quantas Equipes, mais ou menos, estão envolvidas no grupo que tu coordenas? Como é esse desafio de coordenar uma Equipe de um projeto com uma dimensão tão grande como é o Segundo Tempo?

A.A. - Na realidade, quando eu recebi o convite para coordenar uma Equipe, me senti extremamente envaidecido pela confiança que me foi dada, pela percepção clara de que todos os coordenadores de Equipes são pessoas que já tem um renome na Educação Física, tem uma visibilidade e são pessoas que, por exemplo, eu me formei tendo como referência e para mim foi muito desafiante. Exatamente por ser um desafio, acho que eu agarrei isso de forma tão pesada. Penso que a primeira questão é que nós não temos formação para isso e eu não me senti tão desprestigiado por essa lamentação de não ter formação, porque eu percebi que isso era comum a todos os meus colegas coordenadores e alguns, com alguma dificuldade a mais. Se você pensar que, por exemplo, tem professores, profissionais de uma extrema competência, mas que não acompanham os meios tecnológicos de forma um pouco mais tranqüila como eu acompanho. Minha geração tem um pouco disso. Se bem que já está ficando um pouco para trás em alguns aspectos [risos]. E nós não temos essa formação e nós aprendemos fazendo e ainda apanhamos até hoje. Acho que crescemos muito na gestão do Programa Segundo Tempo em acompanhamento, mas ainda estamos aprendendo, estamos apanhando. Eu comecei coordenando a Equipe Colaboradora 5 que, a princípio, abarcava os estados de Pernambuco e Sergipe e agora a Equipe Colaboradora 5 cresceu um pouco. Nós estamos com Pernambuco, Sergipe e Alagoas. A Equipe 5 começou embrionariamente com apenas dois profissionais, eu e o professor Rafael Miranda Tassitano e a oficialização das Equipes Colaboradoras foi em junho de 2008 na cidade de Natal em um evento formulado especificamente para oficializar essa ação

das Equipes dentro do planejamento estratégico da Secretaria. Começamos apenas eu e o professor Rafael Tassitano. Posteriormente, tivemos a conquista de mais duas avaliadoras, a professora Loreta Melo¹⁸ e a professora Eliene Lacerda¹⁹ e, por muito tempo, a Equipe Colaboradora 5 foi limitada a quatro pessoas apenas. E, era um trabalho árduo. Eu gostava de comentar com os meus pares lá da Equipe Colaboradora 5 e dizer: “Olha, nós somos os novos e os com pouca visibilidade desse grupo. Portanto, temos que mostrar serviço. que fazer valer o nosso espaço aqui dentro”. Eu fico muito feliz em perceber que nós atendemos, em grande medida, todas as demandas que nos foram dadas. A princípio, atendíamos a três convênios em atividade: o convênio 30712007 que é da Prefeitura Municipal de Petrolina: o convênio 09612008 da Prefeitura Municipal de Olinda 12; o convênio 112/2008 da Associação Caruarú de Ensino Superior. Perdão! Esqueci de um quarto que é o 098. Agora 098 e 096. Um é Olinda e o outro é Aracaju, em que o proponente é a Prefeitura Municipal de Aracaju. Em Petrolina são quarenta núcleos. Em Olinda são dez núcleos. Em Caruaru são vinte e cinco núcleos e, em Aracaju, são vinte e seis núcleos. Então, esses quatro professores (eu, o professor Rafael, a professora Loreta, a professora Eliene) deram conta, durante muito tempo, desses núcleos todos em quatro convênios. Atualmente, a Equipe cresceu, porque cresceu também a demanda, estamos com mais. A professora Eliene Lacerda saiu da Equipe. Ela estava em Pernambuco fazendo seu mestrado e agora retomou para Goiânia onde está agregada a outra Equipe Colaboradora. E tivemos o acréscimo de mais algumas pessoas, entre elas, a professora Maria Cecília Tenório²⁰, a professora Adriana Sérvula²¹ e a professora Andréa Paiva²², E, mesmo com o encerramento de vigência de alguns convênios, como o convênio de Petrolina, Aracaju e Olinda, tivemos duas grandes entradas, o 051/2008 que é o da Secretaria Especial de Esportes de Pernambuco, que só esse tem cento e vinte núcleos de uma vez só, o IDHS²³ que é de Maceió e que também vem com cento e vinte núcleos e, o da Fundação Delmiro Gouveia que é uma cidade do interior de Alagoas que vem com apenas vinte núcleos. Então, nós tivemos demandas para

¹⁸ Loreta Meio Cavalcanti Bezerra. Faculdade dos Guararapes - Pernambuco.

¹⁹ Eliene Lacerda Pereira. Secretaria Municipal de Educação de Goiânia

²⁰ Maria Cecília Marinho Tenório. Universidade Federal Rural de Pernambuco.

²¹ Adriana Sérvula Fernandes Cunha. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

²² Andréa Carla de Paiva. Universidade Federal Rural de Pernambuco.

²³ Instituto de Desenvolvimento Humano e Social.

crescer e com esse crescimento, também novas aprendizagens. Você trabalhar com um grupo menor de pessoas (colaboradores/avaliadores) já demanda uma articulação dessas pessoas, bem como também, trabalhar com um número menor de convênios dá uma dinâmica na sua vida. Quando você pensa isso em um universo maior, dá uma outra dinâmica com um pouco de medo, um pouco de receio, mas estamos dando conta até o momento. Acho que um pouco da história da Equipe Colaboradora 5 é essa evolução de demanda e de trabalho.

S.G. - É uma demanda muito grande. Dentro da formação, que temas tu trabalhas mais proximamente? Porque o PST tem uma formação dos aspectos mais teóricos e conceituais, tem os aspectos metodológicos, tem a discussão de gênero, tem a discussão das pessoas portadoras com deficiências. Quer dizer, é uma abrangência de temáticas. Tem a própria discussão sobre a inclusão, que inclusão é essa, concepção de esporte. O que tu mais trabalhas na formação?

A.A. - Desde o princípio, meu grande apreço nas discussões, são as questões de cunho dos fundamentos. Aproximo-me bastante nessa discussão, porque penso que, se dialogado bem aqueles princípios lá, apesar de necessariamente termos ainda na nossa formação a, necessidade de estar dialogando com todas as temáticas, boa parte já podem ser ampliados apenas em temáticas específicas. Fundamentos foi um espaço onde eu sempre intervim. De um ano para cá, eu tenho namorado, paquerado e também exercido a função da formação com os temas de inclusão e com os temas de gênero. Mas isso tem sido uma paquera, porque eu tenho me aproximado dessa área atualmente, mas penso que, no momento das capacitações e, sobretudo, quando você está prestando acessória pedagógica para os núcleos, você está permeando todos os temas ...

S.G. - Todos os temas. Não têm como fugir deles.

A.A. - Não tem como fugir muito disso. Você assume um papel de expositor na capacitação, mas, no acompanhamento, você tem que dialogar sobre todos os temas e aí vem aquela coisa que eu já falei: é aí onde nós aprendemos que o nosso referencial não é tudo, não nos salvaguarda em tudo.

S.G. - Acho que é uma leitura legal essa, porque, é um desafio mesmo que te coloca ali questões e que, às vezes, nós não sabemos nem por onde sair e daí vamos

buscar. É muito legal. Queria que tu falasses um pouco sobre a importância desse programa, o que tu vês que ele tem contribuído para as políticas públicas de esporte e recreação e lazer no Brasil e também, se tu apontas alguns limites, alguns desafios para esse programa. Ele está cada vez crescendo mais. Nós vimos que o Amauri²⁴ apresentou ontem a proposta que ele potencialize-se mais em termos de atendimento. Quer dizer, é um programa que não cessa de crescer, tem a inclusão no Mais Educação²⁵, tem propostas dos cinco núcleos, PST Indígena, PST Especial, PST Universitário. Quer dizer, vai sempre aumentando. Então, como que tu vê, que importância esse programa tem e que desafios estão colocados para quem está atuando junto à construção cotidiana desse programa?

A.A. - Eu vejo que não vivi tão de perto a história da Educação Física como pessoas que tiveram a formação um pouco antes de mim. Momentos importantes da Educação Física. Penso que nós temos uma história um pouco recente nas últimas, talvez, três décadas, importantes e que não participei como profissional de área. Eu acho que esse Programa, se você pensar em uma dimensão mais nacional, se tornou uma referência para dar uma visibilidade de ação da área, mas uma visibilidade de comprometimento na área para esse reconhecimento social. Eu acho que esse já é um elemento de importância desse programa para a área da Educação Física, mesmo que não se limite ao profissional da Educação Física. Na lógica de desafios, a lógica do Mais Educação, tem me preocupado, mas é uma preocupação boa. Aguçar algumas preocupações que são antigas e que se renovam com essa nova demanda do Mais Educação. Por exemplo, de você pensar: "Está bom. Então, é ampliar espaços e tempos pedagógicos na escola e está ok. Mas isso não quer dizer uma hipertrofia do currículo. Então, não é currículo as atividades que vão ser ampliadas. O que é currículo e o que não é em uma gestão escolar? Nesse momento entra o Segundo Tempo e em que momento o Segundo Tempo está se diferenciando da Educação Física, a Educação Física como componente curricular. Aí podemos levantar novamente esse lema de estar substituindo? Estamos esportivizando, não estamos? Qual é o verdadeiro espaço desses dois elementos nessa dinâmica escolar. E acho que esse é um desafio ...

²⁴ Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira, Coordenador Pedagógico do Programa Segundo Tempo.

²⁵ Programa do Ministério da Educação ligado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

S.G. - Esse é um desafio grande nesse momento ...

A.A. - Um desafio importante e tem que ser enfrentado. Eu tenho acompanhado e tenho contribuído com a produção do material didático do Mais Educação, mais do campo esporte e lazer juntamente com o Amauri e com o Pereira e com outros profissionais que fazem parte de Equipes Colaboradoras. E esta tem sido uma preocupação nossa de tentar clarear um pouco essas diferenças e pensar as especificidades desses espaços. Para mim, este é um desafio pontual e, um segundo desafio, que eu acho que ele vai ser permanente sempre, é como ampliar a dimensão dessa política pública sem perder a qualidade. O que nós temos aí de Segundo Tempo... O Amauri brinca toda vez que ele está trazendo uma caixinha para nós. Na verdade são containers [risos]. O primeiro convite que eu tive foi para dar algumas palestras naquele primeiro momento em Maringá. Era para dar algumas palestras falando sobre o Segundo Tempo na formação e acabou. Hoje em dia eu posso dizer que, boa parte do meu comprometimento semanal para as questões das atividades acadêmicas, também estão voltadas ao Segundo Tempo e, por envolvimento, eu fico pensando: "Como é que eu lido com isso? Eu modifico um pouco meu objeto de pesquisa para começar pensar também o Segundo Tempo? Não! Isso é uma política transitória. Espero que não seja" e nós ficamos um pouco no conflito porque as coisas vão tomando grandes dimensões...

S.G. - A demanda é grande e o tempo sempre é pouco. O Amauri diz: "Preciso de um texto para daqui a quinze dias"

A.A. - Quinze dias: "Amauri, não dá" [risos]...

S.G. - Quinze dias. E são quinze dias e tem que correr...

AA - Sim. E, inclusive, acho que nós já perdemos pessoas legais nas Equipes, porque não conseguiram acompanhar esse ritmo ...

S.G. - Acompanhar esse ritmo fremente ...

A.A. - Não sei bem como é que é isso. Então, essa é uma preocupação de manter a qualidade. Acho que até agora nós estamos conseguindo mas me preocupa.

S.G. - Claro, por causa da ampliação.

A.A. - Sim e vem aí mais coisa. Você citou aí o PST Universitário, o Especial, o Indígena, o Quilombola, o Internacional, o tudo. Aonde não vamos parar? [riso]. Nós nos perguntamos se em algum momento nós vamos ter D.E.²⁶ no Segundo Tempo [risos].

S.G. - Eu queria te agradecer. Tu queres comentar mais alguma coisa sobre o Programa? Nós estamos fazendo esse registro para o Projeto da Memória que o Centro de Memória do Esporte está coordenando, dada a significância do Projeto e o impacto que ele tem. Nós fizemos esse Projeto junto ao Centro de Memória do Esporte que é exatamente para deixar registrada essa trajetória de um Programa de tal dimensão. Então, não sei se tu queres comentar mais alguma coisa. Fica à vontade.

A.A. - Acho que a iniciativa da preservação dessa memória é extremamente importante dado a outro impasse que nós estamos vivendo agora de tentar entender se essa política que está dando certo não seja apenas uma política de governo, mas que se estabeleça com política de estado.

S.G. - De estado.

A.A. - Sim, uma política de estado. E aí é pensar: garantir essa memória e, sobretudo, sistematizar essa memória, apresentá-la, também pode nos salvar em algum momento de recuperar esses momentos se não houver a continuidade de conseguir apontar esse momento histórico que nós estamos vivendo para perspectivas em outras oportunidades que tenhamos. Espero que não se perca o fio da meada porque o ritmo já está bom, mas, se por algum acaso perdermos, esse elemento da memória é importante para que nós consigamos resgatar o que há de bom nesse nosso momento e reelaborar com outro. Acho que é isso.

S.G. - Muito obrigada e continuamos contando contigo no projeto da memória.

A.A. - Sim, pode contar. [riso]

²⁶ Dedicção Exclusiva.

DINAH LUCAS PINHEIRO DE AZEVEDO E ADALBERTO PEREIRA DA SILVA

Dinah é professora do curso de Educação Física da Universidade Estadual Vale do Acaraú, onde atua principalmente com temáticas ligadas a Educação Física Escolar e Educação Física Inclusiva.

Iniciou sua atuação no PST em 2009, integrando a Equipe Colaboradora 20.

Adalberto é professor aposentado do curso de Educação Física da Universidade Estadual Vale do Acaraú, onde atuava principalmente com temáticas ligadas a Educação Física Escolar, Gestão Ambiental e os Esportes da Natureza.

Iniciou sua atuação no PST em 2009, integrando a Equipe Colaboradora 20.

Data da entrevista: 10/12/2010

Local da entrevista: São Paulo (SP)

Entrevistadora: Marco Antônio Ávila de Carvalho

Transcrição: Juliana de Abreu Werner Tavares

Copidesque: Letícia Baldasso Moraes

Revisão Final: Silvana Vilodre Goellner

Sumário

Envolvimento dos entrevistados com o Programa Segundo Tempo; Impactos do PST na comunidade onde são coordenadores; Trabalho desenvolvido no Estado do Ceará; Processo de formação e capacitação dos coordenadores e monitores; Objetivos e valores do PST; Estruturação do PST; Limites e Possibilidades; Preservação da memória do Programa Segundo Tempo.

Entrevista

M.C. – Começo perguntando para vocês... Como e quando iniciou o envolvimento com o Programa Segundo Tempo?

D.A. – O nosso envolvimento com o Programa Segundo Tempo aconteceu a partir do final de 2009, quando meu colega de turma na Faculdade de Educação Física da

Universidade Estadual de Londrina, a UEL, o professor Luis Cláudio²⁷ me convidou para fazer parte da Equipe Colaboradora 20 e dividir o convênio do governo do Ceará com a Equipe Colaboradora 19, do Rio Grande do Norte, já que o referido convênio abrangia 245 núcleos além de ser o único que atendia a maioria dos municípios. Era interessante, portanto, para o Ministério do Esporte ter uma Equipe Colaboradora no Ceará, racionalizando custos e estimulando maior aproximação entre a coordenação geral e toda a população envolvida. Em seguida convidei o professor Adalberto, também professor adjunto do curso de Educação Física da Universidade Estadual Vale do Acaraú, com sede em Sobral, onde moramos, localizada na zona norte do Estado do Ceará, distante a 242 km de Fortaleza para ser o vice-coordenador; junto percebeu a necessidade de envolver outros nomes docentes do nosso curso, que prontamente se colocaram a disposição. Os professores José Lyryal Rolim de Castro, Luiz Carlos da Silva Júnior, Francisco Irapuan Ribeiro, Thiago Tavares Soares e Núbio Vidal passaram assim a intergrar a Equipe Colaboradora 20.

Nosso trabalho se iniciou enfrentando muitos percalços, lá no “interiorzão” do Ceará, com muitas dificuldades, mas compreendendo a importância da nossa missão enquanto educadores, o que nos fortaleceu diante deste novo desafio e na concretização da busca pela consolidação de um trabalho sério para a efetivação de uma política pública consistente e capaz de atender um número maior de crianças, adolescentes e jovens que se encontram em áreas de vulnerabilidade social no Estado do Ceará.

Iniciamos as nossas primeiras visitas *in loco*, acompanhando 104 (com 10 mil beneficiados) dos 245 núcleos subordinados ao convênio 053/2008 do Governo do Ceará. Naquele momento atendemos 20% dos núcleos que nos foram estratificados, cumprindo a rotina árdua do PST e tentando conciliar nossas atividades do PST com as nossas obrigações diárias na Universidade. Diante de todo esse desafio organizamos a primeira capacitação para 89 coordenadores de núcleo do convênio com o SESC-CE²⁸ em abril de 2010, cumprindo em seguida a rotina das visitas *in loco*, o temido relatório consolidado, enfim, todas as atribuições e competências das Equipes Colaboradoras. No momento presente acabamos de receber a notícia da aprovação dos convênios com a Prefeitura de Sobral, de

²⁷ Luiz Cláudio Reeberg Stanganelli. Universidade Estadual de Londrina.

²⁸ Serviço Social do Comércio - Ceará

Maranguape e da cidade de Graça, além da prorrogação do convênio com o SESC que deverá ter vigência até junho de 2011, perfazendo a partir daí um total de 17.300 beneficiados em 173 núcleos. Além disso, estamos aguardando a autorização dos convênios com as prefeituras de Crateús, Maracanaú (Projeto Piloto do Mais Educação²⁹), General Sampaio, Limoeiro do Norte, Fortaleza, Juazeiro do Norte e Àquelas, totalizando mais 24.00 beneficiados em 214 núcleos.

A.S. – O Programa Segundo Tempo na Equipe Colaboradora 20 tem dois momentos interessantes que deveremos colocar. Eu me lembro que no início a nossa universidade não estava envolvida com o PST, desconhecendo seus objetivos e tendo rejeição pela própria filosofia que naquele momento aparecia através das escolinhas de esportes, considerando como negativo para um programa da magnitude do ME. Quando o Luiz convidou a nossa universidade e nós fomos para o primeiro encontro, verificamos a seriedade e a importância da sua filosofia e de todos os procedimentos pedagógicos que nos foram apresentados pela Equipe Pedagógica do professor Amauri³⁰. Então, foi a partir daí que a nossa Equipe Colaboradora 20 aderiu à proposta, incluindo em nossa rotina diária mais esse desafio, compreendendo que a universidade deveria ser parceira para cumprir a sua responsabilidade social, enquanto Instituição de Ensino Superior que deve cumprir seus objetivos nos três pilares de sustentação: ensino, pesquisa e extensão. No primeiro momento estávamos meio perdidos e depois começamos a nos apropriar dos instrumentos e de todos os procedimentos que o PST desenvolve com muita propriedade.

M.C. - Então na concepção de vocês, ele cumpre o papel social da inclusão?

D.A. - Sim. De forma ampliada, podemos identificar que o PST, dependendo da realidade em que seus núcleos se encontram, adquire sua própria identidade, seja na utilização do esporte no combate ao uso de drogas, situação de rua, ou mesmo de fome. Tenho percebido que a função social do esporte educacional se consolida, quando em todos os núcleos visitados tem se identificado que os beneficiados

²⁹ Programa do Ministério da Educação ligado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

³⁰ Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira, Coordenador Pedagógico do Programa Segundo Tempo.

pertencem ao público alvo proposto, recebendo todo tratamento diferenciado e tranquilizando assim suas famílias, que na sua maioria não teriam o suporte necessário para proporcionar aos seus filhos a participação num programa com a qualidade do PST.

A.S. – Eu acho que o maior mérito desse programa é a inclusão social, compreendendo hoje que o PST tem um objetivo claro e definido que foi reforçado na palestra da professora Suraya Darido³¹, onde podemos reafirmar que o esporte só poderá ser educacional, a partir do momento que ele tiver um propósito pedagógico e for trabalhado na perspectiva de considerar o ser humano como um todo; caso contrário, não terá significado e não deverá cumprir o seu papel na construção de cidadãos conscientes e participativos.

M.C. – A extensão do trabalho de vocês é a nível estadual então, no estado do Ceará?

A.S – Isso.

D.A – Isso.

M.C. – Perfeito. E sobre o processo de capacitação, participaram de diversos processos de capacitação?

D.A – Primeiramente fomos convidados pela Equipe Gestora do Ministério do Esporte para assistir a capacitação que a Equipe Colaboradora 19 realizou para os coordenadores de núcleo do convênio com o governo do Ceará, em Fortaleza; em seguida a nossa EC iniciou o nosso primeiro encontro também em Fortaleza com os professores Luiz Cláudio e Sérgio³², momento em que nos foram repassadas as primeiras informações sobre o funcionamento da plataforma e as rotinas de uma Equipe Colaboradora.

A.S. – A nossa Equipe talvez tenha sido uma das Equipes que teve o privilégio de ser capacitada dentro dos padrões normais, onde no primeiro momento nós fomos

³¹ Suraya Cristina Darido.

³² Sergio Augusto Rosa de Souza.

convidados a assistir uma capacitação, orientada por uma Equipe experiente. Então nós assistimos como convidados. Em seguida nós fizemos capacitação com a Equipe Gestora, com a Equipe Pedagógica, com a nossa Equipe Colaboradora, e depois nós passamos a realizar o processo de capacitação. Então a nossa Equipe na realidade foi uma Equipe que seguiu os passos que a Equipe Pedagógica considera como normais.

D.A. – Complementando a fala do professor Adalberto, passamos a ser chamados de início de Equipe Colaboradora Piloto.

M.C. – E vocês acham que essa capacitação dos coordenadores e posteriormente dos monitores chegou ao objetivo final, na ponta mesmo que até é o anseio de alguns aqui?

A.S. - Eu diria que nós temos um pequeno fosso ainda, um pequeno abismo que, eu diria, não passa de 5 metros de altura; não é um abismo, é uma vala, pois quanto aos fundamentos teóricos e metodológicos, a maioria dos coordenadores e monitores de núcleo que tem formação na área, ainda tem dificuldade para entender e implementá-los, causados pela “deformação” em sua formação. Os cursos de Educação Física hoje não têm competência, em sua maioria, para incutir no futuro profissional uma visão pedagógica do esporte. Até porque, historicamente, o esporte tomou conta das nossas formações como conteúdo final, sendo apenas trabalhado pelo viés do rendimento, do talento, da performance, enfim o viés do esporte pelo esporte, sem considerar o esporte educacional na sua essência, ficando de início muito difícil essa compreensão, dificultando assim esse entendimento e sua efetivação junto aos nossos beneficiados.

D.A. – Compreendemos que as sequências das capacitações deverão ser realizadas a partir da realidade de cada convênio, considerando a formação de todos os seus integrantes, como também as suas estruturas, para facilitar o entendimento e a relevância dos trabalhos futuros e as possibilidades de transformação junto aos beneficiados.

M.C. – A gente está num evento de fechamento de um ciclo de avaliação do Programa, e nesse sentido, na opinião de vocês, o que é possível fazer para o Programa se qualificar ainda mais?

D.A. – Bom, eu penso que o segredo é procurar estratégias para entender a realidade de cada núcleo, sabendo que não é fácil, face às diferenças culturais existentes em todas as regiões do nosso país. Posteriormente fazer um acompanhamento mais específico, buscando encontrar estratégias para fazer com que os nossos gestores compreendam a necessidade de valorizar a importância do Programa Segundo Tempo para os seus beneficiados, e para a sua localidade, compreendendo-o como um suporte para o desenvolvimento nos diversos segmentos da nossa sociedade.

A.S. – Eu acho que a qualificação é o ponto central, porque percebemos ao longo desse ano, por exemplo, que, se os coordenadores de núcleo repassassem aos monitores o que receberam na sua totalidade, nós teríamos um trabalho de qualidade junto aos nossos beneficiados. Então, talvez como sugestões para 2011, deveríamos investir mais nas capacitações dos monitores, com a mesma carga horária dos coordenadores de núcleo, envolvendo os parceiros para cumprir o que está pactuado no PPN³³.

M.C. – Um dos objetivos, senão o objetivo central do nosso projeto da memória é preservar a memória do Programa Segundo Tempo, colhendo esses depoimentos para que futuros possam registrar. Na sua visão é importante preservar essa memória do Programa Segundo Tempo?

A.S. – Ah, sem dúvida. Eu acho que nós precisamos resgatar todos os passos das nossas caminhadas, para não continuar fazendo parte deste discurso que existe no Brasil, que é retratado como um país sem memória.

D.A. – Para nós da Equipe Colaboradora 20, é muito importante estar fazendo parte deste projeto memória junto ao PST, no momento em que compreendemos a importância da contribuição de cada avaliador, cumprindo o seu papel com

³³ Plano Pedagógico do Núcleo.

responsabilidade e contribuindo para a inclusão social definitiva de milhares de crianças e adolescentes espalhados pelas diversas localidades daquele Ceará sofrido, mas sempre esperançoso e acreditando num futuro melhor.

M.C. – Então tá, eu gostaria de agradecer a entrevista de vocês, mais uma ótima contribuição; espero que possam contribuir ainda mais. Certo?

A.S. - Felicidades e bom trabalho.

D.A. - Nós é que agradecemos e nos colocamos a disposição, na certeza de que a contribuição da Equipe Colaboradora 20 estará na memória do PST e poderá um dia ser lembrada por todos e, quem sabe ser julgada como uma Equipe que tentou fazer o melhor e contribuiu para a inclusão da maioria das crianças e adolescentes que, ainda hoje, estão à margem da nossa sociedade.

LUCIANO DAS NEVES CARVALHO

Luciano é professor de Educação Física do Instituto Federal do Ceará (IFCE), Campus Juazeiro do Norte.

Iniciou sua atuação no PST em 2012, integrando a Equipe Colaboradora 20.

Data da entrevista: 31/01/2014

Local da entrevista: Brasília (DF)

Entrevistadora: Pamela Siqueira Joras

Transcrição: Leila Carneiro de Mattos

Copidesque: Christiane Garcia Macedo

Revisão Final: Silvana Vilodre Goellner

Sumário

Envolvimento com o Programa Segundo Tempo; Atividades desenvolvidas pela Equipe Colaboradora; Trabalho com a temática étnica; Inclusão da discussão sobre a presença de negros no Programa; Pesquisa sobre a inserção e visibilidade dos negros nos núcleos do Programa Segundo Tempo no Ceará.

Entrevista

P.J. – Então, Luciano primeiro eu gostaria de agradecer a tua disponibilidade em nos conceder essa entrevista e eu queria que tu falasses como conheceu o Programa Segundo Tempo e como tu iniciou as tuas atividades.

L.C. – O Programa Segundo Tempo na verdade eu conheci ainda dentro da Universidade quando eu fui procurado por um aluno para orientar um trabalho que ele vinha desenvolvendo. A partir daí comecei a pesquisar a estudar um pouco mais sobre o que é o Segundo Tempo e há um tempo atrás recebi o convite para compor a Equipe de colaboradores da Equipe Colaboradora 20 e a partir daí estou dentro do Programa.

P.J. – E qual a função que tu desenvolve dentro do Programa?

L.C. – Hoje sou avaliador, um dos avaliadores da Equipe Colaboradora 20. A gente

tem desenvolvido... Tenho feito visitas nos núcleos que tem no interior do Estado na Região Sul do Ceará.

P.J. – E qual as atividades que tu vem desenvolvendo junto a Equipe, junto ao projeto?

L.C.– Junto ao projeto uma das capacitações de um dos núcleos que ocorreu lá na cidade de Juazeiro, inclusive foi o núcleo de Juazeiro um dos maiores que a gente tem; depois do grupo regional do estado, eu tive oportunidade de entrar na discussão étnica, de propor uma discussão étnica dentro do Programa, quando até então eu estava pesquisando sobre jogos, brinquedos e brincadeiras de matriz africana. E fui convidado pelo professor Adalberto³⁴ e professora Dinah³⁵ para facilitar uma oficina de um desses jogos africanos chamado Mancala. A partir daí comecei a despertar o interesse em conhecer o negro dentro do PST, um tema de absoluta importância essa discussão dentro do Programa uma vez que o Programa pretende ou tem a pretensão de ser uma política pública a gente não pode deixar de focar ou de dar visibilidade a quem são essas pessoas que estão dentro do Programa principalmente essas pessoas de origem negra.

P.J. – E quais os limites que tu vê dentro do projeto e quais as possibilidades ?

L.C. – Eu vejo, pelo que me parece, a discussão com muita possibilidade para ampliarmos o que estamos pretendendo enquanto política pública. Então, enquanto política pública, a gente tem que incluir essa fatia significativa da população que compõe mais de 52% da nossa população. A gente tem uma possibilidade muito grande historicamente de começar a pontuar alguma dessas questões do negro dentro desse Programa para dar essa visibilidade do negro, pois no país historicamente a gente tem percebido que isso se dá pelo contrário. A maioria dos discursos gira entorno do vazio, do discurso do silêncio, onde a gente enxerga nesse discurso do silêncio a negatividade da presença do negro no Brasil, e muito particular lá no meu estado, no Ceará, onde durante muito tempo da história do estado foi negado a presença do negro na formação dessa sociedade.

³⁴ Adalberto Pereira da Silva

³⁵ Dinah Lucas Pereira de Azevedo.

P.J. – E vocês vêm pensando em estratégias para conseguir incluir o negro no Programa ou vocês tem alguma iniciativa?

L.C. – Na verdade o negro está dentro do projeto, mas ele não está visibilizado, então, a iniciativa primeira nossa é exatamente essa, de trazer à luz do Programa a presença do negro dentro dele. Então, é uma iniciativa muito particular minha, dessa questão de que a mesma dificuldade que a gente vem encontrando de inserir a mulher ou colocar a mulher dentro desse contexto do Programa, muito por conta de trabalho doméstico que ela é levada, trabalhos domésticos e muitas vezes ela também tem que contribuir na economia familiar; quando ela é tirada das atividades do núcleo, a gente tem que enxergar também que essa mulher ou essa menina que está dentro do Programa é uma menina negra. Então eu queria discutir e minha pretensão é discutir dentro dos nossos convênios essa questão da presença da mulher, da presença da mulher negra, da presença do homem negro dentro do Programa. Então eu estou pautando em cima da Lei 10639/03 que trata desse ambiente educacional formal e não formal das discussões das relações étnico-raciais e da história do povo africano porque a ancestralidade desses meninos tem nos mostrado que eles deram uma contribuição extremamente significativa na formação da sociedade brasileira e hoje essa mesma sociedade nega a presença do negro, então, nós temos que valorizar essa informação, valorizar essas iniciativas, valorizar a presença do negro para que ele consiga realmente se fortalecer nesse aspecto. É uma iniciativa muito particular em função de interesses meus e eu queria poder, dentro do PST, dar essa contribuição de mostrar que o negro está presente, que o negro teve uma formação extremamente dura. O negro ele foi excluído durante muito tempo, mas ele está presente até hoje formando essa sociedade, para que os nossos beneficiários não se enxerguem apenas como número e um número negativo ele se enxergue como potencial, uma potencialidade a ser explorada, um potencial para ajudar ainda mais para contribuir e enriquecer ainda mais essa sociedade

P.J. – É tua intenção ampliar para todo o Programa Segundo Tempo ou vai mais regionalizar mesmo?

L.C.– A iniciativa primeira é essa. Eu vou analisar principalmente o núcleo que funciona dentro do Instituto Federal³⁶, a gente tem lá na nossa instituição o núcleo PST do IFCE e a partir daí eu vou conversar com a coordenação e vice-coordenação da Equipe Colaboradora 20 para que a gente, nas nossas visitas em alguns desses núcleos, a gente possa fazer essa investigação para ter um retrato, pelo menos uma amostra, de como está a presença do negro no PST no Ceará, de onde ele vem, quem é, quais as pretensões, quais as suas potencialidades, para que a gente consiga realmente dar essa visibilidade maior, para que a gente consiga fortalecer a presença desse negro, para que a gente consiga realmente tratar ele como esse cidadão que é e merece respeito. Então eu estou investigando um pouco nesse sentido de saber onde é que eles estão e qual essa contribuição na formação do cidadão que esta dentro do projeto do Segundo Tempo e quais são as outras informações, por exemplo, que outras contribuições o negro pode dar ao projeto. Porque historicamente a gente tem observado que os negros têm uma história cultural, eles têm uma história coletiva, eles têm uma história de organização e também tem seus jogos, seus brinquedos, suas brincadeiras, que remontam a essa origem africana que muitas vezes a gente acaba fazendo elas dentro do nosso Programa, mas não dá o seu reconhecimento a sua origem, de onde veio, porque se faz. Então a ideia é essa, mostrar que muitas dessas brincadeiras e dos nossos jogos de hoje têm essa matriz africana que deve ser destacada e devemos valorizar a comunidade negra.

P.J. – Mais alguma coisa que tu gostarias de registrar? Algum fato que tu gostarias de compartilhar conosco?

L.C. – Lamentar, infelizmente lamentar, que esse Programa ainda não teve esse olhar para essa população, mas ao mesmo tempo ver o lado positivo de que o Programa está aberto para essa nova discussão. Então, enquanto a gente lamenta, não e só ficar lamentar e ficar questionando, também é ver esse potencial, essa possibilidade que a gente está enxergando e está vendo para crescer. E realmente se mostrar e se fazer com que nesse ambiente formal e informal de ensino e aprendizagem, principalmente ligado ao esporte, também a gente tem essa

³⁶ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

possibilidade de fazer essa discussão.

P.J. – Então Luciano é isso, gostaria de te parabenizar pela tua iniciativa e colocar o Centro de Memória do Esporte à disposição no que a gente puder colaborar.

L.C. – Eu que tenho que agradecer, porque essas pequenas lacunas que nos são abertas, a gente tem que meter realmente a mão, meter o braço e a cabeça, para que seja porta de passagem para que muitas outras discussões ainda possam ser destacadas. Obrigado!

P.J. – Obrigada!

FERNANDO CÉSAR DE CARVALHO MORAES

Fernando é professor do curso de Educação Física da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), onde atua principalmente nas áreas de Educação Básica, Educação Física e Esportes, Pedagogia do Movimento e Desenvolvimento Humano.

Iniciou sua atuação no PST em 2005, quando coordenou o convênio do PST estabelecido entre a UFMS e o ME. Em 2008, passou a integrar a Equipe Colaboradora 9.

Data da entrevista: 09/12/2010

Local da entrevista: São Paulo (SP)

Entrevistadora: Luciane Silveira Soares

Transcrição: Leila Carneiro Mattos

Copidesque: Letícia Baldasso Moraes

Revisão Final: Silvana Vilodre Goellner

Sumário

Envolvimento com o Programa Segundo Tempo; Relato das ações administrativas, pedagógicas e escolar dos núcleos e dos convênios firmados; Projetos que envolvem o Programa Segundo Tempo; Relato da importância do resgate da memória do Programa Segundo Tempo; Desdobramentos do programa ao longo de sua gestão; Processos de capacitação; Pontos positivos e objetivos do Programa.

Entrevista

L.S – Fernando, como tu conhecestes o Programa Segundo Tempo?

F.C – O primeiro contato com o Programa Segundo Tempo de modo mais sistemático foi em 2005, ano que foi estabelecida uma parceria da Secretaria do Estado de Educação do Mato Grosso do Sul com o Ministério do Esporte e com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, onde eu trabalho. Nessa parceria havia a participação de acadêmicos do curso de Educação Física e, na época, eu coordenava um curso de Educação Física da nossa instituição e acabei sendo gestor da Universidade nesse convênio firmado junto ao Ministério e junto a Secretaria de Estado de Educação. Anteriormente eu havia tido um pequeno contato através de

propagandas informativas vinculada na mídia nacional acerca do Programa Segundo Tempo mas, particularmente, eu não conhecia com profundidade. O conhecimento de maior proximidade foi no ano de 2005.

L.S – Quando tu efetivamente começaste a trabalhar no Programa?

F.C – Esse vínculo através da Universidade, como gestor da Universidade, fez com que nos envolvêssemos no Programa mas em um outro formato: como gestor, no caso da participação dos acadêmicos enquanto estagiários. Esse convênio findou-se no ano seguinte encerrando um vínculo junto ao Programa. No ano de 2008 eu retomei a participação a partir da constituição das Equipes Colaboradoras, que é o formato atual do sistema de acompanhamento administrativo e pedagógico. A partir de julho de 2008 eu tive contato novamente com o Programa sendo convidado a participar de uma das Equipes Colaboradoras como coordenador da Equipe 9, que coordena as atividades desenvolvidas do Programa Segundo Tempo no estado do Mato Grosso do Sul e no estado de Goiás. Permaneço até o momento exercendo esta função.

L.S – A tua função é de gestor coordenador?

F.C– Isso. Sou coordenador geral. Coordenador da Equipe Colaboradora 9.

L.S – Então, tu trabalhas desde 2008 nesse formato?

F.C – Nesse Formato.

L.S – A tua extensão trabalhando no PST é estadual ou regional?

F.C – É regional. Envolvendo isso: parte da região centro-oeste, ou seja, envolvendo o estado Mato Grosso do Sul e de Goiás.

L.S – Qual é o projeto tu estás vinculado hoje? Ele está vinculado a um programa mais especial dentro do Segundo Tempo?

F.C – No Segundo Tempo o vínculo principal seria como coordenador que acompanha as ações administrativas e pedagógicas dos núcleos e dos convênios que nós acabamos avaliando e organizando o cronograma de visitas nesse sentido todo. Além disso, existe um programa especial recente que é o programa Segundo Tempo no Programa Mais Educação³⁷, então, eu sou o responsável por esse projeto especial dentro do Programa Segundo Tempo. Nessa participação devemos ter algumas pessoas, designar algum membro da Equipe para poder assumir esta responsabilidade. Como eu trabalho também com a questão pedagógica e com a questão escolar, então, consideramos que eu seria a pessoa mais indicada para poder colaborar e participar nesse processo de acompanhamento do Programa Segundo Tempo no Programa Mais Educação.

L.S – E há alguma seleção de projetos para serem contemplados dentro da tua região com o Mais Educação?

F.C – Sim. O Mais Educação é desenvolvido a partir do interesse das escolas nas Equipes vinculadas ao Ministério da Educação que se cadastram e fazem as opções de atividades complementares, ou seja, para ampliar o processo de educação oferecido nos estabelecimentos escolares. No caso de Mato Grosso do Sul existem escolas que tem o Programa Mais Educação nos municípios de Campo Grande, Corumbá e Dourados. Em Goiás existem aproximadamente quinze municípios que também desenvolvem o Programa Mais Educação com o Programa Segundo Tempo.

L.S – Com atividades diversas?

F.C – Com atividades diversas.

L.S – O núcleo seleciona as atividades?

³⁷ Programa do Ministério da Educação ligado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

F.C – Isso. A escola, dentro de um rol de atividades, faz a opção por algumas que ela vai desenvolver. Uma das atividades que a escola pode escolher é o Programa Segundo Tempo, então, nós temos diversas escolas em diversos municípios que fizeram a opção de ter como uma das atividades especiais do Programa Mais Educação o Programa Segundo Tempo.

L.S – O que tu conheces sobre o início do Programa Segundo Tempo e os desdobramentos que ele tem daquela época até hoje?

F.C – O meu primeiro contato com o Programa Segundo Tempo foi realmente através da mídia e de um ou outro panfleto informativo divulgado pelo próprio Ministério do Esporte no sentido de promover a divulgação ou que as pessoas tivessem acesso a uma nova proposição a ser desenvolvida pelo Ministério do Esporte. Então estes contatos preliminares, ou seja, estes contatos iniciais, na verdade, acabaram sendo um pouco tímidos porque o que a mídia divulga acaba sendo muito pouco dentro da riqueza que é o Programa Segundo Tempo. Na verdade eu realmente tomei ciência a partir de 2005 com estabelecimento dessa parceria em relação ao vínculo da Secretaria do Estado de Educação com o Ministério do Esporte, no qual nos tivemos acesso a toda proposição, ou seja, o projeto que é o Programa Segundo Tempo. A princípio nos chamou bastante a atenção, inclusive, indicando as ricas possibilidades de caráter educacional não só no que diz respeito ao esporte propriamente dito, mas também no processo de formação humana que é uma das metas, ou seja, o poder público a ser desenvolvido através dos seus processos educativos quer seja desenvolvido através do Ministério de Educação e das ações educativas formais ou até das outras ligadas mais a questão até mesmo assistencial.

L.S – E qual a tua visão sobre a estruturação atual do PST? Tu consideras que anteriormente era mais ideal? Queria que tu falasses um pouquinho sobre isso...

F.C - Posso dizer que a estrutura que nos temos hoje, a estrutura que o Ministério apresenta é de riquíssima constituição, bastante avançada. A estrutura procura contemplar e superar todas as lacunas de acompanhamentos anteriores e é bastante adequada para o significado que o Programa tem hoje. Nós podemos

entender que pela sua abrangência o Programa Segundo Tempo consegue atender um público eu acho que jamais imaginado. Nós temos o Programa desenvolvido nas mais diferentes regiões brasileiras, inclusive, posso falar no caso de um dos convênios que nós acompanhamos no Mato Grosso do Sul, um convênio feito pela Prefeitura Municipal de Dourados no qual nos tínhamos um núcleo do Programa Segundo Tempo em uma escola localizada em região indígena. Na aldeia indígena tinha uma escola na qual eram matriculados apenas integrantes da comunidade indígena, pela sua própria localização. Até mesmo num local desses tínhamos um núcleo do Programa Segundo Tempo. A sua abrangência e o vulto que tomou realmente demanda um processo de acompanhamento muito mais ampliado que o previsto inicialmente. Eu poderia dizer que a estrutura que se tem hoje é uma conseqüência de uma nova demanda, ou seja, a sua abrangência requer um acompanhamento mais próximo, mais profundo, mais ampliado e mais freqüente. A constituição das Equipes Colaboradoras tem um contato direto com os núcleos, com os coordenadores, com os monitores e com o público atendido e isso é um grande passo. No nosso entendimento podemos dizer que todos os beneficiados do Programa Segundo Tempo são acompanhados diretamente através das Equipes coordenadoras, ou seja, nos temos um contato direto, temos esta grande possibilidade. Além desses colaboradores, a rede organizada dentro do próprio Ministério da Educação, da Secretaria Nacional e do Esporte Educacional tem toda uma equipe técnica que dá a condição e o atendimento desde as instituições que têm interesse para formalizar um convênio com o Ministério do Esporte bem como assessorar as próprias Equipes que trabalham para fazer este acompanhamento. Isso é de extrema riqueza. Acrescido a isso, nós temos a participação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que tem dado todo o suporte logístico para que as ações de acompanhamento e avaliação realizadas possam se efetivar. Essa rede combinada pode indicar que a estrutura é realmente avançada nesse sentido, seguramente poderá haver algumas lacunas presente justamente pelo grande volume de trabalho, então se houver alguma lacuna é justamente resultado do próprio volume de trabalho que é grandioso mas eu entendo que a estrutura que se tem é de bastante afinidade com o que efetivamente acontece nos núcleos do Segundo Tempo.

L.S – Quando tu fizeste a tua capacitação e onde?

F.C – Em relação ao programa Segundo Tempo as capacitações realizadas no caso por mim quanto coordenador da disciplina colaboradora se deram através das reuniões promovidas justamente pela Coordenadoria Geral de Acompanhamento Administrativo e Pedagógico que nós chamamos de CGAPA. Então a CGAPA fez reuniões em diferentes momentos para capacitar os coordenadores das Equipes Colaboradoras, no caso os coordenadores e vices. A partir disso, nós repassamos essa capacitação aos integrantes das Equipes Colaboradoras que nós chamamos de avaliadores. Além disso, tem a questão pedagógica efetiva dos núcleos. Na verdade, é que nós trabalhamos como formadores desses monitores, desses coordenadores de núcleos, porque até mesmo pela nossa qualificação profissional, ou seja, as Equipes Colaboradoras são constituídas na sua grande maioria por professores que trabalham já com a formação profissional e, particularmente, nos cursos de graduação em Educação Física. Estão vinculados às universidades e, na sua grande maioria, das universidades públicas. Enfim, todo esse conhecimento acerca do esporte, do esporte educacional, dos projetos sócios educativos é algo que já faz parte da minha profissão, da minha formação profissional. Foi necessário apenas um conhecimento do funcionamento estrutural e administrativo desde a formalização dos convênios à apresentação e elaboração dos projetos pedagógicos pelos núcleos para essa questão mais administrativa que foi necessário que nós nos capacitássemos. Fora isso nós tivemos as reuniões promovidas pelo CGAPA e todos os coordenadores das Equipes Colaboradoras.

L.S – Então avaliando o teu processo de capacitação que foi um processo bem abrangente tu destacarias alguma coisa? Tu acha que foi o suficiente? Teria que ter algumas coisas a mais? Como tu avaliarias esse teu processo de capacitação?

F.C – Em relação ao meu processo de capacitação, posso dizer que nas questões pedagógicas, nas questões de desenvolvimento e acompanhamento de projetos não teve problemas porque já fazia parte do meu trabalho, da minha vida profissional e a experiência já me qualificava nesse sentido. O que me enriqueceu e que foi necessário foi justamente o conhecimento da estrutura e funcionamento da formalização dos convênios entre as instituições convenientes e o Ministério. Depois disso o que foi necessário e posso dizer que foi um processo de formação de

serviços e que houve a implantação do Sistema Informatizado de Acompanhamento Administrativo e Pedagógico que denominamos de SIAPA. Esse sistema de acompanhamento usando as ferramentas, vamos dizer, da internet... Foi um processo novo de implantação de acompanhamento bastante avançado, bastante facilitador de comunicação entre os núcleos, convênios, Ministério do Esporte e Equipes Colaboradoras. Foi um sucesso também, uma capacitação nesse sentido. Entretanto isso se deu de uma forma continuada, ou seja, num processo de formação porque basicamente pelo avanço da tecnologia resultante dos avanços da informática naturalmente nós acabamos incorporando o domínio tecnológico do nosso dia a dia, no nosso fazer profissional, então, as questões básicas de domínio dessa ferramenta já faziam parte também do nosso cotidiano o que foi realizado então a partir da implementação desse sistema com a equipe lá de Maringá. O professor Álvaro³⁸ e a equipe que trabalha com ele apresentou esse sistema, elaborou alguns informativos que nós chamamos de tutorial que foi repassado para cada um dos coordenadores das Equipes Colaboradoras. Esse tutorial era quase autoexplicativo. Nós começamos a utilizar essa ferramenta e as dúvidas surgidas foram sanadas pelo profissional da equipe dele, então, nós fizemos um trabalho de formação continuada, ou seja, uma capacitação dentro de um informativo de nossa ação. Seguramente este sistema de acompanhamento também foi aperfeiçoado, e a cada momento que ele era aperfeiçoado, também eram repassadas as informações. Foi através do professor Álvaro que acabamos incorporando isso e melhorando o nosso próprio trabalho e a utilização dessa ferramenta tecnológica. Nesse sentido eu poderia dizer que teremos três grandes momentos de capacitação: as reuniões promovidas pelo CGAPA de encontro e de formação dos coordenadores e vice-coordenadores das Equipes Colaboradoras; a questão pedagógica que já faz parte da nossa formação profissional enquanto professores de Educação Física; e a utilização das ferramentas tecnológicas que nós dispomos hoje promovidas e implantadas pelo professor Álvaro e a equipe dele na Universidade Estadual de Maringá, que nos apresentou e passava informações, orientações através dos tutoriais e dos plantões e nos tirava dúvidas que porventura poderiam surgir. Nós entrávamos em contato com ele imediatamente via correio eletrônico, via telefone,

³⁸ Álvaro José Periotto.

no sentido de nos instrumentalizar para aqueles elementos que ainda não estivessem claros em relação a isso.

L.S – Pontualmente, o que tu destacarias como pontos positivos do Programa Segundo Tempo?

F.C – Entendo eu que o Programa Segundo Tempo é um programa educativo e social tendo assim duas grandes perspectivas bastante positivas. Uma na perspectiva educacional entendendo a educação não só como um processo de apropriação do conhecimento, no caso o conhecimento esportivo... A educação é um processo de formação humana, ou seja, um processo que leva o homem a se humanizar utilizando praticamente o esporte como um instrumento desencadeador ou que vai possibilitar esses processos de educação, isso por si só já é um grande ponto positivo, ele colabora com o processo de formação humana. Outro ponto bastante positivo é o acesso ao próprio objeto de conhecimento esportivo, e esse é o grande foco seguramente. Além das atividades esportivas tem as atividades complementares também vinculadas a saúde, meio ambiente, cidadania, mas mesmo sem fazer uma fala específica sobre estas atividades complementares que vão fazer parte dos processos de educação. Nós não podemos desconsiderar que o acesso ao conhecimento esportivo é muito positivo, porque nós temos que entender que o esporte é um fenômeno universal que está presente na vida de toda a sociedade urbanizada, civilizada. O esporte tem sido um fenômeno de marcante universalidade e o sujeito ter acesso a esse fenômeno enquanto um bem, um patrimônio da cultura humana, também é bastante positivo, ou seja, a gente tem a possibilidade de ampliar o acesso e de socializar o conhecimento que faz parte de um patrimônio cultural da humanidade. Então socializar este conhecimento, ampliar o acesso dos jovens, crianças, adolescentes a esse acesso esportivo já é um ponto bastante positivo nesse sentido. Além disso, nós podemos considerar que nas questões de avanço social isso também é significativo. Não no sentido que o próprio Programa dê conta de resolver todos os problemas e todas as contradições sociais que nós temos. Eu entendo que o Programa por si só não consegue dar conta de resolver os problemas de diferenças e contradições que nós temos, mas ele acaba possibilitando o acesso aos bens sociais que possam ser desde o esporte propriamente dito ao acesso do

conhecimento esportivo, ao material esportivo, aos espaços de práticas esportivas, às relações que podem ser estabelecidas, às relações sociais nas praticas desportivas. Então, eu entendo que todas essas relações, todo o acesso ao espaço, ao conhecimento, ao recurso do material esportivo especializado faz parte de um processo social maior de acesso ao patrimônio social produzido e organizado pela própria sociedade brasileira, ou seja, ele é bastante positivo e é mais uma forma de socialmente o sujeito ter acesso aquilo que é produzido pela própria sociedade e que deve ser socializado pela própria sociedade.

L.S – Na tua opinião o Programa atinge os objetivos a que ele se propõe?

F.C – Sim. No meu entendimento ele atinge os objetivos à que se propõe entendendo que esses objetivos por mais que sejam ousados, ricos e avançados, o próprio Programa reconhece os limites dos seus objetivos. Nesse sentido eu entendo que ele atinge os objetivos sem nenhum pensamento utópico ou messiânico. Eu acho que a gente tem de ter bastante clara e romper com essa visão messiânica achando também que esse Programa ou o esporte vai dar conta de resolver todos os problemas das mazelas sociais da violência. Não. Ele *não* dá conta de resolver todos os problemas sociais até porque os problemas sociais não têm origem no esporte propriamente dito, não tem como resolver problemas de âmbito estrutural relacionadas à própria questão social e econômica do mundo em que nós vivemos. Então, reconhecendo os limites que são formalizados pelos próprios objetivos e reconhecendo os limites que o próprio Programa reconhece existir eu entendo que os objetivos a que ele se propõe são atingidos sim.

L.S – Tu consideras que seja importante preservar essa memória através do teu depoimento e outros depoimentos da memória do Programa Segundo Tempo?

F.C — Sim. A memória deve ser preservada e acredito que sob duas perspectivas a primeira é pela valorização das ações desenvolvidas enquanto um programa de governo. Nós não podemos desconsiderar que o governo atual enquanto programa propõe isso como uma forma de atender a população brasileira. Acho que neste sentido é bastante valorizado e como esse Programa e as ações não são realizadas por sujeitos abstratos. Na verdade elas são realizadas pelas pessoas, pelos seres

humanos. Então registrar as ações dessas pessoas quer seja esse sujeito que esta lá na esfera federal enquanto Ministério, registrar também aqueles que estão em outras esferas nas universidades nas Equipes Colaboradoras na CGAPA, no pessoal de Equipe de Infraestrutura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o pessoal de Maringá, bem como as ações desenvolvidas principalmente pelas instituições convenientes, ou seja, as ações realizadas por esses sujeitos devem ser registradas como uma forma de valorizar e de se conhecer o pensamento, condições e possibilidades de cada contexto em cada época em cada local de todo o território nacional. Então no primeiro ponto eu entendo a importância da memória e isso ter registrado a ação que as pessoas desenvolveram em relação a esse Programa Segundo Tempo. Não digo que como a primeira iniciativa de modo mais sistemático em relação ao esporte educacional... Existem outras grandes iniciativas, mas é uma iniciativa bastante pontual procurando ser desenvolvida com bastante responsabilidade e integridade, então, esse é o primeiro ponto que eu acho deve ser considerado quando valorizamos ou registramos a memória do Programa Segundo Tempo. O registro da memória dessa ação vai servir de referência para a própria continuidade do Programa no sentido de manter as experiências e ações exitosas, ou superar aqueles pontos ou elementos que são falhos, que são lacunas e que não foram totalmente contemplados. A memória registrada serve de referência para manutenção ou avanço em caso de necessidade de superação do próprio Programa Segundo Tempo.

L.S – Fernando, agradeço a colaboração e tu ficas a vontade se quiser falar mais alguma coisa, mas em principio muito obrigada.

F.C- Eu gostaria de encerrar dizendo que no meu entendimento o Programa Segundo Tempo, enquanto um projeto educativo social foi um grande ganho para a sociedade brasileira. Como o Programa é realizado por pessoas, nós sabemos que ele tem as suas contradições, mas isso está presente em toda a vida humana, entretanto, os benefícios que ele apresenta são muito maiores do que os elementos contraditórios. Isso pode ser percebido, principalmente, quando nós temos um contato direto com o sujeito que é beneficiado, esse contato eu tenho até mesmo pelo próprio trabalho que eu desempenho isso. Eu acho importante deixar isso registrado. Outro ponto que eu acho importante deixar registrado é o trabalho de

vocês em manter a memória do Programa Segundo Tempo, a memória da Educação Física, a memória do esporte, a memória do homem... Eu parabeno o trabalho de vocês, pois eu acho importante que isso também fique registrado para parabenizar a ação de vocês no sentido de fazer esse exercício.

L.S – Muito obrigado!

F.C – Muito Obrigado!

ÂNGELA BRETAS GOMES DOS SANTOS E MÔNICA BORGES MONTEIRO

Ângela é professora do curso de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde atua principalmente com os temas: lazer, ludicidade, prevenção de quedas de adultos e idosos e relação entre Educação Física e educação de jovens e adultos. Iniciou sua atuação no PST em 2008, integrando a Equipe Colaboradora 11.

Mônica é professora de Educação Física pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro e pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

Iniciou sua atuação no PST em 2008, integrando a Equipe Colaboradora 11.

Data da entrevista: 03/11/2010

Local da entrevista: Rio de Janeiro (RJ)

Entrevistadora: Silvana Vilodre Goellner

Transcrição: Tuany Defaveri Begossi

Copidesque: Marco Antônio Ávila de Carvalho

Revisão Final: Silvana Vilodre Goellner

Sumário

Início do envolvimento com o Programa Segundo Tempo; Coordenação da Equipe Colaboradora 11; Introdução da discussão sobre lazer no Programa; Processo de capacitação; Formação da Equipe Colaboradora; Material pedagógico elaborado contendo o tema do lazer; Núcleos coordenados pela Equipe; Dificuldades encontradas para a implementação da temática do lazer: Aplicabilidade, recursos humanos, materiais; Entrada do PST no Mais Educação; Experiências com o grupo de pesquisa Anima; Questões de gênero, vulnerabilidade social; Acesso das mulheres no Programa; Avaliação do PST; Sugestões para uma maior qualificação do Programa; convênios; Parcerias.

Entrevista

S.G. - Boa tarde, Ângela e Mônica. Estou aqui no Rio de Janeiro entrevistando a coordenadora e vice-coordenadora da Equipe Colaboradora 11, que atinge parte dos núcleos do Rio de Janeiro.

M.M. – E Espírito Santo.

S.G. – Ok. Então, eu começo com a Ângela: eu gostaria, antes de falar um pouco sobre o trabalho específico do Rio de Janeiro... Quando que tu iniciaste com o Segundo Tempo? Se tu já conhecias o trabalho antes. Como que se deu a tua chegada ao Programa Segundo Tempo?

A.B.- Eu comecei no segundo semestre de 2008 através do convite do Victor³⁹, porque o Amauri⁴⁰ convidou o Victor para coordenar a Equipe. O Victor me convidou para ficar como vice e aí nós formamos a Equipe. Houve várias reuniões naquele semestre. Nós fomos a várias dessas reuniões e aí fomos formando a Equipe.

S.G. – E a Mônica já iniciou, também, nesse período?

M.M - No mesmo período, por conta de ser do grupo de pesquisa. Então, uma das características da formação dessa Equipe era também pensar lazer dentro do Segundo Tempo.

S.G. – Isso que eu iria perguntar que é sobre o Anima⁴¹?

M.M. - Exatamente.

S.G. – E logo de início vocês já trouxeram essa discussão do lazer, que é uma discussão que me parece que não tinha ainda no Programa.

M.M. – Pois é.

S.G. – Aos moldes do que o grupo estava propondo.

³⁹ Victor Andrade de Melo. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁴⁰ Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira, Coordenador Pedagógico do Programa Segundo Tempo.

⁴¹ Grupo de pesquisa Anima: Lazer, Animação Cultural e Estudos Culturais, vinculado a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

M.M. – É. E foi um trabalho de conhecer o PST, quer dizer, aquela ideia de que o PST está em envolvimento o tempo todo. Então, entramos já com as engrenagens funcionando e aí entender o PST e, ao mesmo tempo, pensar o lazer dentro dessa estrutura foi um desafio. Até o final de 2008, nós já estávamos tateando bastante, porque muita coisa do lazer foi constituída através dos não entendimentos de algumas das características do Programa.

S.G. – Isso que foi o que o Victor me apontou antes: no primeiro momento vocês analisaram muito aquele livro, o que chama de “Capa Verde”⁴².

A.B. - É, o livro verde.

S.G. – Aquela primeira produção. E ali, exatamente, essa discussão do lazer que não aparece contemplada. Então, a primeira ação de vocês foi mais voltada para essa discussão.

M.M. – Isso.

S.G. – E depois para acompanhar... Vocês chegaram a fazer capacitação? Como que vocês... O que vocês...

A.B. - Nós fomos capacitados, porque nesse primeiro momento havia uma Equipe capacitadora que percorria as regiões do Brasil capacitando as pessoas.

S.G. – Isso.

A.B. - Nós fomos a algumas capacitações em Brasília, Fortaleza, Natal e aí depois, em outro momento, eles decidiram descentralizar isso. Então, aquela única Equipe Capacitadora contando com a participação das equipes regionais, formaram novas equipes capacitadoras. Então, aquela ideia de uma única, se dissolveu em várias. E aí, nós já fizemos algumas capacitações. Acredito que quatro capacitações.

⁴² Material Didático produzido para o Processo de Capacitação do Programa Segundo Tempo. Impresso pela Gráfica da UFRGS em 2008.

S.G. – Que vocês capacitaram ou foram capacitados?

A.B. - Nós fomos capacitadas ao longo de um bom período, porque, como a Mônica falou, a engrenagem já estava em movimento. Nós entramos e é uma coisa assim... É muito complexo. Então, para você entender os detalhes, os meandros, você custa um pouco. E aí nós fomos aprendendo com a engrenagem em movimento, errando algumas vezes, mas agora nós temos um domínio um pouco maior da dinâmica, da lógica do Programa.

M.M. – E acho que a estratégia do Amauri é bem vinda, quando ele sensibiliza o coordenador. Ângela e o Victor foram a várias capacitações antes de formar a Equipe propriamente dita, para conhecer. Mas eles acabam conhecendo mesmo no fazer. E aí, depois que eles formaram a Equipe e, dentro dessa característica, eles chamaram algumas pessoas estratégicas, nós fomos capacitadas [palavra inaudível] ainda por essa Equipe que a Ângela falou e só depois que nós começamos a capacitação.

S.G. – E daí a capacitação de vocês foi com o tema específico do lazer? Ou envolvendo o Programa, tudo?

A.B.. - Tudo.

S.G. – Tudo. O Programa, aqueles temas centrais?

A.B. - É, porque havia o livro Verde. Depois, no final ou metade de 2009? Veio a ideia do novo livro.

M.M. - Livro Branco⁴³.

A.B. - E para isso havia uma tensão teórica. Quem são aqueles que vão gostar do novo livro? Quais são as novas ideias, as concepções? Então, já tinha havido um

⁴³ Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática. Organizado por Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira e Gianna Lepre Perim. Publicado pela Editora da UEM em 2010.

embate forte para sair o Livro Verde. Houve uma tensão forte que meio que se repetiu no Livro Branco e principalmente conosco, porque nós trazíamos uma proposta da discussão do lazer.

S.G. – Eu me lembro disso, porque eu acompanhei naquela reunião de Campinas. Me parece que foi o momento tenso com esse grupo do lazer.

A.B. - É, isso. Foi. Então, e aí o entendimento do lazer... Acho que hoje não, não é Mônica? Acho que melhorou, mas, antes, o entendimento do lazer era um entendimento um tanto superficial, a ideia da recreação muito presente, dos jogos e das brincadeiras como uma concepção de lazer, norteador desse lazer. Mas aí entramos com outra perspectiva, que gerou reação, houve resistência, mas conseguimos entrar no Livro Branco com essa discussão que é um avanço e acho que é um avanço para o PST e um avanço para o grupo também.

S.G. – E agora também nesse vídeo que já iniciou a gravação. Acho que, de estar lá também essa concepção de lazer, é um avanço.

A.B. - Sim.

S.G. – Eu vejo uma diferença significativa do Livro Verde para o segundo livro. Acho que pedagogicamente avançou... Inclusive, está mais clara a política que o Programa tem. Acho que tem questões ainda para serem ampliadas, discutidas melhor: o que é efetivamente essa inclusão, esse próprio processo de capacitação. Entre o que está no livro e o que chega lá na ponta do monitor existem vários processos. Mas eu tenho percebido um investimento nesse sentido. E, na Equipe aqui do Rio de Janeiro, quantos núcleos mais ou menos hoje existem? Que vocês coordenam?

A.S. - Nós estamos com três convênios em funcionamento e muitos convênios para começar.

M.M. - Hoje tem 245 núcleos ativos e 820, 830, para iniciar...

S.G. – É muito!

M.M. - Esperando ordem de início.

S.G. – Já efetivado, com documentação, com processo todo já?

M.M. - Sim, processo de documentação, análise de documentação. E fora o Mais Educação, que são 145 escolas em vários municípios do Rio de Janeiro e mais 11 escolas do Espírito Santo. E aí nós somos uma equipe hoje de 9 pessoas...

S.G. – E daí, agora criou outra Equipe Colaboradora , a 25...

A.B. - Isso. A Equipe Colaboradora 25.

M.M. - Por isso essa necessidade de outra Equipe.

S.G. – O que talvez seja um dos estados que tenha o maior número de convênios, eu acho, não?

A.B. - O Rio e São Paulo são.

M.M. - E talvez Ceará, do nordeste, que tem bastante.

S.G. – É. Ceará tem todas as cidades.

A.B. - Todas as cidades têm um núcleo.

M.M. – Talvez esteja distribuído assim. Em cada região tem um grande estado com muitos núcleos. No norte, mais ou menos, o Maranhão, no nordeste, o Ceará, no Rio Grande do Sul, tem Santa Catarina, mas que perpassam... Tem convênios de 250 núcleos, por exemplo. Agora assim, se não atrapalhar a tua gravação, só voltando um pouquinho na discussão do Livro Verde e do Livro Branco. Logo no início das nossas visitas, nós percebíamos mesmo uma reclamação das pessoas que tinham sido capacitadas em relação ao conteúdo do livro, dizendo que se distanciava

demais da prática. E aí, o Livro Branco veio com uma perspectiva de aproximação. Então, não só o desafio de introduzir o lazer, que é um assunto que não foi, posso dizer, muito bem vindo no início, mas pela dificuldade das pessoas entenderem aonde se encaixa o lazer nessa perspectiva.

S.G. – Porque parece que ele está fora do espaço do esporte, fora da escola.

M.M. - Exatamente. É uma visão do Segundo Tempo de uma forma muito pragmática, ou muito ligada à educação, ligado ao serviço do esporte. Então, onde entra o lazer que é uma perspectiva de emancipação? Aonde que entra isso? “Ah, vocês estão querendo encaixar em peças que não tem encaixe”. Então, eu acho que até hoje ainda tem essa divergência da falta do entendimento, tanto que ainda recebemos muita crítica de como que se coloca. O próprio Ministério não tem muito claro, por conta de que nós demos uma contribuição e aí depois para o Recreio nas Férias⁴⁴ eles pediram a contribuição da Leila Mirtes⁴⁵, que colocaram um viés mais ligado a questão do direito. Então, quando nós construímos o texto do Livro Branco, era um desafio se aproximar da prática e, ao mesmo tempo, introduzir o lazer dentro... E eu acho que os autores até conseguiram se aproximar mais da prática, mas acho que nas capacitações encontramos muito essa crítica dos professores quererem um formato mais pragmático, um formato mais pronto assim: “Ah, vamos lá aplicar”, uma coisa mais instantânea, e te abordamos os temas - pelo menos nossa Equipe - de uma dimensão política. Então, tem [palavra inaudível] ainda na capacitação e que eu acho que os professores ainda têm essa necessidade por conta de se sentirem também em condições não muito estáveis de implementação dessa política a partir de suas próprias condições trabalhistas. Então, se eles estão em condições superficiais, em condições não muito seguras, eles vão achar também que o tentamos pregar político-pedagogicamente nos conceitos do livro: “Ah, isso aí não muito bem aplicado não”, “então me diz aí como é que vocês fazem”. Da forma com que os convênios contratam esses professores de Educação Física.

⁴⁴ Projeto integrante do Programa Segundo Tempo que tem como finalidade oferecer às crianças e adolescentes do programa, no período de férias escolares, opções de lazer por meio do desenvolvimento de atividades lúdicas, esportivas, culturais, sociais e turísticas.

⁴⁵ Leila Mirtes de Magalhães Pinto. Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer.

S.G. – Eu vejo um pouco isso na discussão de gênero também: “Tudo bem. Eu acho que até entendo o que a senhora está querendo dizer”, muitos dizem, “mas como que faz isso? Como transformar essa ideia e operacionalizar isso no meu cotidiano?”.

M.M. - Pois é.

S.G. – Eu acho que o Livro Branco aponta um pouco para isso.

M.M. - Ele aponta. Mas, as condições de implementação, são muito frágeis. Você vê que um conceito político tem um tempo para ser aplicado, para ser observado, para você até descrever como é que aquilo está sendo desenvolvido. E as condições hoje que o PST mostra, tanto de implementação dos convênios quanto de contratação de profissionais de Educação Física, são muito frágeis. Então, fica difícil: “Ah, como é que eu vou me engajar em uma luta política se eu não estou sendo tão valorizada assim?”. Por exemplo, se eu me machucar, eu posso perder minha bolsa.

S.G. – Exato. E, ao mesmo tempo, a formação do profissional da Educação Física que vem trabalhar no PST, às vezes, não contempla esse tema.

A.B. - Não.

S.G. - Não tem essa discussão em vários cursos: do lazer dentro dessa outra perspectiva, a não ser a brincadeira, a recreação. O fazer pelo fazer e não com uma proposta política mais interessante. Daí nesse sentido eu acho que o Programa avança, quando ele chama esse grupo para discutir. Queira ou não, está lá.

A.B. - Está lá.

M.M. - Sim, sim.

S.G. – E assim, na experiência de vocês, que vocês têm trabalhado aqui no Rio de Janeiro, essa experiência com o lazer, está aparecendo nos núcleos?

A.B. - Está. Está aparecendo nos núcleos já. Agora nessas últimas visitas, eles percebem a importância dos festivais, a importância dos passeios...

S.G. - Que ótimo.

A.B. - Cinema e música estão aparecendo bastante.

S.G. - Isso é muito bom.

A.B. - O cinema apareceu bastante em Itaboraí, eles têm feito sessões de cinema. Muito legais.

S.G. - O que foge um pouco daquela localização só no esporte como único conteúdo.

A.B. - A idéia é essa, de ampliar.

M.M. - É, mas é assim: você mobiliza, você sensibiliza, e as pessoas aceitam essa sensibilização, mas, no operacional, é difícil de aplicar, porque, quando você vai ver os formatos e a quantidade do recurso que é dado pelo convênio...

A.B. - Os formatos são mais fechados...

M.M. - Você não tem transporte para levar, você não tem essa perspectiva financeira. Então, fica da boa vontade e da sensibilidade do professor: "Olha, você é um professor interessado? Você é um professor engajado? Então, você vai fazer nessa perspectiva emancipadora. Se você é um professor que só está aqui cumprindo suas horas-aula... Acho que não tem demérito nenhum você ser pago por umas horas-aulas e cumprir um trabalho "x"... Então você não tem esse engajamento". Então, ficamos esperando que isso apareça no núcleo, mas, quando você vai ver efetivamente, o próprio financiamento não dá incentivo para que isso seja desenvolvido. Então, está muito na boa vontade.

A.B. - É tudo muito fechado, é verdade.

M.M. - A grana que vem é para material, é para isso, é para aquilo.

A.S. - Vai depender de como é que o convênio se organiza inclusive na contra partida, na boa vontade da comunidade vizinha aos núcleos. Porque muitos conseguem apoios com os comerciantes locais. Então, esses comerciantes ajudam com algumas coisas que não estão previstas, por exemplo, no plano de trabalho. Então, um cinema ou uma festa quem ajuda é a comunidade do entorno.

S.G. - Claro. Que é diferente do Recreio nas Férias que naquela uma semana está previsto uma atividade ou um passeio, ou uma visita a museu, uma visita...

A.B. - Exatamente.

M.M. - O material que é vinculado é o material que proporciona você vincular estratégias no âmbito do lazer. Agora, o material que ele é vinculado... Eu não sei também se é falta de experiência do convênio, de ser orientado a pedir esse material...

S.G. - Claro, talvez...

M.M. - Não posso julgar se não são aprovados projetos que tem essa perspectiva, mas não temos... [palavra inaudível] projetos que atendem bem a parte esportiva, de material esportivo. Lembrando que mesmo a parte de material ainda fica a desejar por conta da qualidade do material. Então, às vezes, precisamos arrecadar recurso também para o material. Isso não é só com o lazer. Só que com o lazer, não vem nem o primeiro pouquinho, não tem o "Pintando a Liberdade"⁴⁶ do lazer.

S.G. - É. E com relação à entrada do PST no Mais Educação⁴⁷, será que vai melhorar essa situação, entender a estrutura da escola, talvez que possa ampliar a

⁴⁶ Programa vinculado ao Ministério do Esporte, o qual promove a ressocialização de internos do Sistema Penitenciário por meio da fabricação de materiais esportivos.

⁴⁷ Programa do Ministério da Educação ligado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

possibilidade para que esses conteúdos do lazer possam ser trabalhados? Como que vocês estão vendo isso? Eu ao tenho acompanhado o Mais Educação.

A.B. - Não sei. Eu acho que a entrada do Mais Educação... Tem muita tensão ainda para encararmos, porque existem os professores de Educação Física na escola, existe toda a condição da Educação Física na escola, e vamos chegar com outra condição do PST, outra proposta. Como é que vai ser essa divisão de salário, de carga horária? Eu não sei direito. A Mônica, talvez entenda melhor do Mais Educação, mas eu...

S.G. - Quem está na escola, quem está fora, chegando, com uma outra possibilidade...

A.B. - Chegando, que vai fazer o que, quem vai tomar o lugar de quem, porque sabemos que existe um ciúme, existe a coisa...

S.G. - A articulação...

A.B. - Do território. Como é que você vai articular isso...

S.G. - Se vai estar articulado o Projeto Político Pedagógico da escola ou não...

A.B.. - Da escola, ou não...

S.G. - Ou se é um projeto isolado como qualquer outro...

A.B.. - Como vimos em Nova Iguaçu um monte de coisas juntas dentro da escola. Você não sabia o que era o que. Vários projetos acontecendo. Você não sabia quem era o coordenador, o que se devia à que. Uma total desorganização. Então, isso me parece um pouco assustador ainda, porque não temos noção de como a coisa vai acontecer. Tem havido as vídeo-conferências. Eu não tenho acompanhado. A Mônica acompanha mais.

M.M. - É, tem essa tensão que Ângela colocou da implementação assim que não é privilégio do Programa Segundo Tempo. Eu tenho oportunidades de trabalhar com

outros programas dentro do Mais Educação e vejo as mesmas dificuldades com outros programas em outros formatos, como Conexões de Saberes⁴⁸, que trabalha com jovens universitários oriundos de espaços populares dentro das escolas. Ele também está envolvido no Mais Educação, além do Escola Aberta⁴⁹. E temos todos esses problemas de implementação, até porque, não tem um formato que contemple essa dinâmica do cotidiano da escola. Agora, o que eu acho que faz falta nos outros programas e certamente também no PST, é falta de uma diretriz política de o que significa a implementação do PST dentro do Mais Educação? O que ele vem a contribuir para o Mais Educação? O que o PST contribui na ampliação do tempo escolar, ou a ampliação das horas dentro da escola? E o lazer, como é que ele entra nisso? Ele entra em uma perspectiva de você talvez humanizar, sensibilizar e qualificar esse tempo extra da escola. E isso ainda não está escrito, não está direcionado para que a gestão e a implementação tenham uma qualidade. Isso que esperamos. Então, isso me preocupa muito, porque, abordar isso na capacitação, vamos ser um grão ali, mas como é que isso vai ser efetivamente, nessa diretriz mínima de implementação que eles colocam? Então, isso me preocupa.

S.G. – E é um desafio muito grande porque é um número imenso de escolas...

M.M. – E eles estão esperando: “Vamos implementar para depois fazer a filosofia da coisa”. Por que não fazer junto e construir junto? Acho que está faltando isso. Está muito assim, no operacional: “vamos fazer, vamos encaixar”, e não ainda um diálogo filosófico entre os dois programas, porque são programas distintos que precisam dialogar. Então, eles delegam a interdisciplinaridade para aponta, enquanto que ela tem que vir em todos os processos.

S.G. – No Rio, já tem núcleos do PST funcionando dentro do Mais Educação, já tem implementado?

A.B. - Sim. Não implementado, não começou a nossa ordem de ação ainda.

⁴⁸ Projeto vinculado ao Ministério da Educação, tendo entre os objetivos, estimular maior articulação entre a instituição universitária e as comunidades populares, com a devida troca de saberes, experiências e demandas.

⁴⁹ Projeto que oferece oportunidades de qualificação e aperfeiçoamento profissional e pessoal por meio de cursos a distância, sob a perspectiva da educação continuada, nas áreas de educação, administração pública, direito, tecnologia da informação, entre outras.

M.M. - Já chegou dinheiro nas escolas. Nós entramos em contato com todas as escolas, através de um comitê metropolitano. Então, no Rio, temos essa facilidade, diferente do Espírito Santo que eu tive que ligar para todas as 11 escolas e falar especificamente com a diretora. No Rio, você tem um grupo de responsáveis por esses projetos todos que entram dentro das escolas, que vem do governo. E aí, essas pessoas entraram em contato com as escolas dizendo que nós, a partir de tal data, iríamos começar a ter contato. Só que não temos essa perspectiva de contato por conta das eleições. Então, não sabemos quando é que começa a capacitação. Eles estão com o dinheiro. Olha o risco que correm de não ser implementado o PST. Mas o Mais Educação já foi implementado, porque o dinheiro já chegou. Então, quando começarmos a agir... O financiamento do Mais Educação está acabando. Como é que vai ficar isso? Um programa começa, outro termina. Então, essa falta de sincronia [palavra inaudível] acontece demais e isso atrapalha muito.

S.G. – O tempo de um e o tempo de outro.

M.M. - Por exemplo, na escola que eu trabalho, que é uma escola do estado, o Mais Educação já começou desde abril. Então veja: se eu começar em janeiro a capacitar, quando eu começar a implementar o PST, já acabou o Mais Educação. O que significa que não tem condição de implementar. E aí vai fazer o que? Vai devolver esse dinheiro? Vai dizer que a escola não tem condições de gerenciar esse recurso?

S.G. – Bastante complicado de fazer...

S.G. – E assim, com relação ao grupo de pesquisa, eu queria saber o que é essa experiência, que é uma experiência com um projeto, um programa enorme, que tem vários limites, várias possibilidades, o que isso traz para o grupo de pesquisa de vocês, que tem uma referência no Brasil na questão do Lazer, o Anima. Como que vocês veem essa...

A.B. - Então, o Anima está em “stand-by”. Acho que o Victor oficialmente acabou com ele. É uma pena para nós, porque acho que todos nós devemos muito ao Anima. Todos nós que temos essa noção do trabalho em grupo, dessa construção

coletiva, dessa relação que podemos estabelecer com outras pessoas em outros estados, essa rede, aprendemos isso muito com o Victor e com o Anima. Todo mundo se criou, se formou no Anima. Então, é uma pena ver que o Anima acabou, mas, ao mesmo tempo, é legal perceber que o Anima deu frutos e, justamente, o fato dele ter acabado, tem a ver com o fato de todo mundo ter se formado, ter encontrado um prumo, um rumo a partir da experiência do Anima. Para mim, foi uma oportunidade incrível, ter encontrado o Victor, ter entrado para o Anima e ter acompanhado o Anima desde o início. E hoje ver que todos, ou pelo menos a boa parte, são doutores, mestres ou estão a caminho de se doutorar ou estão formando e contribuindo com outras coisas, outras áreas...

S.G. – Em outras frentes, em outros estados...

A.B. - Exatamente. Um monte de gente que saiu do Anima está aí, em outros estados trabalhando e contribuindo com a discussão do lazer. Isso é muito legal para nós. É meio que assim: quem passou pelo Anima, não é a mesma pessoa. Acho que se eu não tivesse passado pelo Anima, eu não seria quem eu sou. Foi um privilégio ter vivido aquele período de dez anos de Anima. E aí vemos isso na segurança que temos em tomar certas decisões, em formar novos grupos, em insistir em uma determinada função, em uma determinada postura política, pedagógica, e aprendemos isso no Anima.

S.G. – Que ótimo. O Anima é uma referência...

M.M. - É um currículo. E eu acredito que ainda está cedo para dizer os frutos e a contribuição, mas eu tenho certeza que o Anima, primeiro, deu uma base para outras abordagens sobre lazer... Hoje, estamos acostumados a ver o lazer do ponto de vista sociológico. E agora o Victor traz, por exemplo, neste último livro⁵⁰ que eu acho que é outro olhar para isso e o PST vai proporcionar, certamente, que olhemos o lazer a partir da escola. É uma coisa que eu estou trabalhando com o Felipe⁵¹ - o Felipe fez a tese de mestrado dele agora -. Você vai ouvir falar assim: “Ah, isso aqui foi a semente que daí deu as outras abordagens e isso fortaleceu”.

⁵⁰ Melo, Victor Andrade de. *Esporte e Lazer: conceitos*. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2010.

⁵¹ Felipe Rocha dos Santos.

Achamos que o Anima está em “stand-by” e que daqui a pouquinho ele vem com outra configuração, com pessoas amadurecidas, com pessoas no seu grupo de pesquisa mais sólido. Por exemplo, a Ângela está plantando um trabalho bonito no Esquina⁵², que já deu e que, daqui a pouco, vai dar outros frutos. Então, acho que agora ele está em “stand-by” e teve que ter este momento para que cada um pudesse também crescer. E esses que crescerão daqui a pouquinho juntarão e vão tecer uma abordagem legal. Eu acho que o PST vai ser importantíssimo nesse processo, porque ele vai ser uma experiência que vai ser básica para essas nossas novas elaborações. A Ângela vive me instigando dizendo assim: “Ah, sabe que eu acho que devíamos reescrever aquele texto. Tem umas coisas que estão me incomodando”. Ainda não sentamos para falar sobre isso, mas por conta também da demanda da organização e administração da Equipe Colaboradora. Ocupa muito o nosso tempo. Temos pouco tempo para pensar. Quando nos encontramos, estamos falando de como vai ser a capacitação, como é que vai ser o relatório. Estamos sempre muito envolvidas com as tarefas. Então, ainda não tivemos esse tempo de sentar e ter um pouco de distância. Acho que daqui a pouquinho vai ouvir e ter uma distância, um amadurecimento. Ainda não dá para medir a contribuição do PST, mas dá para saber que vai ser uma experiência importantíssima. Como nós construímos no Projeto [nome inaudível] Tempo Livre, que foi uma experiência bem mais simples, bem mais humilde do que essa. Transformamos aí em grandes trabalhos. Acho que, com o PST, vamos transformar em grandes trabalhos.

A.B. - É. Eu acho que temos que pensar nessa coisa do tempo, a discussão, o tempo na escola, essa relação do tempo na escola, do contra-turno e do lazer. Temos que pensar melhor isso.

M.M. - Pois é.

A.B. - Têm umas coisas que estão nos incomodando já...

M.M. - Do nosso discurso.

⁵² Vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Grupo ESQUINA – Cidade, Lazer e Animação Cultural tem como objetivo de atuar na perspectiva da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, utilizando o cinema como ponto de partida para as intervenções.

A.B. - Do nosso próprio discurso. Esse texto tem que mexer. É isso que a Mônica está falando. Não conseguimos, é muita coisa...

M.M. - E agora com novas lideranças intelectuais, porque nós ficamos muito no Victor, o Victor, o Victor... Claro, o Victor continua e agora com uma abordagem muito mais sólida que a histórica, mas agora com outra abordagem. Tem representado para nós reflexões importantíssimas sobre nossos pequenos atos, também vamos amadurecendo como pesquisadora, como líder de determinada linha de pensamento. Isso está em construção ainda.

S.G. - Eu acho que o PST, para mim, por exemplo, essa discussão de gênero que eu tenho, que faço a um tempinho, mas dá outra dimensão. Quando vemos um projeto, porque é um projeto enorme com uma diversidade de compreensão que se tem entre os diferentes estados brasileiros e mesmo dentro de um estado sobre as temáticas. Para mim, tem sido muito produtivo. Eu vejo que isto está reverberando lá no grupo de pesquisa, porque tu trazes coisas que tu... Às vezes, me fazem perguntas que eu jamais imaginava que alguém pudesse perguntar aquilo, mas aquela pergunta te faz pensar: "Aquilo que eu escrevi não tem sentido nenhum", porque está muito distante...

M.M. - E a coordenação está dando espaço para esse diálogo...

A.B. - É, a coisa do gênero é tão presente que você encontra assim: "As meninas não estão participando nos núcleos..." Mas por que as meninas não estão? O que faz com que elas não estejam. Então, você vai discutir lá embaixo, onde o poder, onde as relações homem e mulher estão colocadas fortemente marcadas. "Por que a minha filha não vai? Porque ela tem que arrumar a casa. Então ela não vai". "Handebol nada. Ela vai lavar a louça". Aí você encontra núcleos sem meninas... Vimos que há núcleos que não tem meninas.

M.M. - Não tem. Itaboraí.

A.B. - Foi Itaboraí? Eu nem me lembro mais. Não tem meninas.

M.M. - Foi Itaboraí. Porque foi construído em cima de escolinhas de base.

A.B. - Em cima de escolinhas de futebol de várzea. Então, não tem menina. Então, como é que você vai fazer? Aí a recomendação: “Encontrar alternativas para aumentar a participação das meninas de agora”. O que se faz? Essa é a grande questão.

S.G. – Uma coisa que eu me dei conta com o PST foi a questão da vulnerabilidade social, que ela está vinculada com os meninos, mas ninguém percebe que as meninas também são absolutamente vulneráveis. Então, as ofertas o que são: o futebol, o jogo para os meninos, porque eles estão no tráfico. Tirar do tráfico, da violência, mas a violência doméstica não é vista como uma vulnerabilidade social, ou o assédio das meninas, o trabalho doméstico...

M.M. - O não acesso...

A.B.. - A prostituição tem muita... Porque pode ter uma coisa turística, uma cidade que tem a ver com...

M.M. - Muita praia...

A.B. - Muita prostituição.

S.G. – Então, esse discurso da vulnerabilidade é muito para o menino, é muito para o jovem, para o homem e parece que não está colocado para as meninas. E, quando não discutimos isso, não entendemos.

M.M. - E uma relação direta agora com drogas e a violência de armas...

S.G. – Exato. E a violência.

M.M. - Mas e não com as violências veladas, como você coloca no seu texto.

S.G. – Então, as atividades são para captar a quem? Aos meninos. Grande parte dos projetos sociais no esporte no Brasil são para o futebol. São os meninos que estão na rua. E as meninas? Não estão na rua porque estão em casa sofrendo uma série de outras questões absolutamente vulneráveis. Violência doméstica, do trabalho...

M.M. - O futebol. Você vê que são práticas contínuas que perpassam projetos e simplesmente vão mudando de camisa.

S.G. – Exatamente.

M.M. - Hoje é o Segundo Tempo. Amanhã é do prefeito lá, do vereador tal. Como as práticas femininas não têm historicamente essa construção, elas surgem, às vezes, numa boa experiência aqui, mas já morrem porque não tem uma continuidade...

S.G. – E porque as meninas não vêm. Sim, mas por que elas não vêm? Essa questão da vulnerabilidade, eu me dei conta no PST, porque eu não tinha me dado conta disso: quanto esse discurso é machista mesmo assim, porque ele contempla um grupo específico. E as meninas que estão lá?

M.M. - E as meninas se tornam invisíveis...

S.G. – Exato. Elas se tornam invisíveis.

M.M. - E são a maioria dentro das comunidades.

S.G. – Exatamente.

A.B. - É interessante quando você fala da relação com o Mais Educação que isso pode trazer a menina. Porque a menina está na escola, então ela vai, mas os núcleos que são longes de escolas ou que não têm relação...

M.M. - São na rua...

A.B. - São na rua, não tem menina. A menina fica a margem...

S.G. – Exato. A escola que faz a reunião de pais e mestres, porque quem vai são as mães e as professoras.

A.B. - Exatamente.

S.G. – Então, isso que tem que chamar a atenção, porque está tão naturalizado...

A.B. - Que nem percebemos, passamos por cima.

S.G. – Nem percebe. Então, por isso que eu fiz a pergunta para vocês, porque para mim, umas coisas que eu andei escrevendo, acho que já tenho outras... E por conta disso eu acabei participando de umas coisas do PELC⁵³ também, que também resolveu discutir gênero e sexualidade, como isso já alterou algumas coisas que eu pensava. Então, eu acho que tem uma coisa interessante para nós que estamos na academia também que é esse diálogo que começamos a estabelecer com a comunidade a partir de dois projetos.

A.B. - Eu acho que agora, não sei se vai haver outro livro, talvez o “Capa Azul”. Capa Verde, Capa Branca e Capa Azul. Eu acho que temos que pensar de novo a questão do lazer, trazer essa do gênero também, que é importante, que está vindo da prática. Temos que pensar sobre ela e, outra questão importante que tem que ser pensada, é a avaliação. A avaliação do PST é completamente solta, fraca, é frágil demais. Eles até exigem. Há uma exigência de avaliação, mas ninguém pergunta, ou ninguém se preocupou muito até agora com o que você vai avaliar, que tipo de avaliação você vai fazer, quem é que vai ser avaliado. Isso tudo está muito frouxo. Então, você vê nos relatórios, no formulário *in loco*, é feita a avaliação: “Ah, avaliação que eu faço é um cartaz”; “A avaliação que faço é perguntar se o menino gosta”; “A avaliação que eu faço é perguntar se a mãe está satisfeita”. Que avaliação é essa? Então, acho que essa é uma...

S.G. – De criar estratégias...

⁵³ Programa de Esporte e Lazer da Cidade.

A.B. - Estratégias, mecanismos de avaliação. Como é que a gente vai avaliar, verificar se realmente o PST traz uma contribuição para aquela comunidade. O que essas crianças e esses jovens estão percebendo desse processo e o que esse processo está fazendo com esses jovens. Acho que tem muita coisa para se pensar ainda.

S.G. - Por que isso vai para o qualitativo do Programa. Não basta dizer que atendeu a dois milhões de crianças, mas o que isso tem significado para a vida dessas crianças...

A.B. - Exatamente...

S.G. - Para a comunidade no qual o convênio... Acho que essa questão é um grande desafio.

A.B. - É um grande desafio.

S.G. - Talvez o maior desafio, para ele se tornar uma política de Estado, que tenha continuidade, porque só dizer que dois milhões de crianças foram atendidas...

A.B. - É bacana...

S.G. - É bacana, é ótimo, tudo bem. É uma política pública que está atingindo um grande número, mas como que isso tem ficado para esses grupos que estão sendo atingidos, por essa política?

M.M. - Em homenagem as suas unhas, olha o Livro Azul [risos]. Acho que ele vai vir como uma necessidade de diálogo também entre os temas. Como é que se dialoga lazer e gênero e como cada um desses temas em diálogo vai propor sua própria avaliação? Como é que bate para que não tenha uma avaliação para um direcionamento, ou seja, para a parte técnica, tática ou só social, mas de todos os elementos que compõem esse plano pedagógico lá de implementação? Acho que o Livro Azul vem com esse desafio, de diálogo entre os temas. Como é que dialoga

Lazer e decência, como é que dialoga... E como é que tudo isso constrói uma avaliação conjunta? Porque não adianta cada um ficar na sua caixinha, pensando. Você pensando gênero e nós pensando lazer. Isso já ficou claro no Livro Branco, que houve essa necessidade de discussão e a pertinência do tema. Agora, o que já avaliamos que é pertinente e como é que dialoga entre eles? Porque, se você for ver, algumas coisas são repetitivas no que se pensam do temas. São repetitivos. Você está repetindo o mesmo ponto de vista.

S.G. – E fazendo essa articulação, acho que é um desafio. Eu não sei se vai ter uma reunião de avaliação do Programa agora no final.

A.B. - Costuma ter.

S.G. – Para colocar essas questões...

M.M. - Acho que não vai ter uma reunião não. Acho que vai ter um congresso mais expositivo. Vai ser mais uma coisa de expor o que foi feito, que avaliar ou encaminhar.

S.G. – Quem sabe pudéssemos criar uma demanda para a Equipe Pedagógica...

A.B. - Eu acho que sim.

M.M. - Seria ótimo.

S.G. – Dar uma conversada com o Amauri, se eles estão pensando. Porque eu acho que essas ideias são muito legais, de qualificar...

A.B. - Acho que assim, uma perspectiva, exatamente, para o trabalho poder fincar raízes, porque estamos construindo alguma coisa, mas de que adianta construirmos tudo isso se não dialogarmos, se não aprofundarmos, se não formos lá onde o cara está, na várzea lá, conversar com o cara e saber como é que isso está chegando nele. Não adianta saber: “Quantas crianças tem no núcleo?”. Se for ver a lista de frequência, isso é bom, claro. Vamos ver se tem desvio de recurso...

S.G. – Claro. É uma parte da avaliação.

A.B. - Isso é uma parte do trabalho.

S.G. – Mas a outra é do significado que o Programa tem para essa comunidade.

M.M. - E é o que justifica a presença das Universidades dentro desse processo.

S.G. – Exatamente.

M.M. - É um grande diferencial, uma grande sacada, foi envolver as Universidades. Universidades são instâncias que perpassam o governo, apesar de serem também moldadas por eles, mas que ficam. E aí, jogar isso fora do próximo governo, acho que alguém tem que ter muita coragem para fazer isso. “Ah, vou jogar fora das Universidades”. Então, acho que isso são coisas que vão permanecer. E, se as Universidades não tomarem essa posição como a que a Ângela está tomando, não faz muito sentido a colocação...

A.B. - Não tem sentido...

M.M. - Porque poderia ser qualquer grupo de avaliador e fiscalizador. Então, pega voluntários, porque daqui a pouco qualquer voluntário faz isso. Então, só justifica a entrada da Universidade se tiver esse ponto de vista que estamos falando, de avaliação, senão, vai ser...

S.G. – Bem legal. Já pensamos coisas [risos]. Enfim, não sei se vocês querem falar mais alguma coisa sobre o Programa ou sobre experiência...

A.B.. - Não, eu acho que seria muito legal se pudséssemos realmente pensar uma reunião, na qual pudséssemos colocar, pelo menos, algumas possibilidades. Vamos pensar em perspectivas para o PST, uma coisa que Mônica falou, de fortalecer os recursos. Quem serão essas pessoas. Quem são as pessoas e de que maneira elas estão ligadas ao PST. Se elas estão ligadas de uma maneira frágil, que se rompe, e

encontramos muita...

S.G. – Eu já sei... Rotatividade.

A.B. - Rotatividade [risos]... Essa coisa da rotatividade [risos]: o cara é formado aqui, capacitamos ele e, daqui três meses, o cara diz: “Olha, estou indo embora, porque não dá para ficar aqui”. Isso é muito ruim. Como é que você vai ter o compromisso do cara ali, com aquilo. E as capacitações são ricas por isso. Eles ficam comprometidos. Você vê nas falas o compromisso que conseguimos construir em um momento de capacitação.

M.M. - E nisso, o plano já foi feito, o recurso já foi enviado e, às vezes, é na capacitação que se tem as ideias e se transforma um outro projeto. Muitas das vezes, os projetos se transformam totalmente e, quando você vai ver: “Ah, mas não foi isso que nós pensamos no início” ou então “o recurso que nós pedimos não vai dar para aquilo”. Então, fica tudo no plano do desejo. “Gostaríamos de ter feito aquilo”.

A.B. - É verdade. Essa coisa do lazer, a Mônica já falou, tem muito a ver. Talvez, um novo formato que incluísse essas atividades numa outra dimensão, porque tem as atividades complementares, as atividades de reforço, mas realmente o lazer acaba ficando na boa vontade. Então, o formato do projeto deveria ser um pouco ajustado.

M.M. - Não efetivamente contemplar os temas que politicamente eles acreditam.

S.G. – Isso é importante.

M.M. - Uma coisa do gênero: como é que trabalhar gênero vai representar no orçamento? Porque aí eu vou trabalhar só na sensibilidade política dos monitores ou efetivamente ações, planejadas, voltadas para tal?

A.B. - É, porque, senão, fica muito no discurso.

S.G. – Claro. E na responsabilidade individual de quem está na ponta.

M.M. - E daí não tem como avaliar como é que isso impactou, como é que a abordagem do tema impactou efetivamente na implementação do projeto.

S.G. – Exato.

A.B. - Acho que ainda temos muito trabalho.

S.G. – Tem muita coisa para fazer ainda.

A.B. - Uma coisa que eu fiz agora: acabamos de ter um congresso de extensão na Universidade e eu consegui uma coletânea extra com todos os resumos de todos projetos de extensão da Universidade. Aí eu vou passar para a Sheila⁵⁴, que é a coordenadora do convênio que temos em Itaboraí. Na extensão da Universidade muitos projetos vão aos locais. E imagina montar um dia um torneio de alguma coisa, ou um evento qualquer durante o dia, que a Universidade pudesse participar com seus projetos de extensão, na área de saúde, na área de violência contra a mulher, na área do lazer - os nossos projetos de lazer também poderiam entrar -. Então, vou levar para ela e falar: “Olha só quanta coisa você pode trazer para Itaboraí através do PST numa relação com a Universidade”. Para a Universidade é interessante...

M.M. - E aproxima...

A.B. - Aproxima a Universidade e aquela história que sempre falamos: “A Universidade na praça, a Universidade está dentro do município, das pessoas do município, em todas as praças do município”. Isso tem uma via aí que é legal, dá para a Universidade e para o convênio. Ela topou. Só tenho que dar um jeito de levar, entregar a ela lá.

M.M. - É isso, porque é uma relação com a ONG. Se fosse a organização com

⁵⁴ Sheila de Loura Guedes. Coordenadora Geral do convênio com a Associação Fazendo Acontecer em Itaboraí (RJ).

prefeituras, esse diálogo seria muito mais difícil, porque as pessoas mudam de cargo com muita velocidade ou elas estão ali: “Ah não, eu estou cumprindo esse papel aqui, não vem me dar mais trabalho, trazer coisas da Universidade para cá”. Então, essas relações de convênio vão mudando conforme a característica do conveniado.

A.B. - É verdade. A gente, agora...

M.M. - A relação do [palavra inaudível]...

A.B. - Impossível.

M.M. - Que seria uma coisa absolutamente... É real o governo do Estado - o [palavra inaudível] é da Secretaria do Estado - com a Universidade iria ser uma coisa interessante para a Universidade, interessante para a secretaria e mal conseguimos...

A.B. - Mal conseguimos falar...

S.G. - Não consegue dialogar.

A.B. - Fomos procurados pelo pessoal de Maricá, o pessoal de Cachoeira de Macacu, - são todos municípios próximos que vão entrar - e o pessoal bem interessado e interessante assim, todo mundo querendo saber, querendo perguntar, querendo coisas. Pessoal bem legal. Acho que vai ser muito trabalho, mas vai ser legal. E, agora, estamos contando com o apoio da Equipe do Toni⁵⁵ também, que é bem legal. Tem a Ludmila⁵⁶, a Alessandra⁵⁷ tem um pessoal...

S.G. - Que daí já colaboram também...

M.M. - E já com um nível de amadurecimento também, já passaram por vários

⁵⁵ Antônio Jorge Soares.

⁵⁶ Ludmila Mourão.

⁵⁷ Alessandra Cristina Raimundo.

convênios, já visitaram muitos locais...

S.G. – Já conhecem a estrutura, o funcionamento, o que vai e o que não vai...

A.B. – É. Já estamos mais espertinhos [risos].

S.G. – Que ótimo. Então, queria agradecer vocês duas, por disponibilizar essa conversa, num feriado, diga-se de passagem [risos].

A.B. - Mas daí você está vindo, recebemos você, muito bom [riso].

S.G. – Enfim, que o Projeto continue, que essas coisas que conversamos possam amadurecer. Um Projeto tão legal que eu acho que merece avançar nesse ponto.

A.B. - É, eu acho que sim. A Mônica sempre diz: “Ângela, estamos em um projeto de nível nacional. Isso é coisa para caramba. Isso é importante”. O Alex⁵⁸ também fala isso: “Ai gente, não aguento mais. Quero ir embora”, e eu: “Não! Não vai embora. Fica. Estamos fazendo história” [risos].

S.G. – Que ótimo. Vai ficar registrado essa história [risos].

M.M. - E já tem [número inaudível] anos.

A.B. - Já! Bastante tempo.

M.M. - É um dos projetos mais longos que estivemos envolvidas no âmbito do lazer e que também deu possibilidades, porque, a maioria dos projetos, acaba em um ano.

S.G. – Em um ano. E esse haverá de continuar no próximo governo. Legal, muito obrigada.

⁵⁸ Alex Pina de Almeida.

SIOMARA APARECIDA SILVA

Siomara é professora do curso de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), onde atua principalmente com os temas: psicologia do esporte, jogos esportivos coletivos, estresse, capacidade coordenativa e coordenação motora.

Iniciou sua atuação no PST desde sua constituição, quando coordenou a capacitação de coordenadores e monitores do PST, junto à UFMG. Em 2008, passou a integrar a Equipe Colaboradora 12.

Data da entrevista: 09/12/2010

Local da entrevista: São Paulo (SP).

Entrevistadora: Marco Antônio Ávila de Carvalho

Transcrição: Marco Antônio Ávila de Carvalho

Copidesque: Marco Antônio Ávila de Carvalho

Revisão Final: Silvana Vilodre Goellner

Sumário

Envolvimento com o Programa Segundo Tempo; Processo de capacitação; Produção do texto para livro de fundamentação teórica; Participação na Equipe Colaboradora 12; Reescrita do texto para o segundo livro de fundamentação teórica; Capacitação tele presencial; Cargos que desempenha; Visitação dos núcleos; Pontos positivos do Programa; Importância do esporte para formação; Ligação com a Universidade; Importância da prática pedagógica; Limites e desafios do Programa; Importância das pesquisas na área, da preservação da memória; Perspectivas de continuidade do Programa Segundo Tempo.

Entrevista

M.C. – Começo perguntando, quando e como iniciou o teu envolvimento com o Programa Segundo Tempo?

S.S. – A minha participação do Programa Segundo Tempo se dá desde o início do próprio Programa, antes mesmo desta estrutura que existe hoje. Eu era mestranda

da Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte, quando eu fui convidada para coordenar a capacitação do Programa Segundo Tempo que aconteceria em Minas Gerais. A capacitação daquele modelo anteriormente era uma capacitação num nível de especialização para os professores e uma capacitação num nível extensão para os monitores, onde então estava começando a ter a inserção dos professores dentro dos núcleos do Programa Segundo Tempo, sem essa estrutura atual, dos dias de hoje. Ali eu me envolvi com esse processo e continuei nesse processo coordenando. Como a capacitação no nível de especialização era à distância e eu não conhecia o processo, não tinha acesso ao processo e muito do que eu sabia não acreditava muito na viabilidade dele na Educação Física, eu me inscrevi também na especialização. Era uma possibilidade que se tinha de fazer a capacitação à distância junto ao CEAD (Centro de Ensino a Distância) da Universidade de Brasília (UNB). Ali eu entrei nessa instância e coordenei todo o processo de capacitação em Minas Gerais junto ao estado e a prefeitura, que eram os dois grandes convênios que existiam naquela época. Num segundo momento desse processo, findando esse processo, já no término dessa primeira gestão do PST, eu defendi a especialização, defendi a minha monografia de especialização, e continuamente eu orientei alguns trabalhos também já no Rio Grande do Sul quando eu estava fazendo o doutorado. Então, alguns alunos do Rio Grande do Sul precisavam de orientação à distância. Compus algumas bancas também na defesa dos TCC's⁵⁹ desse nível de especialização. Logo depois, como doutoranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na ESEF⁶⁰, já junto com essa equipe que vem hoje nesse processo pedagógico com o professor Amauri⁶¹, eu fui convidada junto com o professor Pablo Greco⁶² a compor a equipe que iria fazer uma nova proposta, não para contrapor, mas sim vê qual seria a melhor proposta entre a que havia do Instituto Ayrton Senna e essa que seria então a que vigora até hoje. Nós fizemos uma capacitação para alguns coordenadores de núcleos do Rio Grande do Sul em Gramado, onde eu fui apresentando um termo de crescimento de desenvolvimento junto com o professor Ricardo Petersen⁶³, que era o meu orientador na época, e junto com o professor Pablo Greco a proposta que hoje vigora na organização dos

⁵⁹ Trabalho de Conclusão de Curso.

⁶⁰ Escola de Educação Física.

⁶¹ Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira, Coordenador Pedagógico do Programa Segundo Tempo.

⁶² Pablo Juan Greco. Universidade Federal de Minas Gerais.

⁶³ Ricardo Demétrio de Souza Petersen, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

esportes no Programa Segundo Tempo. Dali nós escrevemos então o chamado e conhecido, livro “Capa Verde”⁶⁴ e para isso nós participamos de uma capacitação também. Escrevemos esse capítulo, daí já escrevi com o professor Pablo Greco. Fizemos uma capacitação em janeiro ou fevereiro de 2008, bem no início de um ano. Depois começaram as capacitações nas cidades, nos estados e assim por diante. Aí foram várias capacitações que fizemos. Eu viajei pelo Brasil inteiro...

M.C. – Tu participaste de todas as capacitações?

S.S. – Do Programa Segundo Tempo coordenado pelo Ministério, sim e depois essas Equipes foram distribuídas porque várias pessoas foram convidadas a compor o que eles chamaram de formadores, que foram alguns professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e alguns professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E meio que parceiro por causa do capítulo e do vínculo que tem, alguns professores da Universidade Federal de Minas Gerais. Sem isso estar estabelecido. Eu fui como doutoranda da UFRGS⁶⁵ e também escrevendo o capítulo com o Pablo. Nós capacitamos um grupo de professores dessas Universidades que seriam os reprodutores, os formadores ao longo de um longo processo presencial de capacitação. Ajudei a escrever o capítulo, fizemos as capacitação dos professores que hoje são muito dos membros das Equipes Colaboradoras e também coordenadores das Equipes, fui em muitas capacitações e isso aconteceu até meados do segundo semestre de 2008. Eu voltei para Minas Gerais assumindo então o cargo que hoje eu ocupo de professora do Departamento de Educação Física, no CEDUFOP⁶⁶ na UFOP⁶⁷, e por lá, na continuidade disso, foi nos dado o desafio de escrever o capítulo de uma maneira um pouco mais acessível as pessoas a qual o objetivo era chegar. Fazer com que esse capítulo chegasse a essas pessoas. E junto com isso, em julho de 2008, eu fui convidada a coordenar uma das Equipes Colaboradoras, que hoje é a Equipe 12 e fomos, então, em um encontro que foi em Natal – acho que foi o primeiro encontro que teve quando iniciou o processo das Equipes Colaboradoras. Nesse encontro, o professor Pablo que era quem estava

⁶⁴ Material Didático produzido para o Processo de Capacitação do Programa Segundo Tempo. Impresso pela Gráfica da UFRGS em 2008.

⁶⁵ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁶⁶ Centro Desportivo da Universidade Federal de Ouro Preto.

⁶⁷ Universidade Federal de Ouro Preto.

comigo na coordenação da Equipe não pode ir, mas a Layla⁶⁸ foi. Depois o professor Pablo saiu da coordenação da Equipe Colaboradora e a professora Layla assumiu junto comigo a coordenação da Equipe 12. Antes disso, na sequência do processo, no final de 2008 nós fomos desafiados a reescrever esse capítulo e novamente fazer uma nova capacitação, uma discussão que foi de novo em Maringá com os coordenadores das Equipes e os outros professores que estavam escrevendo os outros capítulos. Então, nós reescrevemos o que é hoje o capítulo do livro “Capa Branca”⁶⁹. Reescrevemos com esse desafio de não perder o teor técnico e científico que existe em todos os capítulos, mas tornando uma fala mais acessível. Fomos a Maringá para fazer essa discussão sobre esses capítulos e depois começamos em Minas Gerais – eu continuando na coordenação da Equipe Colaboradora já junto com a professora Layla – a trabalhar com o que seria a capacitação, num piloto dela telepresencial. E foi um grande desafio, porque é tentar tornar viável o acesso a informação prática de maneira virtual.

M.C. – Vocês fizeram uma videoconferência?

S.S. – Não chegou a ser uma videoconferência especificamente. Foi um processo diferenciado que, na minha análise, daria certo se tivesse tido uma organização dentro da Escola Satélite, em Belo Horizonte, na mesma altura que existe dentro da FAURGS⁷⁰ junto com o pessoal da Selda⁷¹. Se tivesse o mesmo teor de organização, o mesmo critério, o mesmo cuidado, zelo com essa organização logística, administrativa, a coisa teria dado certo e poderia estar sendo aplicada hoje com muito mais fidedignidade, mais furor pedagógico mesmo dentro dos outros estados. Para então tornar viável essa telepresencial o professor Pablo e eu fizemos “n” horas de filmagens. Tu não tens noção do que são “n” horas de filmagem. Nós fomos *vários* dias em vários momentos filmar as atividades que nós fazemos na prática dentro daquilo que nós estabelecemos como a organização dos esportes no nosso capítulo. Foram dias e dias de filmagens. Depois foram dias e dias de ilha de gravação e tudo mais para editar essas imagens como um conteúdo teórico. Quer

⁶⁸ Layla Aburachid Campo, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

⁶⁹ Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática. Organizado por Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira e Gianna Lepre Perim. Publicado pela Editora da UEM em 2010.

⁷⁰ Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁷¹ Selda Engelman. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

dizer, é dar nome aos bois: “Esse vídeo você corta aqui, corta acolá”... “Esse vídeo é para isso”. Então, foram “n” horas também para isso, mas ficou um trabalho muito bom e um trabalho que foi apresentado nessa telepresencial no final do ano. E de lá para cá eu vim atuando sempre nas duas instâncias do Programa: como formadora, que escreve um capítulo junto com o professor Pablo e como coordenadora da Equipe Colaboradora 12... E no final do ano de 2008 foi aberto – já estando na UFOP – o edital para os pilotos das Equipes Colaboradoras e/ou IFES. Eu fiz os dois projetos da UFOP, do padrão com crianças dos 7 aos 17 anos e o projeto Universitário. Entrei com os dois projetos. É um trâmite louco, absurdo, é um trabalho administrativo de cortar o couro, mas muito bem assessorado pela Equipe que compõe o CEDUFOP⁷² e pela Equipe Administrativa da Reitoria da UFOP. Nós conseguimos os dois convênios na UFOP. Eu não consigo coordenar os dois convênios e continuar na Equipe Colaboradora e também continuar escrevendo aquilo que era proposto. Então, eu fiquei com a coordenação daquilo que mais me interessa que é o PST Padrão, com crianças de 7 a 17 anos, e o professor Heber⁷³, que naquele momento também era um membro da Equipe Colaboradora, ficou com a coordenação do PST Universitário. Hoje, até o presente momento, eu ocupo, segundo minha própria visão, três instâncias dentro desse maravilhoso e significativo processo do PST para a Educação Física e o ensino dos esportes como um todo: eu sou coordenadora do Projeto Piloto e colaboro com a coordenação de dois projetos na UFOP, sou coordenadora da Equipe Colaboradora 12 e sou um dos autores de um dos capítulos o qual continuo estudando o mesmo conteúdo que possui aquele capítulo. A minha entrada como coordenadora de um Programa mudou e acrescentou uma visão real do que é o Programa Segundo Tempo, do que está na ponta dele, e que faz um “feedback” perfeito, maravilhoso. Se hoje eu tiver que reescrever o capítulo, eu reescreveria de uma maneira diferente. Eu faria de uma maneira ainda mais acessível à ponta, por causa dessa abertura de estar trabalhando com a ponta, de estar no meio, de estar na ponta e não só estar no meio sendo coordenadora, mas também nas visitas *in loco*. Mesmo como coordenadora eu tive o prazer de fazer várias visitas *in loco* junto com a minha Equipe, junto com os membros avaliadores da minha Equipe para que eu conhecesse a ponta. E por um interesse pedagógico. Eu não tinha obrigação de fazê-

⁷² Centro Desportivo da Universidade Federal de Ouro Preto.

⁷³ Heber Eustáquio de Paula. Universidade Federal de Ouro Preto.

las, mas eu fiz porque eu queria conhecer a ponta: “Eu quero ir naquele núcleo que tem problema. Aquele núcleo que aspira problemas, problemas pedagógicos. Eu quero ir lá para poder ver e contribuir”. E consegui fazer isso frente a todas essas outras coisas que eu faço. Eu consegui ir a várias visitas *in loco* na região para eu conseguir ver isso e isso hoje modificou literalmente a minha prática pedagógica como professora universitária do curso de graduação de Educação Física. Hoje eu ensino Educação Física de uma maneira diferente. Modificou a minha prática como pesquisadora da área e modificou a minha prática como coordenadora das duas instâncias das quais eu trabalho no Programa Segundo Tempo. Então, estar nesse tripé é “show de bola”.

M.C. – Então, na verdade, já são os pontos positivos que tu destacas do Programa?

S.S. – Já antecipei a entrevista [risos]?

M.C. – Mas o que tu achas de mais pontos positivos que o Programa tem de forma geral?

S.S. – A própria essência do Programa de democratizar através do esporte, ensinar através do esporte, particularmente para mim, comunga com o porquê que eu estou no ensino universitário e porque eu estou no Programa Segundo Tempo. Pessoalmente, sou uma pessoa advinda do esporte, eu vim do esporte, eu nasci no esporte, comecei a minha existência de entender o ser pessoal através do esporte. Então, para mim é uma obrigação devolver isso para o esporte. E a minha maneira de devolver isso para o esporte é tornar acessível o esporte. Então, o Programa Segundo Tempo é para mim isso. Hoje sou uma professora-doutora, depois de ter sido uma atleta de seleção, de ter sido jogadora de várias modalidades, de ter sido praticante de várias modalidades, que continuo fazendo e sou uma pessoa que gosta [riso] e acredito que sou uma pessoa bem quista no meio por causa do esporte. Sou o que sou através do esporte e pelo esporte. Então, nada mais legal e digno de fazer isso. E o Programa Segundo Tempo reza dessa mesma cartilha sem saber da minha existência de vida, sem saber do que o esporte tem de importante para mim. Ele configura, desenha a minha vida ali nesse cenário. Então, esse cenário para mim é um ponto positivo. Tornar viável a prática do esporte e quem

sabe o mesmo caminho ou caminhos melhores ao que eu percorri na vida até então para as pessoas principalmente de baixa renda que é um dos meios, de pouca acessibilidade, que também de onde saí. Eu não sou de família rica e sim de família muito pobre. Tornar isso viável para mim é o principal ponto do Programa. Outro ponto positivo do Programa é estar com isso ligado às Universidades, porque isso para mim não daria certo se não estivesse ligado a mais um dos pilares que, acredito eu ser o pilar do Programa como um todo, ele tem que estar ligado àquilo que vigora no mundo até hoje. Se não é a igreja, é a política ou a Universidade. Não é a igreja. Então, tem que estar na política, que é de onde ele vem, e tem que estar na Universidade. Se ele não estiver ligado a isso, a coisa não vai dar certo, porque não adianta nós, como um pequeno grão dessa parcela toda, desse montante, fazermos o Programa Segundo Tempo, por mais que ele tenha toda essa característica de devolver para o esporte aquilo que veio do esporte, se nós não conseguirmos evoluir para essa prática do esporte. Então, se não houver pesquisas que contribuam com isso, se não houver um fomento de ciência para tal, de que então nós estamos fazendo? Nós estamos fazendo um esporte de hoje, mas que foi de ontem. Então, nós temos que pensar em fazer um esporte de hoje para hoje, porque a via de acesso a outras informações, fontes de movimento até para as crianças hoje, é muito maior do que tínhamos antes na nossa época, por exemplo. Hoje, a criança tem um conjunto de outras coisas, a internet, os meios de comunicação que são super positivos. São os meios tecnológicos. São super positivos para o desenvolvimento integral do ser, mas com isso ele afasta um pouco a criança do movimento. Então, se nós não estivermos trazendo uma prática inovadora, atrativa e compatível com essa competitividade que tem das outras atividades no mercado, nós não estaríamos conseguindo o que se consegue até hoje com esses milhões de pessoas inseridas no Programa. Sejam crianças de baixa renda ou crianças de média renda e por diante. Se não estivermos junto com a pesquisa, nós não conseguiríamos. Outro ponto positivo seria isso.

M.C. – Nós estamos em um evento de fechamento de um ciclo, de avaliação. Dentro dessa perspectiva, o que tu vê de limites e possibilidades que o Programa tem para se qualificar cada vez mais?

S.S. – Alguns limites foram colocados aqui hoje nas exposições anteriores,

pincipalmente, a do Júlio Filgueira⁷⁴ que, para mim é uma pessoa fantástica, e a também do secretário Fábio Hansen⁷⁵. Um dos limites mesmo são os travamentos financeiros e orçamentários. Chega o recurso, mas não chega o financeiro. Chega o orçamento, mas não chega o financeiro. A CGU⁷⁶ tem hora que trava, mas tem hora que ajuda. Então, são vários os processos. Ganhar isso, no sentido de conseguir vencer esse processo, já é um grande limitador. Um outro fator, que isso pode ser o gerador, é a burocracia que todo um convênio tem que vivenciar para tal. Há muita cobrança do administrativo. Quando eu comecei as minhas ações da Equipe Colaboradora, eu pensei: “Acho que deveria ter feito administração de empresas e não Educação Física para compreender tudo isso”. Mas aí então, indo a pergunta anterior do ponto positivo, é que nós entendemos a necessidade de um porquê de cada uma dessas coisas. A necessidade do administrativo articulado com o pedagógico e, muitas vezes, o que impera ainda é o administrativo. Mas um ponto positivo em cima disso que eu acredito ser, que ainda impera o administrativo, é ouvir e ver que, na verdade, as Equipes Colaboradoras conseguiram ver e que hoje foi nítido na fala do Júlio, por exemplo, que o que tem que imperar é o pedagógico. Então, isso para mim, quando ele disse que tinha que imperar o pedagógico, é o que demonstra todo o trabalho que foi desempenhado até então e essa avaliação que estamos aqui. É negativo saber que a política administrativa como um todo, dos ministérios, de tudo isso, não dá ainda a real vazão aquilo que é pedagógico, educacional, para que seja então a educação um dos caminhos para contribuir para a melhora de nosso país como um todo, através do esporte. Então, seriam esses os principais pontos. Em cima disso, nós chegamos na ponta e conseguimos entender que a formação das pessoas que estão lá na ponta, no núcleo mesmo, trabalhando, é muito deficiente. Isso trava muito o processo, porque é burocrático e que depende de uma compreensão mais complexa do todo e a compreensão disso depende dessa organização mental desse conhecimento como um todo. Mas, em contra partida, nos dá um “feedback” muito grande do tipo de profissional que nós estamos formando na Universidade. Se lá na ponta foram profissionais formados por nós das IES - Instituição de Ensino Superior -, que profissional que nós estamos colocando no mercado, que torna converter um ponto negativo em ponto positivo.

⁷⁴ Júlio Cesar Monzú Filgueira. Secretário Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte no período de maio de 2007 a outubro de 2009.

⁷⁵ Fábio Roberto Hansen. Secretário Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte.

⁷⁶ Controladoria Geral da União.

Mas é um ponto negativo que ainda trava muito não só o administrativo como também o pedagógico. Se eles não têm conhecimento suficiente para entender aquilo que nós partimos da premissa que já têm, eles não entendem a proposta e não conseguem aplicar a proposta num todo. Talvez aí um ponto negativo, que através desse conhecimento adquirido ao longo desses anos tornar a capacitação algo mais viável, mas na altura da compreensão dos professores que estão na ponta e não na altura da compreensão dos professores que estão escrevendo que é um desafio para nós também.

M.C. – Ir a campo e pesquisar...

S.S. – Exatamente e por isso mais uma vez a importância das universidades e mais uma vez a importância da participação de professores que pesquisam. Pelo menos para mim mudou muito a minha prática de pesquisa como eu já disse. Estar nesse *in loco*. Tem que estar ali para presenciar isso aí, senão não conseguimos entender. E nada muito obstatante do que isso é a pesquisa de vocês, por exemplo, para estar registrando tudo isso. Amanhã ou depois, alguém vai ler isso: “Bom, realmente nós temos que voltar para as universidades. Temos que buscar esse parceiro”. E não só a Universidade ser buscada. A Universidade tem também que buscar esse conhecimento. Isso, para mim, é um ponto importante. Não é a universidade ficar sentada e falar: “Se eles quiserem, eles vêm aqui e me pegam”. Não! A universidade tem que ir lá, meter a cara: “Eu quero pesquisar, quero fazer isso aqui”. Tem que pesquisar, ir lá na ponta para que nós possamos ver uma pesquisa real e não uma pesquisa laboratorial, aquela que manipula ratinhos e pessoas dentro de um ambiente altamente controlado. Não tenho nada contra essa. Estou falando que não é só essa que faz a Educação Física. A Educação Física é feita da prática, do saco de bola nas costas e vamos para prática e pegar ali para ver o que é.

M.C. – Perspectivas de continuidade desse Programa para os próximos anos?

S.S. – Eu acho isso muito difícil saber que estamos em uma mudança de governo e não sabemos o que vai vir. Eu sou uma pessoa que procuro ser muito mais realista do que otimista para não sofrer. Não que eu não goste de ser otimista [riso], é só para não sofrer. Procuro não pensar muito a frente, mas nós temos que planejar.

Até a própria ciência é feita disso. O que precisa que seja feito para tal eu vou fazer. Eu espero que continue dessa estrutura vigente de hoje para frente. Com todos esses pontos negativos sendo trabalhados, com todos os pontos positivos sendo reforçados, com toda perspectiva sendo pensada sempre no âmbito pedagógico. É que o pedagógico impere sobre o administrativo dentro da sua realidade, evidentemente. Na realidade não é imperar sobre. É imperar sobre no dia de hoje, porque no dia de hoje o que impera predominantemente é o administrativo. Eu acredito que o ideal seria que os dois trabalhassem juntos. Que os dois pudessem comungar das mesmas parcelas. Aí sim seria algo interessante. E que permanecesse a presença das universidades. Sem as universidades esse Programa finda, segundo a minha visão... Pode não ter o êxito o qual está tendo e muito menos alcançar outros pontos que poderia vir alcançar. Eu acho que sim, do que aconteceu de 2003 até hoje, oito anos, é um legado para a Educação Física. Ele ultrapassa a instância de programa social, daquilo que seria dentro da universidade, a extensão. Ele abarca hoje o tripé da universidade e sendo universidade e sendo governo eu tenho toda e plena convicção para que seja uma proposta de estado, para que esse Programa seja realmente algo que aspire a formação de um cidadão através do esporte. Então, eu acredito naquilo que eu escrevi [riso] que é pelo esporte, mas através dele é mais importante. Tem sim, que ensinar o esporte, mas fazendo do esporte um caminho educacional, um caminho para a cidadania. Seria esse o meu sonho de continuidade. Que estivesse dentro das universidades com vocês, graduandos, especializando, mestrando e doutorando, todos nós pudéssemos continuar a pesquisar esse tipo de pesquisa *in loco*, ali no meio. Não deixássemos de fazer as pesquisas laboratoriais, as pesquisas fechadas e tudo mais, mas que nós estivéssemos ali para extrair dali conhecimento para voltar para ali mesmo. Esse é o meu anseio para a Educação Física junto com o Programa.

M.C. – Gostaria de te agradecer pela entrevista, professora. Mais uma boa contribuição para o nosso banco de dados. Deixo aberto, se quiser comentar mais alguma coisa?

S.S. – Só dar mais valor ao que vocês estão fazendo. Tem hora que é difícil corresponder a todos os e-mails que chegam solicitando algumas coisas. A

professora Silvana⁷⁷ nos enviou alguns e-mails, mas nem sempre dá para corresponder a tudo dentro desse conjunto de coisas que nós fazemos. Não só vocês, mas o trabalho do pessoal da PUC⁷⁸ que também participei como amostra [risos], como uma pessoa que possa contribuir com isso. É mais do que nunca devolver ao PST aquilo que o PST também já fez por mim, pela minha profissão, pela minha formação profissional. É só agradecer.

⁷⁷ Silvana Vilodre Goellner. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do projeto Memórias do Programa Segundo Tempo.

⁷⁸ Pontifícia Universidade Católica de Minas. Responsável por uma pesquisa de avaliação do Programa Segundo Tempo.

HEITOR DE ANDRADE RODRIGUES E OSMAR MOREIRA DE SOUZA JUNIOR

Heitor é professor do curso de Educação Física da Universidade Federal de Goiás (UFG), onde atua principalmente nas áreas de Pedagogia do Esporte, Formação Profissional em Educação Física e Educação Física Escolar.

Iniciou sua atuação no PST em 2008, integrando a Equipe Colaboradora 21.

Osmar é professor do curso de Educação Física da Universidade Federal de São Carlos (UDFSCar), onde atua principalmente com temas relacionados à Educação Física Escolar e ao futebol.

Iniciou sua atuação no PST em 2010, integrando a Equipe Colaboradora 21.

Data da entrevista: 14/12/2012

Local da entrevista: Brasília (DF)

Entrevistadora: Christiane Garcia Macedo

Transcrição: Bruna Tomaschwski Perla

Copidesque: Christiane Garcia Macedo e Silvana Vilodre Goellner

Revisão Final: Silvana Vilodre Goellner

Sumário

Funções exercidas no Programa Segundo Tempo; Inserção no Programa; Atividades da Equipe Colaboradora que atuam; Relato sobre o Projeto Piloto na cidade de Sertãozinho; Descrição dos três encontros do Projeto Piloto; Trabalhos e discussões sobre indisciplina; Aplicação das estratégias; Atuação com sobre turmas heterogêneas, competitividade e aspectos específicos do esporte; Avaliação do projeto; Avaliação da participação dos professores no Programa Segundo Tempo.

Entrevista

C.M. – Boa tarde, gostaria inicialmente de perguntar sobre quais as funções que você já exerceu no Programa Segundo Tempo?

H.R. – Eu, desde 2008, venho exercendo a função de avaliador, e mais recentemente, nos últimos dois anos, de vice-coordenador da Equipe Colaboradora

21.

C.M. – Que é a Equipe de qual Estado?

H.R. – Equipe de São Paulo.

C.M. – São Paulo?

H.R. – Interior de São Paulo.

C.M. – Quais as funções que já exerceu no Programa?

O.M. – Eu sou avaliador. Eu estou, desde início de 2010, na função de avaliador da Equipe Colaboradora 21, no interior do Estado de São Paulo.

C.M. – Professor Heitor, como você se envolveu no Programa, como foram os primeiros contatos? Foi convite?

H.R. – Na verdade foi um convite da minha orientadora de mestrado, que teve um contato com Amauri⁷⁹ e aí teve a necessidade de ter uma relação com outro avaliador no interior de São Paulo. Ela me fez o convite, passei a integrar uma Equipe que era no Paraná na época, e depois fui continuando dentro do Programa e depois de um período houve a possibilidade de assumir a vice-coordenação de outra Equipe Colaboradora.

C.M.– Qual é o nome da orientadora?

H.R. – Suraya Cristina Darido.

C.M. – E você Osmar?

⁷⁹ Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira, Coordenador Pedagógico do Programa Segundo Tempo.

O.M – Eu passei mais ou menos pelo mesmo caminho, eu também fui orientando da professora Suraya Darido, mas eu acho que eu vim mais ou menos para entrar no lugar dela, não é Heitor? Porque foi uma época em que a Equipe estava passando por uma reformulação, os coordenadores da Equipe eram o Cláudio Kravchychyn e o vice-coordenador o Silvano⁸⁰, mas em vias do Silvano assumir a coordenação dessa Equipe, aliás, de criar a Equipe 21 que somos hoje. E o Claudião ia ficar com a Equipe 14, ia precisar então de outros avaliadores e nesse sentido, tanto a Suraya como o Heitor, indicaram o meu nome para compor a Equipe.

C.M. – Como está a Equipe de vocês? Quais as atividades que vocês tem feito? Como está a organização da Equipe? Tem algum limite que vocês têm encontrado?

H.R. – Então, nesse último ano a gente teve uma diminuição no número de núcleos que a gente atendeu e hoje nós somos em seis avaliadores, incluindo o coordenador e o vice. O mais interessante desse ano, eu acho, foi a possibilidade da gente ter feito o Piloto de acompanhamento pedagógico, que no caso é uma oportunidade de acompanhar de forma um pouco mais próxima de Sertãozinho⁸¹. Agora no sentido de limites, nesse momento nosso limite é a interrupção da continuidade do trabalho no período de três meses por conta de um corte em duas bolsas. A princípio é isso, não sei se tem mais alguma coisa a acrescentar.

O.M. – É, esse projeto Piloto de Sertãozinho ele foi precedido de uma reflexão que nós tivemos dentro da Equipe Colaboradora que acabou emergindo um artigo publicado na Revista Motrivivência onde nós fazemos a discussão a respeito daquilo que nós enxergamos como limitações do atual modelo de capacitação pedagógica dos convênios, então, a partir dessa reflexão, acho que seria legal eu te contar até um pouquinho sobre o Piloto, mas a partir dessa primeira reflexão o modelo proposto foi colocado em prática nesse convênio da Prefeitura de Sertãozinho, e desenvolvido durante os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro a capacitação.

C.M. – Então, falem um pouco do projeto, o que ele é, e como está sendo?

⁸⁰ Silvano da Silva Coutinho.

⁸¹ Cidade do interior do estado de São Paulo.

H.E. – Então, como o Osmar frizou bem, ele surgiu de uma insatisfação da própria Equipe em relação aos resultados da capacitação, do atual modelo de capacitação, os vídeos. Na verdade a gente começava a perceber que durante as visitas em núcleos que as práticas dos professores e a qualidade das aulas mudava muito pouco com o conteúdo da capacitação e a gente, muito incomodado com isso, começou a pensar no poderia fazer para conseguir um contato mais efetivo com os coordenadores de núcleo no sentido de colaborar com o trabalho deles, no sentido de pensar em formas de transformação daquela realidade, principalmente da qualidade das aulas. Para isso a gente foi estudar alguns autores no campo da educação, dentre eles o António Nóvoa, o Angel Pérez Gomez, o Maurice Tardif, alguns autores canadenses, o americano que é o Donald Schon para pensar formas alternativas de formação dos professores. Formas alternativas no sentido de que fosse uma proposta que não se enquadrasse na ideia de uma racionalidade técnica, de uma construção extremamente acadêmica, que é o caso da racionalidade técnica; uma ideia de que a formação pudesse passar por um modelo de racionalidade prática, onde a prática de aula dos professores pudesse constituir o eixo central da formação e que os professores fossem tomados como produtores de conhecimento e não apenas como pessoas que aplicam uma série de teorias para resolver seus problemas. Então, a gente teve o período de reflexão sobre isso, a própria construção do artigo nos permitiu também a apropriação desses referenciais, e daí depois fomos colocar isso em prática. Acho que o Osmar também pode me ajudar.

O.M. – Sim. Só retomando então essas ideias que o Heitor falou da racionalidade técnica do modelo de capacitação tradicional, além da insatisfação em relação a ir para o núcleo e identificar que todos aqueles temas que foram discutidos na capacitação eles não estarem presentes na prática pedagógica, um outro indicador que nós tivemos de que esse método de capacitação era limitado foi que esses professores normalmente tiravam notas altas nas provas, durante a aplicação da capacitação, mas quando nós visitávamos o núcleo aquelas mesmas questões que eles acertaram na prova, você perguntava: “O que a capacitação te ajudou? O que você se lembra?” Eles não se lembravam de nada, então, percebia que era algo ali no momento, mas que não dava conta de resolver os problemas da prática. E

durante essa capacitação inicial no convênio de Sertãozinho foi proposto a ideia do Projeto Piloto. Nós sentimos uma certa resistência dos coordenadores de núcleo, inicialmente, porque quando eles acabavam de passar por um processo de capacitação pesado, com todos os temas, dois dias de várias atividades, palestras, vídeos e tudo mais, a gente chega e fala: “Vamos fazer um Projeto Piloto com vocês, de acompanhamento, passo a passo, para tentar ajudar vocês na prática pedagógica.” A impressão que eles ficaram, que depois nós fomos identificar é que nós estávamos ali para dar mais trabalho... “Puxa vida, mais vídeos, mais palestras, de novo aquilo, a gente já está com a cabeça cheia e tudo mais”. Então foi um exercício de convencimento um tanto quanto tenso. Teve uma menina que perguntou: “Espera aí, vocês estão fazendo pesquisa com a gente? A gente vai ser autor dessa pesquisa também?” Então esse ceticismo teve que ser quebrado aos poucos mas, enfim, conseguimos dar início ao Projeto Piloto, fizemos a primeira reunião com eles em outubro, com o convênio de Sertãozinho composto por uma coordenadora geral, uma coordenadora pedagógica, oito coordenadores de núcleo e oito monitores e todos eles estavam presentes. A dinâmica dessa primeira reunião foi apresentar o roteiro geral do Projeto Piloto de acompanhamento pedagógico, e sensibilizá-los para abraçar realmente esse projeto. Então, no primeiro momento foi feito para eles a apresentação do modelo e foram discutidos alguns temas, aliás primeiro foram sensibilizados para identificar quais os principais dilemas que eles enfrentam para trabalhar em seus respectivos núcleos, na prática pedagógica. Então eles se manifestaram com relação àquilo que eles entendiam como as principais dificuldades, os principais dilemas de cada núcleo. Em seguida o Heitor encaminhou uma reflexão sobre um bom professor, sobre o professor reflexivo. “Qual seria o papel desse professor reflexivo? Qual seria o perfil de um bom professor? Identificar neles, na memória. Quem vocês se lembram que foram bons professores seus na escola”, e tal...

H.R. – “Quais eram as características desse professor? Que tipo de competência eles tinham? E vocês têm essas competências também? Vocês estão sendo bons professores para os alunos de vocês? O que é que falta para vocês serem bons professores?” No sentido de eles começarem a se apropriar dessa discussão do ser professor, e como a prática reflexiva poderia ajudar eles a se tornarem melhores professores. Acho que essa foi uma parte inicial da reunião bastante importante.

O.M. – E junto com essa contextualização do professor reflexivo, do bom professor, tentamos também retomar com eles a identidade do Programa Segundo Tempo, pensar com eles assim: “Vamos retomar qual é o papel do Programa Segundo Tempo, das diretrizes do Programa rapidamente, pensar um pouquinho o que a gente está fazendo aqui, porque que a gente vai trabalhar com esporte educacional, o que é o esporte educacional?”. E tentando relacionar isso com os PPNs⁸² deles. “Vamos ver o que vocês colocaram como objetivo aqui vai favorecer esporte educacional para as crianças em situação de vulnerabilidade social, o que vocês quiseram dizer com isso? Vocês acreditam realmente nisso? Ou foram palavras que foram tiradas e colocadas aqui?” Então, a ideia de dar sentido naquilo que eles mesmos haviam colocado no papel, ou se aquilo não tivesse sentido em repensar qual seria a forma de atuação desses profissionais. Eu acho que identificar os dilemas, construir essa identidade docente, foram esses os dois primeiros passos e depois selecionar, porque apareceram diversos dilemas na fala deles, mas não dava para tentar abordar tudo aquilo. Agora, teve um dilema que foi comum, não teve nenhum dos oito núcleos que não apontou esse dilema que era em relação à indisciplina. Eles falaram que um problema sério que eles enfrentavam para trabalhar nos núcleos, ali no dia a dia, era a indisciplina que inviabilizava várias outras coisas, e nós acabamos montando, a partir disso, alguns pequenos grupos de trabalho nessa reunião. A reunião começava às oito da manhã, eu e o Heitor encaminhávamos a reunião das oito da manhã até o meio dia, depois por volta de uma e meia, duas da tarde até cinco e meia da tarde mais ou menos. Era um dia intenso de trabalho que eles tiravam para isso, numa segunda-feira. Então montamos três grupos de trabalho, dois deles trabalharam com a temática específica da indisciplina, o terceiro eu não me lembro agora...

H.R. – Para refletir sobre rotinas de aula, como é que poderiar pensar em estratégias para construir uma rotina na aula que tivesse uma interferência direta para a questão da indisciplina. E eu acho que o interessante das reuniões é que elas se guiam numa espécie de um contínuo mesmo, que é que o Osmar falou, é a identificação dos dilemas, a seleção daquele dilema que a gente está considerando mais urgente que, nesse caso, é a indisciplina, e a partir disso, que o núcleo está

⁸² Projetos Políticos do Núcleo.

chamando de grupo de trabalho, esses grupos deveriam buscar então estratégias para intervir sobre o problema da indisciplina, e a partir dessa discussão. Então a gente diz: “Olha, como é que a gente pode intervir sobre a indisciplina? Primeiro, o que é indisciplina? Quais são as manifestações da indisciplina? Por que os alunos são indisciplinados? O que eles estão querendo dizer com isso?” Entendendo melhor esse problema buscar soluções para poder resolvê-lo. E a partir dessa definição das estratégias, a gente construiu um documento final nessa reunião com algumas estratégias que a gente considerava importante para uma experimentação, uma intervenção em situação real de ensino. Então a gente planejou durante o mês de outubro, início de novembro, fazer uma intervenção relacionada ao problema da indisciplina. Acho que não estou esquecendo nada dessa primeira reunião...

O.M. – Não está não. Talvez valesse a pena falar quais as estratégias que eles definiram .

H.R. – Uma das coisas que foi surgindo durante essa reunião era: “Olha, interessante, a indisciplina é um problema, mas como é que vamos resolver o problema da indisciplina? Que tipo de estratégia que a gente vai usar?” A gente também assumiu a postura de não ficar dando todas as respostas porque a gente estava trabalhando com a ideia de que os professores são produtores de conhecimento, que eles deveriam atribuir sentido para aquilo que eles estavam construindo. E a gente falou: “Eu acho que vocês têm essas respostas também”. Pensando, por exemplo, que a indisciplina se manifesta de duas formas, a gente foi usar algum autor que é o Yves de La Taille para falar sobre indisciplina. Esse autor vai dizer o seguinte: Os alunos eles são indisciplinados, basicamente, por dois motivos: número um, eles desconhecem as regras, então eles não sabem muito bem quais são as regras daquele espaço, e eles fazem o que eles acham que eles podem e o professor acha que eles estão indisciplinados. O segundo motivo: eles sabem quais são as regras mas eles querem transgredir as regras”. Então, a partir dessa discussão a gente pensa: “Olha, tem duas formas de enfrentar esse problema: se as regras não estão claras então eu acho que nossa primeira intervenção aqui é fazer o esforço de definir quais são as regras básicas de convivência dentro do núcleo”. A partir disso eles acabaram propondo o seguinte: “Então vamos pensar em construir um cartaz dentro do núcleo apontando quais são as principais regras, mas que isso

pudesse ser feito junto com os alunos, para que os alunos atribuíssem sentido para aquelas regras”. E aí a gente pensou que só apontar as regras não dá conta, teria que por também quais são as sanções, quais seriam as punições para isso, e eles optaram por criar um caderno de advertências, que aqueles alunos que fossem recorrentes da transgressão das regras teriam que assinar esse caderno, e além disso eles criaram, eles optaram por criar um conselho dentro de cada turma, um conselho de alunos.

O.M. – Não só os alunos, alguns representantes. Os alunos da escola, da direção da escola e tudo mais eventualmente dos pais, eles falaram, se tivesse a possibilidade e o coordenador do núcleo formavam esse conselho. Para esse conselho seria algo assim: “Olha, esse aqui extrapolou os limites, ele já assinou o caderno três vezes, então vamos ver o que nós vamos fazer com ele. Ele vai passar pelo conselho. Sabiam disso, e esse conselho decidiria, vai suspender, o que vai fazer com esse aluno transgressor?” Essa foi uma estratégia. Uma coisa que chamou muito atenção nesses grupos de trabalho, que apareceram algumas ideias que nós não acreditamos que daria para avançar, então, eu lembro que um grupo eles apontaram assim: “Olha, nossa ideia é, aquele aluno que dá trabalho a gente põe ele de castigo ajudando a gente durante a aula, ele fica ajudando o professor durante a aula; ele fica lá carregando material, fica anotando as coisas para a gente. E ai gente colocou pra ele, falou: “Você está colocado aí para ajudar o professor como algo pejorativo, ajudar que é um coisa bacana você está tratando”. E a pessoa que deu essa ideia ficou muito insatisfeita. Teve um menino que ele era monitor, no final da reunião ele falou assim: “Achei que essas ideias que tiveram, para mim não teve nenhuma novidade, não tem nada de novo, acho que está muito simples, achei que ia ter coisas mais importantes”. E que é um ponto fundamental que a gente teve nesse Projeto Piloto que foi contar com uma coordenadora pedagógica que era campeã, era muito a cima da média, era alguém que estudou também, além de tudo, e que tem muita sensibilidade para esses aspectos educacionais, ela falou: “Não. Nós estamos precisando fazer o simples mesmo, pode ser simples, pode ser, aparecer, a princípio que é algo já que todo mundo acha que está claro mas a gente não está fazendo, então, nós precisamos fazer”. E foi colocado em prática essas ações durante o intervalo entre nosso primeiro encontro e o segundo encontro com eles que foi em novembro. Além disso, nós combinamos com eles que iríamos

filmar algumas aulas deles para levar nesse segundo encontro e essas aulas que a gente ia filmar serviriam de pano de fundo para a gente discutir como que eles estavam lidando com aqueles dilemas, dilema da indisciplina que eles resolveram enfrentar e identificar como eles dão aula, se ver dando aula e tudo mais.

H.R. – A ideia era de que esses vídeos pudessem servir de orientação para pensar os próximos dilemas, e acho que talvez seria a nossa grande surpresa porque a gente foi com uma grande expectativa para a segunda reunião para ver: “Será que deu certo? Não deu certo? Será que eles assumiram aquele trabalho, aquelas estratégias, enquanto deles, colocaram em prática de fato, ou será que eles ainda acharam que era a gente mandando mais trabalho para eles?” E nesse primeiro período, da manhã, nesse segundo encontro que a gente teve a oportunidade de avaliar, que ao final desse contínuo que estou dizendo de identificar dilema, estratégia, experimentar e avaliar, a gente avaliou a intervenção que foi planejada no primeiro encontro, e a gente ficou muito surpreso, porque eles, a grande maioria estava surpresa também com o resultado....

O.M. – E eufóricos [riso]...

H.R.– É. Acharam que deu muito certo, a gente melhorou muito. E é emblemática a fala de uma das professoras, que ela diz: “Eu estou conseguindo dar aula, eu estava querendo que meus alunos fossem embora e agora eu já estou conseguindo lidar um pouco melhor com eles”.

O.M. – Inclusive você tem uma impressão, uma visão melhor, especificamente dessa coordenadora, porque você visitou o núcleo dela antes da gente fazer o Projeto Piloto, e você relatou o quanto que ela sofria para dar aula.

H.R.– Ela tinha muitos problemas de indisciplina, ela tinha tanto problema de indisciplina que quando eu cheguei para fazer a avaliação dela uma menininha veio conversar comigo, uma aluna, e ela falou assim: “Você que é o responsável que veio tirar os meninos do núcleo?” No sentido assim: “Você que veio aqui resolver o problema da indisciplina que inclusive eu que sou aluna não estou aguentando mais?” E eu conversei muito isso com essa professora e você percebia na fala dela

que ela estava incomodada com aquilo, que estava buscando uma forma de solucionar, mas estava enfrentando dificuldades, na profissão. Era recém formada, acabou sendo colocada num núcleo com uma características de crianças um pouco, não sei como dizer, mas assim, crianças que não estavam acostumadas com o Projeto Segundo Tempo, que estavam começando a trabalhar com aquele Projeto.

O.M. – Com regras, falaram que é um bairro problemático na cidade, e tudo mais.

H.R. – Isso. E ela estava enfrentando muitas dificuldades para lidar com isso, e sozinha sem interlocutor ela não estava conseguindo encontrar as alternativas, então, essas ideias simples de definir as regras, de ter um livro, ajudou ela começar a conseguir dar aula. E a fala dela, as falas são muito emblemáticas, a partir disso a gente pensou: “Olha, é interessante, tivemos essas resultados e agora para frente o que a gente vai pensar? Vamos pensar, vamos observar as aulas de vocês agora, a gente apresentou eles dando aula, e a gente gostaria que vocês avaliassem a própria aula de vocês, falam um pouquinho das aulas de vocês, o que vocês acham das aulas? Vocês gostaram? Vocês fariam diferente? Não fariam diferente? Acham que podem melhorar? Acham que está muito bom?” E eles passaram a refletir sobre aquelas aulas e a gente começou a ter uma oportunidade inicial de começar discutir entre eles as próprias aulas, e a partir disso nós tivemos a oportunidade de elencar outros dilemas, além da indisciplina, e surgiram três dilemas que a gente conseguiu agrupar em três categorias: a primeira delas que seria a alta competitividade entre os alunos. Eles diziam: “A gente tem muita dificuldade de lidar com isso, eles não conseguem lidar com a derrota, e a gente tá com muita dificuldade”. Um outro grupo de problemas, que era a ideia de trabalhar com turmas mistas: meninos e meninas na mesma turma e a dificuldades de se trabalhar com diferentes faixas etárias na mesma turma. Então, às vezes, o aluno muito novo com o aluno um pouco mais velho. Por último eles relatavam também dificuldade de lidar com ensino dos aspectos específicos do esporte. E a gente fez a mesma dinâmica da primeira reunião, formou grupos de trabalho e cada um desses grupos deveria pensar estratégias para intervir sobre esses problemas.

O.M. – As estratégias, no caso nós estávamos em três: eu, o Heitor e tem um outro membro da Equipe que foi o Jefferson da Silva Xavier, o Joab, que fez as filmagens,

que também estava junto, cada um de nós ficou nesses grupos de trabalho. Então eu fiquei com o grupo que ia discutir turmas heterogêneas, e a discussão avançou, retrocedeu, algumas estratégias nós descartamos e ao final da discussão eles chegaram a um encaminhamento de que as turmas não deveriam ser pensadas, ou divididas em função só da idade, e mesmo levando em consideração a divisão de gênero, ou juntar ou separar. No caso, o critério de divisão das turmas seria o nível de entendimento de jogo dos alunos e, isso foi muito fruto de um dos núcleos que falou: “Eu tenho crianças de sete e de quinze anos na mesma turma, e não dá para separar porque é o horário que eles podem ir, nessa turma tem três ou quatro meninas só e um monte de meninos, então eu não sei como eu faço”. A gente conversando chegou à conclusão de que o nível de jogo, não é nem de habilidade motora, fase motora, nada disso, pensar que essa turma já entende o basquete, tem aluno de sete, de oito, de nove, de dez, nessa turma que já entende o basquete, alguns meninos, algumas meninas, e tem condições, então, de compor um grupo para fazer aula, enquanto essa outra parte da turma é muito iniciante, não entende ainda o que é a relação de ataque e defesa no basquete, para que lado ele ataca, para que lado ele defende, então, eles vão ter atividades de forma, como um grupo separado durante essas aulas. Essa foi uma das alternativas que eles propuseram para enfrentar esse dilema. O da competitividade.

H.R. – Isso. Eles tiveram em relação à alta competitividade, eles começaram a falar: “A gente poderia trabalhar com exemplo durante as aulas, de pessoas conhecidas da comunidade, ou na sociedade em geral, que foram pessoas que já tiveram derrotas durante a vida, mas conseguiram ter sucesso, trazer esses exemplos para dentro do núcleo, ter oportunidade de poder filmar os alunos tendo aula e mostrar para os alunos como eles se comportam durante as aulas, em relação a competitividade, entre outros detalhes”. E o terceiro grupo que trabalhou com os aspectos específicos do esporte, discutiu muito a questão dos recursos metodológicos, dos recursos pedagógicos utilizados para ensinar o esporte, na ideia de quais seriam os facilitadores, quais seriam as ferramentas para ensinar o esporte? A gente percebeu que eles estavam muito focados só na ideia de usar os exercícios analíticos e começamos a discutir isso no grupo: “Existem outras possibilidades, existem outros recursos pedagógicos para ensinar o esporte”. E a gente construiu algumas categorias, por exemplo, o jogo, a brincadeira, as situações

de jogo, o jogo propriamente dito, o exercício analítico, e a gente descreveu o que era cada uma dessas categorias para que eles pudessem no momento do planejamento usar essas categorias para organizar as aulas. E a gente tirou esse documento no final da reunião e combinou com eles que nós teríamos mais um mês para poder colocar isso em prática e voltar a fazer a avaliação no terceiro encontro. E nesse terceiro encontro, no período da manhã, a gente teve a oportunidade de fazer a avaliação. A gente percebeu, já nesse terceiro encontro, algumas dificuldades de implementação daquela proposta. A gente então foi questionar eles: “O que aconteceu que vocês não conseguiram colocar todas aquelas estratégias em prática?” Que a nossa grande preocupação era a seguinte: “Nós provavelmente, definimos problemas aqui que eles não atribuíram sentido, se eles não colocaram em prática é porque eles não acreditavam”. A ideia do projeto é que eles possam se apropriar do modelo de reflexão sobre a ação, como algo que eles possam conseguir fazer sozinhos. Eles começaram a explicar para a gente que, na verdade, eles tiveram vários feriados, as aulas foram interrompidas mais cedo, que aquilo justificava a dificuldade de ter colocado em prática, mas que eles gostariam de se propor a colocar em prática isso na continuidade do convênio.

O.M. – Depois eles argumentaram também que era pouco tempo entre um encontro que nós fizemos com eles e outro; eles sugeriram que pudessem espaçar um pouco mais, dois meses entre cada encontro para dar tempo deles implementarem todas essas estratégias. Então, acho que foi uma justificativa que eles fizeram para não ter conseguido cumprir com esse compromisso.

H.R. – E no período da tarde, no período final, a gente optou em fazer uma avaliação de todo o processo, de todo o processo de implementação do Piloto, toda a ideia. Então a gente gostaria de saber qual a percepção dos coordenadores, dos monitores do projeto pedagógico sobre o Piloto, será que eles acharam que ajudou? Não ajudou? Como é que a gente avançou? Não avançou? E para isso a gente optou pela metodologia do grupo focal. A gente fez três grupos focais, um grupo focal com os coordenadores, um com os monitores e um só com o coordenador pedagógico e coordenador geral. E a gente fez um roteiro para usar durante o grupo focal, com questões do tipo: “Qual era a opinião deles em relação ao Piloto? Se eles fossem fazer o Piloto de novo, o que eles fariam diferente? Quais seriam as sugestões deles

em relação ao Piloto?” E eu acho que é a parte que a gente saiu mais satisfeito, porque nessa oportunidade do grupo focal eles apresentaram um pouco como era a visão deles em relação a gente na capacitação inicial e como é que essa visão foi se modificando ao longo do processo, eles deixam isso muito claro: “Quando vocês vieram aqui para a capacitação, assustaram a gente, eu por exemplo, pensei em sair do projeto, não sabia se ia dar conta, é muita informação, muito tempo reduzido, a gente estava em um dia que estava muito quente.”

O.M. – Uma palavra chave que apareceu, eles comentando sobre essa transição da capacitação inicial para o Piloto foi a confiança. Que eles falavam que hoje eles confiavam na gente, eles sabiam que a gente estava indo lá para ajudá-los, até essa mesma menina que fez o relato que ela queria os alunos antes longe dela e depois perto, ela falou assim: “Hoje eu sei que vai ter a reunião do Piloto, que são oito horas no dia, é pesado, mas eu fico ansiosa, porque eu quero contar para vocês o que eu consegui avançar no núcleo, então hoje eu venho para a reunião feliz, diferente de antes”. Foram feitos esses três grupos focais, acho que o grupo focal com os coordenadores de núcleo foi muito produtivo, apareceu muita coisa interessante das impressões deles, inclusive das limitações. Nós filmamos, gravamos também em áudio os grupos focais, eu acho que são materiais importantes para nossa memória também, para poder utilizar em outros pilotos, que nós vamos fazer, e ao final do dia nós tivemos um apanhado geral de todo o processo, que foi só três meses, foi muito curto, mas a gente saiu de lá sentindo que aquele grupo saiu confiante que poderia caminhar com as próprias pernas, a partir dali, de forma autônoma.

H.R. – Eu acho que o que fica para a gente de importante, é que essas reuniões que a gente está fazendo aqui em Brasília estão sendo bem importantes para pensar isso e para a gente isso fica muito claro que é a importância da gente diferenciar um pouco a capacitação, a capacitação pedagógica de coordenadores. No atual modelo de capacitação e as possibilidades da gente pensar no acompanhamento pedagógico a partir de outras concepções de formação, que não estejam vinculados a ideia que nós somos da universidade e temos um corpo de conhecimento, que os professores precisam se apropriar, porque se eles não se apropriarem não conseguem resolver os problemas deles. Na verdade a gente queria se afastar da

ideia, no sentido de emponderar os professores: “Vocês sabem muito sobre a prática de vocês, agora o que vocês precisam? Vocês precisam ter momentos propícios para poder pensar sobre ela e construir estratégias para intervir sobre elas, e eu acho que a gente conseguiu avançar muito em relação a isso”. Evidentemente que a gente encontra diversos limites, Osmar apontou muito bem isso, a gente ficou na dependência de ter um bom coordenador pedagógico, porque depois que a gente ia embora das reuniões a coordenadora pedagógica ela fazia um passo a passo para ajudar os coordenadores de núcleo a implementar aquelas estratégias, e tudo isso ajudava, então, além disso a gente entende que esse é um processo que tem que ser feito em longo prazo, no sentido de se apropriar dessa prática de refletir sobre a apropriação. Ela leva algum tempo, agora a gente acredita muito nisso e a gente ficou muito satisfeito com o que aconteceu em Sertãozinho, daí nosso empenho aqui para tentar compartilhar isso com os colegas, e buscar formas de fazer isso de replicar isso em nível nacional. Uma vez que isso ajudou tanto os nossos coordenadores lá a gente acredita que poderia também ajudar coordenador de outros convênios.

C.M. – Mais alguma coisa que vocês querem registrar, pra além, mesmo para além do Projeto Piloto, de outras experiências que vocês estão tendo na Equipe? E também o que o Projeto Segundo Tempo tem colaborado para vocês, enquanto professores, enquanto pessoas também, o que o projeto tem influenciado?

H.R.– Eu particularmente tenho usado muito do Segundo Tempo como substrato para as minhas aulas na universidade. E dei aula em escola até 2008, entrei para a universidade federal, não estou na escola hoje e a minha visão de chão de quadra é a partir do Segundo Tempo, é a partir das visitas, então, me ajuda a exemplificar com os alunos as dificuldades, as mazelas que a gente encontra na prática pedagógica. Embora a gente esteja falando do programa de esporte educacional, não estamos falando de esporte escolar, não estamos falando de Educação Física escolar, mas eu acho que tem muitas aproximações. A gente identifica as fragilidades e identifica também as potencialidades, você identifica ali: “Puxa vida, dá para fazer muita coisa”. Porque a gente visita o núcleo e dá para visualizar nas crianças que estão participando do Programa o potencial que tem ali, por isso que a gente acredita nesse modelo de formação. Por exemplo, não é simplesmente para

gente se sentir satisfeito de cumprir o papel enquanto Equipe Colaboradora que foi lá e falou: “A gente trabalhou”. Não é só isso, é porque a gente acredita que dê para mudar, que dê para mudar a prática pedagógica, que dê para avançar para além do que a gente tem visto muitas vezes que não muda muito em relação à Educação Física escolar, que são os alunos jogando bola sem intervenção do professor, quando não aulas mais no modelo tecnicista, então, são outras formas de ensino que eu acho que o Programa me ajuda a levar isso para sala de aula, para discutir com os meus alunos, enquanto pessoa também eu acho que me sensibiliza muito.

O.M. – No meu caso, a avaliação que eu faço mais recente está até muito relacionada ao Piloto mesmo que, na verdade, acho que a ideia de poder ter construído esse modelo de formação, e que a gente construiu isso de forma coletiva permitiu perceber isso. Para mim é muito importante, de que existem outras formas de pensar a formação de professores, vem me incomodando muito, porque eu acho que o que a gente faz hoje no Segundo Tempo, na capacitação, reproduz o modelo universitário de formação, que é um modelo que a gente precisava repensar um pouco, então, tudo isso que a gente acabou fazendo no Piloto permitiu perceber que é possível fazer isso. A gente fez todo um passo a passo, e isso para a gente, eu poderia pensar como é que eu posso replicar isso em outros espaços de formação, então acho que, a principio para mim é isso assim. Acho que tem outra ação, você perguntou de outras ações? Amanhã nós vamos apresentar, inclusive, que eu e o Heitor fomos convidados a escrever mais um capítulo do novo livro do Programa Segundo Tempo, e o Heitor no doutorado dele está trabalhando mais diretamente com a Pedagogia do Esporte. Essa não é a temática do meu doutorado, mas é uma temática também que muito me facina e essas são as disciplinas que eu leciono na universidade, esporte escolar... E nós estamos escrevendo o tema, escrevemos uma primeira versão de um capítulo para o livro que vai tratar da Pedagogia do Esporte, então, eu acho que também é um momento importante, um momento da gente participar mais diretamente da política pública, até produzindo esse conhecimento, que a ideia é que ele oriente a prática pedagógica nos núcleos. E a gente cria uma expectativa muito grande também com esse material que amanhã deve ser discutido.

C.M. – Então professores, em nome do Centro de Memória do Esporte eu agradeço

pela entrevista. Muito obrigada!

RUTH EUGÊNIA CIDADE

Ruth é professora do curso de Educação Física da Universidade Federal do Paraná, onde atua principalmente com os temas: Educação Física, deficiência, esporte educacional, educação paralímpica e Educação Física adaptada.

Iniciou sua atuação no PST em 2007, quando escreveu um capítulo de numa publicação do Programa sobre a temática da deficiência e das relações de gênero. Em 2008, passou a integrar a Equipe Colaboradora 17 e, hoje, atua na Equipe Colaboradora 15.

Data da entrevista: 20/04/2012

Local da entrevista: São Paulo (SP)

Entrevistadora: Luciane Silveira Soares

Transcrição: Diego Simon Prates

Copidesque: Silvana Vilodre Goellner

Revisão Final: Silvana Vilodre Goellner

Sumário

Envolvimento com o Programa Segundo Tempo; Temática de deficiência e gênero; Atuação como capacitadora; Coordenação de Equipe Colaboradora; Proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo; Questões administrativas; Funcionamento das Equipes Colaboradoras; Desafios e limites do Programa Segundo Tempo; Política pública e inclusão social; Preservação da memória do Programa Segundo Tempo.

Entrevista

L.S. - Então, Ruth, como tu conhecestes o Programa Segundo Tempo?

R.C. - Eu conheci o Programa Segundo Tempo em 2007 quando fui convidada para escrever o texto sobre deficiência e gênero⁸³. Na época os dois temas estavam juntos, eram tratados no mesmo lugar, no mesmo texto. Naquele momento, a questão de gênero estava muito mais afeita à participação de meninas, então, como o Programa Segundo Tempo tem uma pequena participação de meninas em relação

⁸³ Referência ao texto “Inclusão, gênero e deficiência” escrito em coautoria com Rosângela Marques Busto. Publicado no livro “Fundamentos Pedagógicos para o Programa Segundo Tempo – 1º Ciclo Nacional de Capacitação Pra os Coordenadores de Núcleo”, em 2008.

aos meninos, havia essa preocupação. Era o que eu vinha fazendo, era uma parte do meu doutorado que eu fiz com mulheres com mulheres com deficiência e, por isso, estudei sobre participação de meninas e mulheres no esporte. Por isso que eu escrevi esse primeiro texto do caderno lá em 2007, que a preocupação era muito mais em relação às questões da participação de meninas e a baixa participação de meninas no Programa: 30% que ainda é.

Então, aproveitando que eu tinha e tenho essas duas formações, escrevi naquele momento, o texto junto com a outra professora. Então conheci assim: primeiro escrevendo o texto e, depois, nós tivemos mais umas reuniões sobre a capacitação e também comecei a trabalhar na capacitação em 2008... Fizemos a capacitação e, naquele momento, eram grupos que se deslocavam e nós fazíamos a capacitação no Brasil inteiro e eu tratava sempre dos dois temas. Depois de 2008 teve a formação em agosto das Equipes Colaboradoras e eu fui convidada para coordenar a Equipe Colaboradora 17 que cuida de Santa Catarina e parte do Paraná, aquilo que está próximo de Curitiba. Então essa é a minha competência ali, a nossa obrigação, digamos a nossa responsabilidade de cuidar dessas áreas.

E depois disso, houve uma solicitação de que houvesse um desmembramento para a gente avançar nos temas, então, os temas se separaram. Hoje os temas são tratados separados, questões de gêneros tratados em separados das questões da deficiência, porque nós tivemos que aprofundar, tivemos que avançar, aí nesse momento foi chamada a professora Silvana Vilodre Goellner, por causa dos estudos dela serem nesta área e eu fiquei tratando, junto com outros professores, da questão de deficiência. Foi assim, mais ou menos, o meu percurso.

L.S. - E qual tua função hoje, dentro do Programa?

R.C. - Hoje eu coordeno a Equipe Colaboradora 17, ainda coordeno o [palavra inaudível] e sou consultora para questões de deficiência. Tive participação também no Recreio nas Férias, que em três edições, foi trabalhado texto como um alerta de como deveriam ser trabalhadas as questões de deficiência dentro desse projeto, o Recreio. Então hoje eu faço a parte de... Sou consultora, onde a gente tem que escrever os textos, consultadas sobre algumas situações em relação ao tema e coordeno a Equipe Colaboradora 17.

L.S. - E tu tens o conhecimento de como começou o Programa Segundo Tempo? Esse dado histórico e como ele foi se desdobrando até aqui? Teve acesso a esse histórico do Programa desde o início, a forma como ele está estruturado hoje, que é um pouco diferente de quando tu iniciaste. O que tu tens a falar sobre essa estruturação atual, em comparação àquela anterior?

R.C. - Quando eu fui convidada justamente havia uma preocupação de qualificar o Programa, tratar o Programa de uma outra forma, que estava muito solto. Ele tem uma história que começou em 2003, teve vários nomes, então, em 2007, com a entrada de algumas pessoas convidadas, como o caso do professor Amauri⁸⁴, então, começou outra estrutura do Programa onde há duas frentes de trabalhos, vamos dizer assim, a pedagógica e a administrativa. Na questão pedagógica houve a preocupação de qualificar, de escrever os textos, de fazer a capacitação das pessoas, de garantir que os participantes, coordenadores de núcleos fossem formados em Educação Física, que os monitores fossem da Educação Física, que isso seja predominante dentro do Programa. Houve uma preocupação e há uma preocupação com os textos, as formas de os aplicar, há uma vigilância, uma preocupação de que isso seja garantido, que isso aconteça no Programa.

A questão administrativa, creio que foi a que mais avançou, em termos da criação do sistema de gerenciamento, de acompanhamento e a criação das Equipes Colaboradoras para acompanhar os coordenadores, acompanhar os convênios, acompanhar os coordenadores, dar suporte, então, é o avanço maior, na minha opinião. Hoje, digamos, aquilo que está mais estruturado seria a parte administrativa, ela está realmente mais estruturada. A questão pedagógica depende muito mais das pessoas, das mudanças de mentalidade, de uma mudança de atitude, das pessoas... Depende dos coordenadores de núcleo se apropriarem da metodologia e aplicarem. Então, isso ainda a gente não consegue ver com um todo. A gente vê, em algumas situações, que melhorou muito; a gente vê que os coordenadores estão aplicando a metodologia, mas ainda não é um todo, não são todos que fazem.

Já a questão administrativa ela tem os encaminhamentos e os procedimentos foram apurados, a questão da apresentação dos relatórios, o

⁸⁴ Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira, Coordenador Pedagógico do Programa Segundo Tempo.

próprio acompanhamento desses relatórios, o levantamento de dados, o tratamento dos dados, tudo isso melhorou muito, realmente foi um grande avanço. É bem diferente de quando a gente começou e tudo isso foi construído no percurso, está sendo construindo ainda. À medida que a gente vai vivenciando, a gente vai experimentando as situações, vai dando retorno, vai discutindo, conversando e isso vai se alterando para melhorar o Programa.

L.S. - E tu fizeste alguma capacitação, tu fizeste a formação? Tu participaste de alguma capacitação?

R.C. - Para eu participar, não, porque...

L.S. - Como formação, tua formação. Tu chegaste a participar de algumas das capacitações ou não? Tu chegaste como capacitadora?

R.C. - Não, já cheguei como capacitadora, mas uma capacitação, uma formação que eu fiz foi uma experiência de visita e de acompanhamento para eu aprender como fazer a visita, para entender como que era. Eu fui convidada para fazer uma visita que, na verdade, naquele momento, era uma vistoria. Havia uma outra situação, não é uma visita pedagógica, era uma visita mesmo para saber se naquele lugar o convênio estava ou não funcionando e eu fui convidada para acompanhar, então, foi ali que eu aprendi como é que se fazia a visita, o que era um núcleo, como é que era a questão do lanche das crianças, da metodologia, se havia ou se não havia, as pessoas estavam se organizando dentro do convênio, então eu fiz isso. Eu participei de muitas capacitações, assistia todas elas do começo ao fim porque, no início, nós tínhamos que acompanhar e ficar em todas as capacitações, em todas as aulas, para podemos auxiliar, interferir. Nós dávamos muitas orientações, tínhamos que estar todos juntos.

As Equipes de capacitação funcionavam com sete, oito professores que viajavam juntos, faziam a capacitação juntos e a gente ficava junto o tempo todo, isso foi em 2008. Então era completamente diferente, porque hoje a gente faz através de video aula, então vai um professor ou dois e a gente apresenta o vídeo e depois discute. Hoje é completamente diferente, é mais econômico: a capacitação era em quatro dias, hoje a gente faz em dois dias e é mais viável dessa forma... Mas

naquele momento a gente tinha que assistir, então, eu posso dizer que eu fiz a capacitação muitas vezes, porque a gente tinha que assistir todas as aulas de todos os professores porque tinha que estar inteirado de todos os temas, porque também nós viajavamos bastante... Naquele momento era feita dessa forma.

L.S. - E o que tu destacarias como pontos positivos do Programa? Já que tu acompanhaste uma boa parte dessa estruturação do Programa, o que tu destacarias como positivo?

R.C. - A qualificação do Programa, é positivo. A criação das diretrizes de uma única forma de fazer, que, claro, depois as pessoas adaptam conforme as situações; mas a diretriz é única, isso que é o positivo. Quer dizer, se você vai em um núcleo hoje, no interior do Rio Grande do Sul e vai em um núcleo no interior do Ceará, você vai encontrar uma mesma diretriz. Há modalidades diferentes, há maneiras de trabalhar diferentes, mas é uma única diretriz, eu penso que esse é o grande avanço, a grande contribuição, é o positivo a qualificar o Programa. O acompanhamento pedagógico, os professores das universidades estarem próximos à regionalização... a Equipe Colaboradora trouxe isso: o acompanhamento pedagógico, a qualificação dos profissionais através das capacitações pois os profissionais têm oportunidade de se atualizar, de encontrarem outras possibilidades, porque nós temos diferentes formações dentro da Educação Física. Então também essa possibilidade de atualização de conhecimento, eu vejo tudo que está acontecendo como positivo. O acompanhamento pedagógico, o desenvolvimento do sistema que é muito interessante. Hoje quando a pessoa entra para a Equipe de Avaliação, para a Equipe Colaboradora, ela já encontra um sistema, um procedimento, um trâmite que para a gente que começou viu tudo isso sendo construído... E algumas situações que a gente discutia muito, problemas que são resolvidos, os coordenadores de núcleo se sentem... Os coordenadores de núcleo relatam que eles se sentem amparados, eles sentem que há direção, que há seriedade, que há qualificação. As crianças também tendem a ser bem atendidas, a gente luta para isso: que elas sejam bem atendidas nas suas dificuldades, nas suas possibilidades, nas suas situações que são muito diferentes, então, há muitos pontos positivos e eu destacaria a qualificação.

L.S. - E o que tu ainda vês como limites do Programa?

R.C. - Limitações?

L.S. - É, o que ele ainda está limitado?

R.C. - Penso que ele ainda está limitado no número de atendimento. A gente atende uma parcela muito pequena, então, nós precisamos crescer, precisamos atender mais crianças, e para isso a gente precisa de mais gente envolvida; precisamos de uma rede maior, então essa é a limitação, a limitação ainda está no investimento para que mais pessoas sejam qualificadas, mais profissionais sejam qualificados e se abra mais projetos, mais programas, mais convênios, mais crianças sejam atendidas.

L.S. - E qual é o papel do Programa Segundo Tempo na questão da inclusão social, tu achas que o Programa está realmente contemplando a inclusão, que é a proposta... Que ele está efetivamente incluindo?

R.C. - A inclusão a gente entende para todos, se a gente for pensar assim, não está contemplando, porque não há... E isso também sempre vai ser mais difícil, você não tem sempre 100% do atendimento. Mas naquilo que o Programa se propõe, com as pessoas que se propõem, naquilo que elas participam sim, ele é inclusivo. Ele é 100% inclusivo porque ele não restringe, não deve restringir. Quando a gente encontra uma restrição, a gente deve realmente orientar as pessoas, então ele é 100%, todas as crianças e adolescentes que quiserem participar, elas podem participar. Quando a gente fala de inclusão, não estamos só falando de pessoas com deficiência; nós estamos falando de pessoas que tem menos habilidades, de crianças que são obesas, de que crianças que estejam [palavra inaudível], de meninas que nós temos só 30% de meninas participando... Onde é que elas estão? Por que elas não vem? Há muitas coisas que nós precisamos pesquisar, há muito que a gente precisa convidar, nós precisamos entender porque elas não estão... Sempre a resposta mais comum é: "Ah, elas estão em casa cozinhando". Nem sempre elas estão em casa, muitas vezes elas estão fora de casa em situação de risco: na prostituição, no trabalho infantil e há outras situações que não as de

dentro de casa. Esse é um desafio, trazer as meninas para o Programa é um desafio, ter mais meninas participando pois elas têm o direito. Então elas não estão porque não querem ou porque são impedidas de alguma forma. O Programa é inclusivo, ele tem esse objetivo, ele tem os seus princípios inclusivos e alcança aqueles que estão participando, sim. Entendo que sim, mas ainda há muito que fazer para a gente poder ter todas essas situações, essas pessoas, essas crianças e adolescentes participando.

L.S. - E de um modo geral tu achas que o Programa Segundo Tempo atende aos objetivos que ele se propõe? De um modo geral, uma avaliação global.

R.C. - Sim, ele atinge os objetivos, sim. De uma forma geral, sim. Agora quando você pensa que tem mais de quarenta milhões de crianças e que só se atende um milhão e meio de crianças, vamos dizer que sejam esses os números, há muito que fazer. Ou seja, se faz quase nada em termos da grandiosidade, mas também ele teve um crescimento fantástico para esse tempo de existência, desde que ele foi sistematizado, qualificado, tudo mais. Se houver investimento, a gente pode... Tem que ter uma base também para crescer, o sistema tem que comportar, nós temos que ter mais profissionais qualificados, nós temos que ter mais gente nas Equipes, se a gente aumentar o número de convênios. O número de convênios, acredito eu, está limitado à verba, ao investimento, se não tem mais dinheiro, não pode ter mais convênios, então, teria que fazer isso. Eu vejo que há possibilidade de crescimento, sim.

L.S. - E agora para finalizar, eu queria que tu falasses um pouco da preservação da memória do Programa Segundo Tempo que, enfim, é o projeto que a gente se propõe a fazer. Que importância que tu dá a isso ou não.

R.C. - É importante, eu acho a iniciativa fantástica, muito importante, porque a gente precisa realmente preservar, contar essa história para as pessoas que venham depois entendam como é que tudo isso foi construído, como é que isso tudo tem sido tratado, trabalhado, sobre as pessoas que começaram que hoje não estão mais e aquelas que continuam, porque que continuam, enfim, é a história e a memória que tem que ser colhida, olhada, preservada, principalmente divulgada,

para que as pessoas conheçam. Muitas vezes a pessoa entra agora ou olha e acha que é tudo assim fácil, o sistema já nasceu assim, a Equipe Colaboradora já estava lá, as pessoas não tem ideia muitas vezes de tudo ou de tantas lutas ou tantas conversas ou tantas reuniões, tantos escritos, para poder chegar nesse formato que ainda está em construção, ainda está sendo realizado.

L.S. - Então Ruth eu te agradeço, se tu quiseres falar mais alguma coisa sobre a tua Equipe, fica à vontade.

R.C. - Não, acho que eu não vou falar sobre a Equipe mas sobre o Programa. A história é dinâmica mesmo e realmente precisa desse cuidado, desse tratamento. Há fotos, há falas, há situações que precisam ficar cristalizadas, vamos dizer assim, preservadas, para que as pessoas entendam sobre como é que tudo isso vem acontecendo. A única coisa que eu posso finalizar é dizendo parabéns pela iniciativa, entendeu, bom trabalho, e que a gente continue assim, cuidando da memória, que isso é uma atitude não comum e que deveria ser.

L.S. - Obrigada.

R.C. - Eu que agradeço.

ALEXANDRE CARRICONDE MARQUES

Alexandre é professor do curso de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), onde principalmente cos seguintes temas: atividade física, síndrome de down, natação, atividades de aventura e outras deficiências.

Iniciou sua atuação no PST em 2007, quando fez parte da Equipe de formadores do Programa. Em 2009, passou a integrar a Equipe Colaboradora 18.

Data da entrevista: 03/11/2010
Local da entrevista: São Paulo (SP)
Entrevistadora: Luciane Silveira Soares
Transcrição: Grasiela Alves de Castro
Copidesque: Luciane Silveira Soares
Revisão Final: Silvana Vilodre Goellner

Sumário

Envolvimento com o Programa Segundo Tempo; Envolvimento com projetos especiais; Coordenação de Equipe Colaboradora; Capacitação; Estruturação do PST; Pontos positivos e limites do Programa: Oportunidades, distribuição do reforço alimentar; Contribuição do PST para inclusão social; Importância na preservação da memória do Programa.

Entrevista

L.S – Alexandre, como tu conheceste o Programa Segundo Tempo?

A.M. – Bom, o Programa Segundo Tempo eu já tinha ouvido falar, em relação ao Ministério do Esporte, mas efetivamente para trabalhar, auxiliar junto ao Programa Segundo Tempo foi no final de 2007. Fui convidado pelo professor Ricardo Petersen⁸⁵ para fazer parte da Equipe de formação de capacitadores. Então, a partir de lá, eu me engajei nessa Equipe de formação, e, de lá para cá, eu tenho trabalhado

⁸⁵ Ricardo Demétrio de Souza Petersen. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

como capacitador... E o ano passado, em 2009, quando foram criadas as Equipes Colaboradores... Eu coordeno a Equipe Colaboradora do Rio Grande do Sul, então, esse é o meu movimento inicial e, no decorrer desse tempo, eu fui convidado para discutir, desenvolver um projeto de ação, relacionado com os programas especiais, especificamente um projeto do núcleo especial, para crianças com deficiência. Esse núcleo visa um atendimento, dar oportunidades maiores para crianças e jovens com deficiência, tendo também no núcleo com crianças sem deficiência, para não ir de encontro ao próprio processo. Então, de lá para cá, nós desenvolvemos aqui em Pelotas⁸⁶ no início de 2009, esse núcleo aqui, que é um Núcleo Piloto Especial, que desenvolve atividades com crianças e jovens, com e sem deficiência.

L.S - Esse é o teu vínculo com o Programa Segundo Tempo, o projeto especial ao qual tu estás vinculado é esse?

A.M. - Eu lido com o Segundo Tempo, além de coordenar esse projeto, eu coordeno ainda a Equipe Colaboradora 18, que é a Equipe que faz a avaliação, o acompanhamento, dos convênios que estão situados no Rio Grande do Sul.

L.S - Assim o teu vínculo é estadual?

A.M. - O meu vínculo é estadual.

L.S - E tu conheces o Segundo Tempo desde o início, todos os desdobramentos, todo em nível nacional?

A.M. - Eu conheci efetivamente o Segundo Tempo a partir de 2007, quando o Segundo Tempo começou a se modificar, em relação ao seu início, uma preocupação maior com a avaliação pedagógica. Então, a partir de 2007 eu fui convidado... Que eu conheço um pouco melhor o Segundo Tempo, conheço alguma coisa do que foi desenvolvido antes, como era feito o Segundo Tempo, e não mudou muito. Na verdade, ele recebeu um grupo de profissionais, vamos dizer assim, ele se alinhou mais com as universidades, dentro dessa avaliação com o contexto pedagógico, a partir daí eu passei a ter um envolvimento maior com o Segundo Tempo.

⁸⁶ Cidade do Estado do Rio Grande do Sul.

L.C - E tu tiveste esse envolvimento por estar nessa época fazendo o doutorado⁸⁷?

A.M. - É muito facilitou porque eu já conhecia o Ricardo antes, mais não tinha um vínculo, então talvez, ele viu a minha forma de trabalhar, meu envolvimento, mesmo quando eu estava lá fazendo o doutorado, eu desenvolvi e ajudei em vários projetos, que não tinham a ver com o meu doutorado, mas sim com a UFRGS⁸⁸ em função de ter uma relação com o Ricardo, com o Adroaldo⁸⁹, de poder organizar dois congressos, três congressos, na verdade, durante esse período que eu estava lá, me engajei bastante nessa relação de doutorando, aluno da instituição, retribuindo para instituição, de certa forma, aquilo que a instituição me proporcionou.

L.C - E tu sempre tiveste relação com esse eixo especial?

A.M. - Desde que eu fui para lá, desde que entrei na minha universidade, eu entrei numa parte diferenciada: eu entrei num concurso para natação e esporte coletivo, que era onde eu trabalhava Então deficiente, para mim, era o que eu conhecia da rua. Logo em seguida, uns três meses, eu tive contato com as mães de uma escola para cegos, que não digo por acaso. Eu estava na sala do diretor, elas foram pedir um projeto para as crianças, eu não sei por que, eu não me lembro, eu estava ali... E, quem sabe, um projetinho de natação, e de lá para cá eu não me vejo mais sem trabalhar nessa área com pessoas com deficiência. Com meu mestrado, doutorado, grupo de estudo, com as disciplinas que eu desenvolvo aqui estão sempre voltadas para esse público, não só de deficientes, mas com crianças com necessidade especiais, então, a gente trabalha com crianças obesas, diabetes, cardiopatas, hipertensas, mas o meu vínculo com crianças que tenha algum tipo de deficiência é muito grande, o meu tema de doutorado, tema de mestrado, está todo ele relacionado nessa área de atuação.

L.C - E tu fizeste uma capacitação do Programa Segundo Tempo?

A.M. - Quando eu fui à primeira reunião, nós fomos capacitados, porque o Programa ele funciona da seguinte forma: eles programaram um rol de textos, de

⁸⁷ Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, na Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁸⁸ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁸⁹ Adroaldo Cezar Araújo Gaya. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

temas, são nove ou dez temas da primeira vez que foi, e nós fomos capacitados para o entendimento desses temas ai, e depois fomos convidados a capacitar os coordenadores de núcleos, cada um escolhendo um ou dois temas, basicamente eu estava trabalhando que na época era gênero e deficiência, era o nome do tema, era o título do tema. Depois, no segundo ano, a gente fez uma nova capacitação, desenvolvemos o texto, ai eu produzi um texto junto com a professora Ruth⁹⁰, e a professora do Amazonas, a Kátia⁹¹, mais relacionado com os deficientes, ai nos dividimos o tema, daí quando a Silvana⁹² foi convidada, a Silvana desenvolveu especificamente de gênero, daí a partir dali eu fui capacitado naquela primeira.

L.C - E a tua capacitação foi em Porto Alegre?

A.M. - Foi em Maringá⁹³, foi uma capacitação geral que convidaram todo mundo.

L.C - Que ano que foi?

A.M. - Isso foi início de 2008, então, dali nós passamos a capacitar todo o Brasil praticamente naquele ano, foram quinze ou dezesseis capacitações que eu participei, como a gente brinca do Oiapoque ao Chuí, eu fui a Fortaleza, fui a Teresina, fui ao Rio Grande do Norte, Belo Horizonte, Porto Alegre, depois no outro ano nós fizemos diferenciadas, ai foram criadas as Equipes Colaboradoras, em praticamente quase todos os estados, então nós ficamos responsáveis pela capacitação dos convênios do Rio Grande do Sul. Esporadicamente, às vezes, faltava alguém de um tema, a gente ia capacitar, ou a gente trazia alguém de um tema que a gente não tinha, então passou a funcionar; hoje continua sendo assim, mas participamos efetivamente das capacitações dos núcleos e convênios do nosso estado.

L.C - De que forma que se deu este processo de capacitação, que avaliação que tu fazes desta tua capacitação em relação o que é hoje?

A.M. - A eu acho que evoluiu muito, evolui bastante, o atendimento, essa preocupação com questão pedagógica, ela passou a ser muito importante, então, a

⁹⁰ Ruth Eugênia Cidade. Universidade Federal do Paraná.

⁹¹ Kátia Augusta Thomé Lopez. Universidade Federal do Amazonas.

⁹² Silvana Vilodre Goellner. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do projeto Memórias do Programa Segundo Tempo.

⁹³ Cidade do Estado do Paraná.

partir do momento em que nós professores das universidades, começamos a entrar nesse contexto mais pedagógico, acho que deu um plus a mais ao Programa Segundo Tempo, porque até então as avaliações, pelo que eu sei, elas eram muito técnicas na questão do convênio. Então o convênio é assim: a partir do momento que nós fomos capacitados e passamos a ser multiplicadores capacitando os outros, então são vários professores, hoje são mais de duzentas pessoas nessas Equipes de colaboradores, quase todos ligados a universidade, seja professor, ou aluno de pós-graduação, mestrado, ou doutorado. Então acho que essa questão pedagógica ela ajudou muito aos coordenadores de núcleo, e principalmente aos monitores, a planejarem e desenvolverem as atividades, na atuação com as crianças nos núcleos propriamente ditos. Acho que houve uma evolução muito grande, positiva, muito grande, porque a nossa área basicamente nós avaliamos é o pedagógico, mesmo que muita vezes a gente veja algumas coisas que são administrativas, isso a gente faz, mas o nosso foco é avaliar o processo pedagógico. É avaliar os planos de trabalho, é avaliar o conhecimento, é tentar discutir o conhecimento, verificar in loco como os núcleos estão acontecendo, se as crianças realmente estão aproveitando, se os professores estão dando continuidade àquilo que eles mesmos planejaram, e a gente avaliou, então acho que nesse sentido o Programa ele cresceu bastante.

L.S - E como tu vê essa estruturação do Programa Segundo Tempo? De ter os eixos temáticos, de terem os núcleos, os pólos, de uma forma geral essa estruturação que hoje tem o Segundo Tempo na tua visão.

A.M. - Eu acho que essa estrutura ela funciona, o nosso problema, não sei se é problema, o Brasil é muito grande, as diferenças culturais são muito grandes... No primeiro ano aqui, por exemplo, eu trabalhei com capacitações, eu dei capacitações no Piauí, no Ceará, e em Pernambuco tinha coisas que eu falava lá, que eu não podia falar aqui; não podia no sentido, assim, que as pessoas não iam nem saber o que era, e vice-versa, palavras, nomes, realidades culturais, mesmo trabalhando com situações de risco, muitas vezes lá, problemas maiores que aqui, e vice-versa, dependendo onde a gente está. Então, a diversidade cultural é muito grande, agora para nós... Quem soube aproveitar, foi um ganho pessoal e profissional - como a gente brinca que não tem preço! Acho que nesse sentido, tanto acho que nós contribuímos bastante, para essa estrutura de convênios e núcleos, para formação

dessas pessoas que estão trabalhando lá, como também a gente cresceu bastante em termos pessoais e profissionais tendo essa oportunidade aqui com o Ministério do Esporte, que o Programa Segundo Tempo também nos deu para que a gente pudesse conhecer essa diversidade cultural desse país tão grande.

L.S - E o que tu destacarias como pontos positivos do Programa Segundo Tempo?

A.M. – Olha, em primeiro lugar eu acho assim: é a oportunidade dessas crianças – vamos começar na base - a oportunidade dessas crianças terem uma condição da prática esportiva, e dessa prática esportiva educacional. E aí eu posso dar um exemplo dos nossos aqui, tu tiveste a oportunidade de ver, e tu viu, se eles não estão aqui, eles estão em casa, sem fazer nada, desvalorizados, porque a própria deficiência ela já é uma forma de preconceito. Durante muito tempo se olhou a deficiência pela deficiência, então, tu és deficiente tu não pode fazer, hoje não, a gente olha a criança, o jovem com a deficiência, em função do potencial que ele tem para desenvolver. Em cima disso que a gente está tentando trabalhar, então, esse foco que o Segundo Tempo tem... Essa oportunidade de dar para essas crianças, de facilitar, de favorecer no bom sentido, um ambiente para essa prática esportiva e educacional. No segundo ponto, acho também essa oportunidade de trabalho, é um número muito grande de profissionais da Educação Física. São mais de cinco mil professores de Educação Física hoje atuando no Programa Segundo Tempo, são mais de dez mil monitores, a grande maioria da área da Educação Física também, que estão tendo essa condição de trabalhar num ambiente concreto de ensino e aprendizagem, aquilo que eles vão enfrentar mais para adiante, que é a prática. Então acho que nesse contexto, assim, eu acho que é um dos pontos positivos, que é dar a oportunidade... Eu sempre brinco com os alunos, que para mim são duas palavras que são mágicas, que é oportunidade, e atitude. Se as pessoas tiverem a oportunidade, é uma forma delas poderem se desenvolver enquanto profissionais temos atitudes para fazer com que isso aconteça; nós estamos aqui num período de férias, podíamos estar todos em casa, mas estamos aqui muito felizes, porque estamos oportunizando para essas crianças, alguma coisa de diferente. Planejamos durante um mês uma semana diferenciada⁹⁴, com atividades multiculturais, atividades de esportes e de teatro, de Jazer, de jogos e de passeios, coisas que

⁹⁴ Referência à edição de julho de 2010 do Projeto Recreio nas Férias.

muitas delas não teriam condições financeiras nem de fazer, de ir ao Rio Grande que fica cinquenta quilômetros daqui visitar o Museu Oceanográfico⁹⁵. Acho que isso o Programa permite, isso o Programa nos facilita, o nosso trabalho, isso são pontos positivos, dar essa oportunidade, dar essa condição de desenvolvimento para essas crianças, e conseqüentemente, para esses profissionais que estão trabalhando com isso.

L.S - E tu que considerarias limites, que limitações que tu acha que o Programa ainda tem?

A.M. - Eu acho que o Programa ainda tem algumas limitações quando ele permite, isso na minha visão de coordenador, de colaborador, quando ele permite assim, núcleos, melhor dizendo convênios muito grandes, e principalmente, convênios que existem em vários estados... O mesmo convênio, convênios nacionais, precisam ter um foco um pouquinho mais direcionado porque, muita vezes, a gente acaba perdendo o controle dessa avaliação, principalmente na relação com o reforço alimentar, porque para o leite, por norma esse reforço só pode ser comprado uma vez num determinado lugar, e distribuído para todo país... Então, esse reforço às vezes ele não chega como reforço alimentar de qualidade, às vezes é uma bolacha, uma rapadura, é um suco que não vem... O que não conseguem fornecer, então, eu acho que para convênios muito grandes tem sido uma limitação bem grande para essa questão da distribuição do reforço alimentar.

L.S - E é tu que fazes o pedido, por exemplo?

A.M. - Não, cada convênio faz o seu pedido, nós vamos lá e verificamos se eles realmente estão entregando essa alimentação para as crianças, e muitas vezes, quando o convênio é muito grande, então, esse alimento tem que ser um alimento não perecível. Diferente do nosso, que somos só nós, que quem ganhou a distribuição foi o pessoal que trabalha aqui na universidade⁹⁶... O lanche é sempre um lanche fresco, feito no dia, com fruta, com sanduíche, com suco, com iogurte. Precisa ver alguma forma de tentar sanar isso, porque alguns convênios que a gente tem, grandes, que a gente avalia, a gente tem visto que tem sido um

⁹⁵ O Museu Oceanográfico Professor Eliézer de Carvalho Rios, vinculado a Universidade Federal de Rio Grande.

⁹⁶ Universidade Federal de Pelotas.

problema, porque o de resto é como a gente falou antes, o Brasil é muito grande, acredito que o Ministério, a Equipe Gestora, ela tem a dificuldade em função da grandiosidade hoje desse Programa, o quanto ele evoluiu, o quanto ele avançou, para administrar, mas assim um pouco do geral é um programa que vem dando certo.

L.S - E tu achas que ele atende aos requisitos da inclusão social, tu achas que ele realmente contribui para inclusão social?

A.M. - Eu acho que ele realmente contribui, talvez eu não poderia te dizer que ele retribui, que ele consegue trabalhar 100% nisso, mas acho que 100% não se consegue em quase nada. Para o que se propõe o Programa Segundo Tempo, ele atende realmente essa parcela. Agora vai diferenciar porque pessoas são pessoas, o projeto pode ser lindo e maravilhoso vai depender de quem vai atuar, quando são dois já há divergências, quando são cinco mil, seis mil...

L.S - Então de uma forma geral tu achas que o Programa Segundo Tempo atinge os objetivos que ele se propõe?

A.M. - Acho que sim, e eu te digo isso, porque eu fui a quinze ou dezesseis estados, vi vários núcleos, falei com centenas de pessoas, cada capacitação dessas, a gente capacitava cem, duzentas pessoas e eu acho que as pessoas acreditam nisso. Tem problemas? Claro que tem problemas, mas eu acho que os aspectos positivos, eles hoje são maiores se a gente for fazer uma avaliação melhor.

L.S - E tu tens condições de fazer, porque tu tens contatos com todos os núcleos.

A.M. - E eu sou muito positivo nesse sentido, eu acho que se o Programa tem algumas coisas que são negativas elas podem ser consertadas, arrumadas, modificadas, é do que se ele não tivesse. Eu acho que ele atinge mais positivamente um número muito grande de pessoas, tanto crianças, quanto monitores, quanto profissionais, quanto gestores, do que se eu for pensar de uma forma negativa... Não posso por um problema no dedo, eu arranco o braço inteiro, então eu vejo bem positivo.

L.S - E a tua Equipe aqui está composta por quantas pessoas?

A.M. - Bom aqui no núcleo nós somos: um professor coordenador geral, uma professora que é coordenadora do núcleo e oito alunos bolsistas, sendo que desses oito, um é de atividades complementares, três de pesquisas, e quatro que são das atividades esportivas. Mas como a gente tem visto, assim, que a gente precisa de mais gente; nós temos mais cinco monitores, alunos da faculdade, que são monitores voluntários, então, eles trabalham porque acharam que é importante, porque sentem que isso é importante na sua formação enquanto profissional e, obviamente, como pessoa.

L.S - E quantas crianças vêm sendo atendidas aqui?

A.M. - Cem crianças, o nosso núcleo é de cem crianças, nós temos cento e quatorze, cento e quinze crianças cadastradas, atendendo semanalmente em torno de oitenta, noventa, porque, às vezes, chove e faz frio, então, na média de atendimento é entre setenta e cinco, noventa.

L.S - E o limite seria quanto?

A.M. - Cem, nosso núcleo é previsto para cem crianças. Antes, até 2009, eram previstos núcleos de duzentas crianças, daí se viu que havia uma evasão, então hoje os núcleos novos, todos independentemente nesse núcleo piloto, como nos núcleos padrões, o núcleo padrão são de cem crianças cada núcleo, sendo que cada convênio pode ter mais de um núcleo, tem convênios que tem duzentos núcleos, com trezentos núcleos, tem convênios estaduais.

L.C - Bom o nosso projeto é de preservação sobre a memória do Segundo Tempo, então através desses depoimentos é uma forma de preservação da memória, porque daqui, por exemplo, dez, vinte anos, talvez estejam diferente as situações, tu achas importante isso, porque tu achas importante a preservação da memória do Programa Segundo Tempo?

A.M. - Eu acho muito importante, as coisas precisam ser registradas, as pessoas precisam ver daqui a quinze, vinte anos, que existiu um Programa como esse, ou que daqui a quinze, vinte, esse Programa que começou lá em 2003 ele ainda existe... E que tenha propiciado por maior número de crianças em torno de professores e de gestores, uma condição de desenvolver através do esporte, valores que sejam

levados para vida, de respeito de fraternidade, de companheirismo de amizade, seja lá o que a gente quiser trabalhar... Acho que a memória - a gente tem um núcleo de memória, não tão grande quanto o da UFRGS⁹⁷ - o professor Rigo⁹⁸, que desenvolve isso, eu acho muito importante isso, eu gosto muito, eu sou suspeito, eu gosto muito de história e a história tem uma relação muito grande com a memória. Eu acho bacana tu olhar a foto: "Poxa antes era assim..." Eu acho que isso fique registrado, essa tentativa, a gente está num processo de formação do atendimento da pessoa com a deficiência.

L.S - Sim, com o país inteiro.

A.M. - Então aqui para nós foi o primeiro núcleo do Segundo Tempo, relacionado com a criança com deficiência, que se preocupou um pouquinho mais, então, acho que essa memória, esse registro, para nós também vai ser interessante, para nossa universidade, para nossa Escola de Educação Física, para essas crianças que participaram para esses alunos, daqui a quinze, vinte anos, daqui um pouco estão passando pela UFRGS, olha aqui a gente lá, então eu acho muito interessante.

L.S - Teria algum material, por exemplo, que foi produzido nesse tempo que tu coordenas o projeto aqui que tu pudesse emprestar para o Centro de Memória, para que pudesse fazer parte desse registro, não precisa ser agora também, alguma coisa?

A.M. - A gente tem fotografias, vários materiais que foram feitos para monitoras de artes, o que mais a gente tem é registros fotográficos que a gente fez, e obviamente, a gente todo o planejamento, todas as aulas, tudo registrado. Se tu me disser qual foi a aula que vocês deram dia 20 de maio do ano passado, agora eu quero ver que aula vocês vão dar no dia 25 de agosto, a aula já está pronta porque a gente faz o planejamento sempre com dois meses de antecedência, obviamente num plano flexível para alguma mudança, mas a gente tem esse acompanhamento, eu acho que isso é também é interessante, eu acho que isso é um registro interessante, do que se fez e de como se fez.

L.S - Provavelmente vai servir a pesquisas futuras para outros núcleos que queiram

⁹⁷ Referindo-se ao Centro de Memória do Esporte, da Escola de Educação Física da UFRGS.

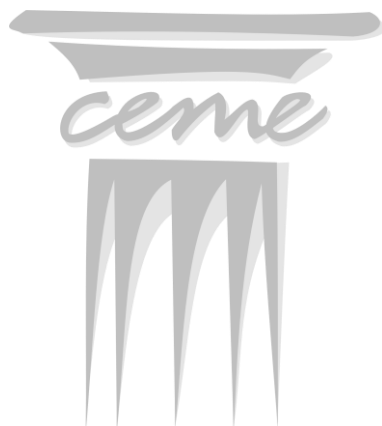
⁹⁸ Luiz Carlos Rigo. Universidade Federal de Pelotas.

trabalha a questão.

A.M. - Se foi bem feito, ou que foi mal feito, quem sabe daqui uns anos não se faça mais como se faz agora, mas acho que ter um registro de como se fez, acho que esse material no final pode ser todo entregue, doado para vocês sem problema nenhum, além que a gente deve ter mais de três ou quatro mil fotos, desde primeiro dia que a gente veio, com a máquina digital, aperta o dedo no gatilho depois tu deleta, então, acho que nesse sentido, acho que tem alguma coisa que a gente pode estar repassando para você.

L.S - Bom de minha parte eu te agradeço essa disponibilidade, realmente eu pude observar de que forma funciona aqui, os monitores todo mundo muito bem engajado na proposta do que a gente sabe o que é o projeto Recreio nas Férias. Então eu te agradeço e fico no aguardo desses materiais e futuramente a gente volta a conversar.

A.M. - Com certeza, muito obrigado.



Centro de Memória do Esporte
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Rua Felizardo, 750

Jardim Botânico

Porto Alegre - RS

90690-200

Tel: (51) 3308-5879

ceme@ufrgs.br

VISITE NOSSO SITE:

www.ufrgs.br/ceme

VISITE NOSSO REPOSITÓRIO DIGITAL:

<http://www.repositorioceme.ufrgs.br>

Este livro se constitui em um e-book produzido pelo Grupo de Estudos sobre Esporte, Cultura e História vinculado ao Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da UFRGS em Porto Alegre (RS) em 2016.